



INSTITUTO SUPERIOR DE
SERVIÇO SOCIAL DO PORTO

**A Influência do Ambiente Familiar no Abuso
Cibernético no Namoro: Uma investigação com
jovens em Portugal**

Helena Fernandes da Silva

220123016

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Serviço Social do
Porto para obtenção do Grau de Mestre em Intervenção Social na
Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social

Orientador: Professor Doutor Hélder Alves

Coorientadora: Professora Doutora Madalena Oliveira

Junho, 2025

Aos meus avós, A.F., C.R., M.S., J.S., que foram uma fonte permanente de inspiração e de apoio ao longo da minha vida.

Em particular, gostaria de dedicar este momento ao meu avô J.S., cuja determinação, força e modelo de vida orientaram cada fase desta jornada. Apesar de silenciosa, a sua presença sempre foi uma luz que iluminou o meu percurso. Cada página desta Dissertação representa a sua memória, e é com imenso carinho e gratidão que lhe dedico esta conquista.

RESUMO

O avanço das tecnologias digitais tem transformado profundamente a dinâmica das relações amorosas entre os/as jovens, promovendo uma comunicação constante, mas também abrindo espaço para novas formas de comportamentos abusivos, como o abuso cibernético no namoro (Marganski & Melander, 2015; Smith, Ireland, Park, Elwyn, & Thornberry, 2011; Strickland & Mosley, 2023; Villora, Yubero, & Navarro, 2019). A presente Dissertação teve como objetivo analisar a relação entre o abuso cibernético no namoro e o ambiente familiar, procurando compreender de que modo a dinâmica familiar poderá influenciar tanto a vitimação como a perpetração de comportamentos abusivos em ambientes digitais.

O estudo baseou-se numa amostra, por conveniência, de 286 jovens (15-25 anos), maioritariamente do sexo feminino (84%), estudantes (85%) e residentes na Região Norte de Portugal (57%), sendo que 65% dos/as participantes estavam envolvidos/as numa relação amorosa no momento da investigação. A recolha de dados decorreu entre junho e julho de 2024, através da plataforma *Google Forms*, utilizando-se, para o efeito, a versão portuguesa do *Cyber Dating Abuse Questionnaire* (CibAN) e a Escala de Sinalização do Ambiente Natural Infantil (SANI).

Os resultados revelaram que os participantes do sexo masculino reportaram níveis mais elevados de perpetração de agressões diretas, bem como níveis ligeiramente superiores de vitimação, ainda que, neste último caso, sem alcançar uma significância estatística robusta. Importa ainda destacar que, a perpetração de abuso cibernético demonstrou estar mais fortemente associada a dimensões de coerção e de controlo no ambiente familiar, em comparação com a vitimação. Estes dados sugerem que jovens expostos/as a contextos familiares marcados por dinâmicas coercivas e violentas tendem a reproduzir tais padrões nos seus relacionamentos amorosos, inclusive no meio digital, reforçando, assim, a ligação entre a violência familiar e o abuso cibernético no namoro. Neste sentido, salienta-se a importância do desenvolvimento e da implementação de programas de prevenção que promovam a literacia digital, a consciencialização sobre os riscos do abuso *online* e a construção de relações afetivas saudáveis, contribuindo para a consolidação de uma cultura de não violência.

PALAVRAS-CHAVE

Adolescência e Juventude; Violência; Violência no namoro; Abuso Cibernético no namoro; Transmissão Intergeracional da Violência.

ABSTRACT

The advance of digital technologies has profoundly transformed the dynamics of love relationships between young people, promoting constant communication but also opening space for new forms of abusive behavior, such as cyber dating abuse (Marganski & Melander, 2015; Smith, Ireland, Park, Elwyn, & Thornberry, 2011; Strickland & Mosley, 2023; Villora, Yubero, & Navarro, 2019). The aim of this Dissertation was to analyze the relationship between cyber dating abuse and the family environment, seeking to understand how family dynamics can influence both the victimization and perpetration of abusive behavior in digital environments.

The study was based on a convenience sample of 286 young people (15-25 years old), mostly female (84 per cent), students (85 per cent) and living in the northern region of Portugal (57 per cent), 65 per cent of whom were involved in a romantic relationship at the time of the research. Data collection took place between June and July 2024 using the Google Forms platform, using the Portuguese version of the Cyber Dating Abuse Questionnaire (CibAN) and Escala de Sinalização do Ambiente Natural Infantil (SANI).

The results showed that male participants reported higher levels of direct aggression, as well as slightly higher levels of victimization, although in the latter case without reaching robust statistical significance. It is also important to note that the perpetration of cyber abuse has been shown to be more strongly associated with dimensions of coercion and control in the family environment, compared to victimization. These data suggest that young people exposed to family contexts marked by coercive and violent dynamics tend to reproduce such patterns in their romantic relationships, including in the digital environment, thus reinforcing the link between family violence and cyber dating abuse. In this sense, it is important to develop and implement prevention programmes that promote digital literacy, awareness of the risks of online abuse and the building of healthy emotional relationships, contributing to the consolidation of a culture of non-violence.

KEYWORDS

Adolescence and Youth; Violence; Dating Violence; Cyber Abuse in Dating; Intergenerational Transmission of Violence.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de manifestar o meu profundo agradecimento ao meu **orientador**, Professor Doutor Hélder Alves, e à minha **coorientadora**, Professora Doutora Madalena Oliveira, por toda a orientação académica e científica ao longo desta jornada. As preciosas sugestões, a paciência e o suporte contínuo de ambos foram indispensáveis para o progresso desta Dissertação. As imensuráveis ocasiões de aprendizagem e de crescimento proporcionadas trouxeram clareza e novas perspetivas ao trabalho desenvolvido. A cuidadosa orientação, nomeadamente na formulação da metodologia, assegurou a exatidão e a precisão necessárias para a credibilidade e para o sucesso atingidos. A disponibilidade e o encorajamento contínuo, assim como a dedicação em rever e em aprimorar os aspetos teóricos e metodológicos, asseguraram a robustez dos resultados. Sou extremamente grata pelas palavras de ânimo e de incentivo, e pelas soluções práticas que foram substanciais para manter o foco e a motivação.

Aos/às **adolescentes** e aos/às **jovens** que participaram neste estudo, o meu sincero reconhecimento, uma vez que as suas contribuições foram imprescindíveis para a realização desta pesquisa. Gratulo pela disponibilidade em partilhar tanto as suas experiências como as suas perceções, que enriqueceram significativamente os resultados obtidos. As suas respostas precisas geraram dados valiosos que sustentaram as conclusões do trabalho. A envolvência de todos/as permitiu uma compreensão mais abrangente e alicerçada das matérias examinadas. Portanto, agradeço igualmente pelo tempo oferecido e pela colaboração durante a recolha de dados, porque sem o seu envolvimento diligente, esta investigação não teria alcançado o mesmo nível de profundidade e de pertinência.

À minha **colega de investigação**, J.M., expesso o meu reconhecimento pela dedicação incansável e pela amizade incessante ao longo desta jornada. As nossas trocas de opiniões, os debates enriquecedores e o trabalho em equipa foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. A sua companhia tornou este percurso mais leve, alegre e gratificante. Agradeço-lhe pelo suporte, pela motivação contínua e por todos os momentos partilhados. A sua presença foi fundamental e simbolizou bastante para mim.

Aos meus **pais**, A.S. e M.F., quero agradecer por todo o apoio incondicional ao longo do meu percurso académico e de vida. As vossas palavras de carinho, de força e de confiança foram basilares nos momentos mais desafiantes, e a vossa presença ininterrupta, tanto nas alegrias quanto nas dificuldades, deu-me a certeza de que nunca estive só. Obrigada por acreditarem em mim, mesmo quando eu duvidava, e por me motivarem a alcançar os meus

objetivos, sendo sempre a minha base sólida. A vossa dedicação e o vosso amor inabaláveis são a razão pela qual consegui chegar até aqui. Agradeço de coração por estarem incessantemente ao meu lado, independentemente das circunstâncias.

Ao meu **irmão**, T.S., agradeço profundamente pelo inestimável companheirismo e pela presença constante na minha vida. A sua frontalidade em apontar as minhas falhas foi sempre uma forma de me ajudar a crescer e a progredir, e por isso sou-lhe bastante grata. A sua generosidade e a sua disponibilidade para auxiliar os outros são inspiradoras e revelam a pessoa dedicada que é. Obrigada por me ensinar tanto, não somente com palavras, mas também através dos seus exemplos. O seu apoio incondicional e a sua capacidade de estar presente nos momentos certos foram essenciais ao longo deste percurso. A sua determinação e a sua sabedoria são qualidades que admiro profundamente e que me motivam a ser uma pessoa melhor a cada dia.

À minha **restante família**, agradeço o apoio, a amizade e a presença permanente em todos os momentos da minha vida. O vosso carinho e o vosso incentivo foram elementares para encarar os desafios e para comemorar as conquistas ao longo deste percurso.

Aos/às meus/minhas **amigos/as**, em especial aos/às melhores, E.L., E.N., I.V., M.M., R.E., expresso o meu honesto agradecimento pelo apoio incondicional e pela amizade verdadeira que me acompanharam ao longo desta jornada. A vossa presença incessante, tanto nos momentos de alegria quanto nos momentos menos positivos, foi uma fonte inesgotável de determinação e de motivação. Cada conversa, cada gargalhada e cada palavra de ânimo ajudaram-me a manter o equilíbrio. Obrigada por acreditarem em mim, por me ouvirem com paciência e por estarem sempre prontos e prontas para celebrar as minhas conquistas. A vossa amizade é um tesouro inestimável que enriquece a minha vida e torna cada passo mais significativo. Agradeço-vos por todas as recordações partilhadas e pelo apoio constante, que foram indispensáveis para a concretização deste trabalho.

Por fim, gostaria ainda de expressar a minha profunda gratidão a todos/as os/as que, mesmo não sendo mencionados/as diretamente, tiveram um papel importante ao longo desta jornada. A todos/as que me apoiaram com palavras de incentivo, com disponibilidade e/ou com compreensão, o meu sincero agradecimento. Cada gesto de apoio, por menor que fosse, fez uma grande diferença e ajudou-me a superar os desafios com mais confiança. Agradeço de coração a todos/as que, garantidamente, cooperaram para o sucesso desta etapa da minha vida.

ÍNDICE

RESUMO	IV
PALAVRAS-CHAVE	IV
ABSTRACT	V
KEYWORDS	V
AGRADECIMENTOS	VI
ÍNDICE DE FIGURAS	XI
ÍNDICE DE TABELAS	XI
GLOSSÁRIO DE SIGLAS E DE ABREVIATURAS	XIII
INTRODUÇÃO	1
<hr/>	
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
1.1 O FENÓMENO DA VIOLÊNCIA	7
1.1.1 A VIOLÊNCIA E AS SUAS TIPOLOGIAS	7
1.1.2 OS IMPACTOS E OS CUSTOS DA VIOLÊNCIA	9
1.1.3 O MODELO ECOLÓGICO DA VIOLÊNCIA	11
1.2 A VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES ÍNTIMAS JUVENIS	12
1.2.1 A VIOLÊNCIA NO NAMORO E AS SUAS TIPOLOGIAS	14
1.2.2 AS REPERCUSSÕES E A PREVALÊNCIA DO FENÓMENO	15
1.2.3 OS FATORES DE RISCO E OS FATORES DE PROTEÇÃO	18
1.2.4 SÍNTESE CONCLUSIVA	19
1.3 O ABUSO CIBERNÉTICO NAS RELAÇÕES ÍNTIMAS JUVENIS	20
1.3.1 O ABUSO CIBERNÉTICO NO NAMORO E AS SUAS TIPOLOGIAS	21
1.3.2 AS REPERCUSSÕES E A PREVALÊNCIA DO FENÓMENO	22
1.3.3 OS FATORES DE RISCO E OS FATORES DE PROTEÇÃO	23

1.3.4	SÍNTESE CONCLUSIVA	24
1.4	A VIOLÊNCIA NO SISTEMA FAMILIAR E A TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA VIOLÊNCIA	25
1.4.1	A VIOLÊNCIA INTERPARENTAL E O IMPACTO DA EXPOSIÇÃO DOS/AS JOVENS A SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA	26
1.4.2	A TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA VIOLÊNCIA	28
1.4.3	SÍNTESE CONCLUSIVA	30
1.5	DO CONTEXTO FAMILIAR AO DIGITAL – FATORES ASSOCIADOS AO ABUSO CIBERNÉTICO ENTRE JOVENS	30
<hr/>		
	PARTE II – METODOLOGIA DO ESTUDO EMPÍRICO	33
2.1	PERGUNTA DE PARTIDA, OBJETIVOS E HIPÓTESES DO ESTUDO	34
2.2	METODOLOGIA	38
2.2.1	TIPO E DESENHO DO ESTUDO	38
2.2.2	PROCESSO DE SELEÇÃO DA AMOSTRA	38
2.2.3	CONSIDERAÇÕES ÉTICAS E PROTOCOLO DE RECOLHA DE DADOS	39
2.2.4	INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS	39
2.2.4.1	QUESTIONÁRIO SOBRE CIBERABUSO NO NAMORO	39
2.2.4.2	SINALIZAÇÃO DO AMBIENTE NATURAL INFANTIL	40
2.2.5	PROCEDIMENTOS PARA TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS	40
<hr/>		
	PARTE III – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	42
3.1	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	43
3.1.1	CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA	43
3.1.2	VALIDAÇÃO DOS INSTRUMENTOS	45

3.1.2.1 QUESTIONÁRIO SOBRE CIBERABUSO NO NAMORO	45
3.1.2.2 SINALIZAÇÃO DO AMBIENTE NATURAL INFANTIL	46
3.1.3 RESULTADOS DA ANÁLISE INFERENCIAL – DIFERENÇAS E ASSOCIAÇÕES ENTRE VARIÁVEIS	46
3.1.3.1 O ABUSO CIBERNÉTICO NO NAMORO E O SEXO	46
3.1.3.2 O ABUSO CIBERNÉTICO NO NAMORO E A IDADE	47
3.1.3.3 O ABUSO CIBERNÉTICO NO NAMORO E A SITUAÇÃO RELACIONAL	48
3.1.3.4 O ABUSO CIBERNÉTICO NO NAMORO E A DURAÇÃO DA RELAÇÃO	49
3.1.3.5 O ABUSO CIBERNÉTICO NO NAMORO E A ESCOLARIDADE DOS PAIS	51
3.1.3.6 O ABUSO CIBERNÉTICO NO NAMORO E O AMBIENTE FAMILIAR	52
3.1.3.7 O AMBIENTE FAMILIAR E A ESCOLARIDADE DOS PAIS	52
3.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	54
3.3 LIMITAÇÕES E VANTAGENS	61
<hr/>	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
ANEXOS	80
ANEXO A – PEDIDO DE TRATAMENTO DE DADOS	81
ANEXO B – PARECER DA COMISSÃO DE ÉTICA ISSSP	82
ANEXO C – AUTORIZAÇÃO DA ESCALA “QUESTIONÁRIO SOBRE CIBERABUSO NO NAMORO”	83
ANEXO D – AUTORIZAÇÃO DA ESCALA “SINALIZAÇÃO DO AMBIENTE NATURAL INFANTIL”	84

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 MODELO ECOLÓGICO PARA COMPREENDER A VIOLÊNCIA	11
--	----

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 ESTIMATIVA DOS CUSTOS DA VIOLÊNCIA	10
TABELA 2 LIGAÇÃO ENTRE A PERGUNTA DE PARTIDA, AS HIPÓTESES E OS OBJETIVOS	37
TABELA 3 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA (SEXO, IDADE, ESTUDANTE E ENSINO)	43
TABELA 4 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA (REGIÃO, SITUAÇÃO RELACIONAL E DURAÇÃO DA RELAÇÃO)	44
TABELA 5 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA (GRAU DE ESCOLARIDADE DA MÃE E DO PAI)	44
TABELA 6 VALIDAÇÃO DO INSTRUMENTO CIBAN (N=286)	45
TABELA 7 VALIDAÇÃO DO INSTRUMENTO SANI (N=286)	46
TABELA 8 COMPARAÇÃO DA PERPETRAÇÃO E DA VITIMAÇÃO DE ACORDO COM O SEXO (N = 283)	47
TABELA 9 COMPARAÇÃO DA PERPETRAÇÃO E DA VITIMAÇÃO DE ACORDO COM A IDADE (N = 286)	48
TABELA 10 COMPARAÇÃO DA PERPETRAÇÃO E DA VITIMAÇÃO DE ACORDO COM A SITUAÇÃO RELACIONAL (N = 286)	49
TABELA 11 COMPARAÇÃO DA PERPETRAÇÃO E DA VITIMAÇÃO DE ACORDO COM A DURAÇÃO DA RELAÇÃO (N = 286)	50
TABELA 12 COMPARAÇÃO DA PERPETRAÇÃO E DA VITIMAÇÃO DE ACORDO COM A ESCOLARIDADE DA MÃE (N = 282)	51

TABELA 13 COMPARAÇÃO DA PERPETRAÇÃO E DA VITIMAÇÃO DE ACORDO COM A ESCOLARIDADE DO PAI (N = 280)	51
TABELA 14 ASSOCIAÇÃO ENTRE O ABUSO CIBERNÉTICO NO NAMORO (CIBAN) E O AMBIENTE FAMILIAR (SANI) (N = 286)	52
TABELA 15 COMPARAÇÃO DO AMBIENTE FAMILIAR DE ACORDO COM A ESCOLARIDADE DA MÃE (N = 282)	53
TABELA 16 COMPARAÇÃO DO AMBIENTE FAMILIAR DE ACORDO COM A ESCOLARIDADE DO PAI (N = 280)	53

GLOSSÁRIO DE SIGLAS E DE ABREVIATURAS

- * % – Percentagem de Casos Válidos;
- * η^2 – Tamanho do Efeito;
- * AIQ – Amplitude Interquartil;
- * CDAQ – *Cyber Dating Abuse Questionnaire*;
- * CibAN – Questionário sobre Ciberabuso no Namoro;
- * CibAN-PC – Perpetração (Controlo);
- * CibAN-PD – Perpetração (Agressão Direta);
- * CibAN-TP – Perpetração (Total);
- * CibAN-TV – Vitimação (Total);
- * CibAN-VC – Vitimação (Controlo);
- * CibAN-VD – Vitimação (Agressão Direta);
- * DP – Desvio Padrão;
- * EUA – Estados Unidos da América;
- * g.l. – Graus de Liberdade;
- * H – Estatística de teste de Kruskal-Wallis;
- * ISSSP – Instituto Superior de Serviço Social do Porto;
- * KW – Teste de Kruskal-Wallis;
- * M – Média;
- * Máx. – Valor Máximo;
- * Mdn – Mediana;
- * Min. – Valor Mínimo;
- * MW – Teste de Mann-Whitney;
- * N – Número de casos válidos;
- * OM – Ordem Média (*mean rank*);
- * OMS – Organização Mundial de Saúde;
- * P25 – Percentil 25;
- * P75 – Percentil 75;
- * r – Tamanho do Efeito;
- * rs – Correlação de Spearman;
- * RASI – Relatório Anual de Segurança Interna;
- * RGPD – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados;

- * SANI – Sinalização do Ambiente Natural Infantil;
- * SANI-AE – Abuso Emocional (Total);
- * SANI-AF – Abuso Físico (Total);
- * SANI-CE – Coerção (Total);
- * SANI-CT – Controlo (Total);
- * SPSS – *Statistical Package for Social Science*;
- * TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação;
- * U – Estatística de teste de Mann-Whitney;
- * UE – União Europeia;
- * Z – Estatística de teste de Mann-Whitney estandardizada.

INTRODUÇÃO

A presente Dissertação de Mestrado, intitulada “A Influência do Ambiente Familiar no Abuso Cibernético no Namoro: Um Estudo com Jovens em Portugal”, é o resultado de uma investigação concretizada no âmbito do Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social, realizada no Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP), entre setembro de 2023 e junho de 2025.

Na atualidade, verifica-se um envolvimento progressivo das tecnologias digitais nas vidas de adolescentes e/ou de jovens, conduzindo a novos desafios e inquietações, em particular no que se refere ao abuso cibernético nas relações amorosas. Este fenómeno abrange uma diversidade de comportamentos desfavoráveis, como o envio não consensual de imagens íntimas, o controlo coercivo através das redes sociais e/ou a perseguição digital. À medida que as tecnologias tornam-se fundamentais nas interações sociais, emergem novas formas de violência, muitas vezes disfarçadas, que afetam particularmente esta população (Hamby, Finkelhor, Turner, & Ormrod, 2011; Marganski & Melander, 2015; Smith, Ireland, Park, Elwyn, & Thornberry, 2011; Strickland & Mosley, 2023; Villora, Yubero, & Navarro, 2019).

A preferência por esta temática surge não só devido a um interesse pessoal, como também devido à sua urgência e relevância social. Apesar do reconhecimento crescente da problemática do abuso cibernético no namoro, persistem lacunas consideráveis no entendimento dos seus impactos específicos nos/as adolescentes e/ou nos/as jovens e no papel determinante que o ambiente familiar desempenha na sua prevenção e/ou na sua mitigação. Diversos estudos (e.g., Deans & Bhogal, 2019; Peskin, et al., 2017; Thomazini & Goulart, 2018) indicam que o ambiente familiar pode influenciar significativamente a ocorrência e a prevenção deste tipo de abuso, quer promovendo a violência, quer funcionando como uma rede protetora.

No contexto português, os dados transparecem que diversos/as adolescentes e/ou jovens não se sentem confortáveis em exteriorizar os seus sentimentos presencialmente, manifestando maior comodidade em partilhar as suas experiências e/ou as suas emoções digitalmente (Matos, Gaspar, Guedes, Tomé, & Branquinho, 2019). Este comportamento reflete uma adaptação às novas formas de comunicação proporcionadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação, adiante designadas por TIC. Ao mesmo tempo, estas oferecem benefícios, como a facilitação do contacto e a ampliação das redes sociais, mas também introduzem desafios significativos no que diz respeito à intimidade, ao controlo e/ou à gestão das relações interpessoais. Um dos principais desafios associados ao uso massivo das TIC é o impacto nas

dinâmicas familiares. A preferência pela comunicação digital pode, frequentemente, levar à substituição do diálogo presencial, substancial para o fortalecimento e para a consolidação dos laços afetivos. Como resultado, momentos anteriormente dedicados à partilha e ao diálogo estão a ser comprometidos (Thomazini & Goulart, 2018). Esta mudança na forma de interagir pode enfraquecer a qualidade das relações e pode dificultar a resolução de conflitos, contribuindo para a emergência de um distanciamento emocional entre pais e/ou figuras parentais e filhos/as.

O enfraquecimento do diálogo no ambiente familiar pode, portanto, camuflar conflitos latentes e, eventualmente, facilitar a perpetuação de padrões de controlo e/ou de violência. Esta dinâmica está relacionada com a transmissão intergeracional da violência, onde comportamentos agressivos e/ou abusivos observados no contexto familiar são replicados nas relações de namoro dos/as adolescentes e/ou dos/as jovens. Por outras palavras, crescer num ambiente onde a violência é normalizada, existe superior predisposição para reproduzir estes comportamentos nos seus relacionamentos íntimos (Oliveira, 2015; Oliveira & Sani, 2009; Strickland & Mosley, 2023). Por outro lado, quando as famílias incentivam o diálogo verdadeiro e a expressão de sentimentos, os/as adolescentes e/ou os/as jovens tendem a desenvolver competências sociais e/ou emocionais que os/as tornam menos vulneráveis a comportamentos abusivos, tanto como vítimas quanto como perpetradores/as. Desta forma, compreender o papel do ambiente familiar é essencial para a elaboração de estratégias de prevenção e de intervenção no contexto do abuso cibernético no namoro. A promoção de práticas familiares que valorizam o diálogo e a resolução pacífica de conflitos pode ser uma abordagem crucial para mitigar a ocorrência de violência nas relações juvenis, especialmente num mundo cada vez mais mediado e interferido pela tecnologia.

Esta investigação procura assim explorar o abuso cibernético no contexto do namoro e o ambiente familiar em adolescentes e em jovens residentes em Portugal. Um dos objetivos centrais deste estudo é investigar a relação entre o abuso cibernético, tanto perpetrado quanto sofrido, nas relações amorosas e as características sociodemográficas (e.g., sexo, idade). Esta análise permitirá identificar padrões e/ou vulnerabilidades específicas na população adolescente e juvenil residente em Portugal, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada da problemática. Além disso, a investigação procurará explorar a correlação entre os comportamentos violentos no ambiente familiar e as variáveis sociodemográficas (e.g., escolaridade dos pais e/ou figuras parentais). Pretende-se, assim, averiguar se os/as adolescentes e/ou os/as jovens que cresceram em contextos familiares marcados pela violência são mais propensos/as a experienciar e/ou a perpetrar abuso cibernético nos seus

relacionamentos íntimos. Por fim, pretende-se compreender de que forma o ambiente familiar pode influenciar a ocorrência de abuso cibernético nas relações amorosas desses/as adolescentes e/ou jovens.

Para a concretização desta pesquisa, foram utilizados dois instrumentos: a versão portuguesa do *Cyber Dating Abuse Questionnaire* (CDAQ), denominado Questionário sobre Ciberabuso no Namoro (CibAN), e a Escala de Sinalização do Ambiente Natural Infantil (SANI). Estes instrumentos foram divulgados nas redes sociais, permitindo um amplo alcance na recolha de dados e proporcionando uma visão diversificada sobre o entendimento e as experiências dos/as participantes relativamente ao abuso cibernético no contexto do namoro. A análise dos resultados foi norteada por ideologias teóricas pertinentes, que não só permitiram descrever detalhadamente os fenómenos observados, mas também interpretar as suas implicações práticas e teóricas.

A estrutura desta Dissertação foi, cuidadosamente, organizada em três partes principais. A **Parte I**, fornece um quadro teórico robusto, iniciando-se com uma análise abrangente do fenómeno da violência e das tipologias associadas. De seguida, é efetuada uma investigação sobre a violência nas relações íntimas juvenis, e em prosseguimento, é abordado o abuso cibernético no namoro, incluindo as características e os impactos relacionados. Esta parte culmina com a análise da violência no contexto familiar e a sua transmissão intergeracional, salientando como estas dinâmicas podem influenciar as experiências dos/as adolescentes e dos/as jovens, especialmente no que diz respeito ao seu envolvimento em relacionamentos amorosos. A **Parte II**, centra-se no enquadramento da problemática em estudo, apresentando a pergunta de partida, os objetivos e as hipóteses que guiaram a investigação. Esta parte inclui ainda uma descrição detalhada da metodologia utilizada, abrangendo a descrição dos procedimentos de seleção da amostra, de recolha e de tratamento estatístico dos dados. Finalmente, a **Parte III**, dedica-se à apresentação e à análise dos dados recolhidos, seguida da discussão dos resultados à luz da literatura nacional e internacional existente. A Dissertação encerra-se com reflexões a respeito das implicações práticas do estudo e sugestões para futuras investigações.

Face ao exposto, este trabalho visa contribuir significativamente para a compreensão do abuso cibernético no namoro entre adolescentes e/ou jovens em Portugal, sublinhando a importância da intervenção precoce, da promoção de relações saudáveis e do papel crucial do ambiente familiar na prevenção deste fenómeno na era digital.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 O FENÓMENO DA VIOLÊNCIA

Nos últimos anos, tem-se observado um aumento considerável da visibilidade do fenômeno da violência, tanto no âmbito nacional quanto internacional, em virtude de ser considerado um problema de saúde pública que viola distintos Direitos Humanos, tais como o direito à vida, o direito à saúde, o direito ao respeito, o direito à liberdade e o direito à dignidade humana. Apesar desta notoriedade recente, esta problemática é transversal a todas as épocas, estando relacionada com as ideias e com as condutas humanas desde os primórdios da humanidade (UNICEF, 1998; World Health Organization, 2020).

Deste modo, a violência é examinada como um fenômeno abrangente e complexo, cujas noções de comportamentos toleráveis e intoleráveis variam consoante a cultura e estão sujeitas a constantes modificações. Estas não só influenciam o modo como a violência é percebida, mas também o modo como esta se manifesta (Ventura, Ferreira, & Magalhães, 2013). Neste contexto, Machado (2010), salienta que outro fator que contribui para essa mudança é o crescente aumento da complexidade das relações que se estabelecem entre os indivíduos, dificultando a definição do que é ou não uma conduta violenta. Conforme a definição proposta pela Organização Mundial de Saúde, adiante designada por OMS, a violência caracteriza-se pelo envolvimento do “uso intencional da força física ou do poder, real ou sob a forma de ameaça, contra si, contra outra pessoa ou grupo, que resulte, ou tenha a possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, (...) ou privação” (Krug, Mercy, Dahlberg, & Zwi, 2002, p. 5).

Posto isto, e com o intuito de promover uma melhor compreensão desta problemática, apresentam-se, nos pontos seguintes, a conceptualização e a evolução do fenômeno da violência, bem como as suas principais tipologias. Serão igualmente abordados os impactos e os custos associados à violência, com referência ao Modelo Ecológico.

1.1.1 A VIOLÊNCIA E AS SUAS TIPOLOGIAS

O fenômeno da violência, ao longo dos últimos anos, tem assumido proporções alarmantes, sobre o qual têm versado inúmeras investigações (e.g., Detoni, 2019; Oliveira, 2016; Perdigão, et al., 2016). Embora a violência seja observada como um fenômeno frequente em praticamente todas as sociedades, a sua definição, como já mencionado, não é universal, apresentando uma diversidade de interpretações (Oliveira, 2015; Oliveira, 2016). O termo violência deriva do latim *violentia*, e expõe o ato de violação, tanto contra outrem quanto contra si. Esta prática de comportamentos violentos manifesta ações que vão de encontro à liberdade

e à vontade de uma pessoa e/ou de um grupo. Além disso, a violência pode emergir de diversas fontes e de diversos contextos, seja pela perpetuação de desigualdades sociais, pela ausência de competências para a resolução pacífica de conflitos ou pela influência de normas culturais que toleram, ou até enaltecem, comportamentos hostis (Modena, 2016).

No que concerne às **tipologias de violência**, a OMS identifica três categorias diferenciadas: (1) a **violência autodirigida**, que inclui comportamentos suicidas e autolesivos; (2) a **violência interpessoal**, que abrange atos violentos perpetrados contra familiares e/ou parceiros/as íntimos/as e atos perpetrados contra elementos conhecidos e/ou desconhecidos da sociedade; e ainda (3) a **violência coletiva**, que envolve as agressões sociais, políticas e/ou económicas. Relativamente à **natureza da violência**, esta pode manifestar-se de dissemelhantes modos. **Fisicamente**, pode ocorrer por meio de empurrões, de pontapés, de queimaduras, de puxões de cabelo e/ou de estrangulamento. **Psicologicamente**, pode envolver insultos, ameaças, críticas e/ou isolamento social. **Sexualmente**, a violência pode manifestar-se através da coerção, das ameaças e/ou da imposição de práticas sexuais sem consentimento, incluindo a violação conjugal. Além disso, pode manifestar-se **sob a forma de privação e/ou de negligência**, abrangendo desde a falta de resposta às necessidades básicas até à imposição de condições de vida inadequadas (Martins, 2007; Perdigão, et al., 2016).

Adicionalmente, ao abordar o fenómeno da violência, é indispensável compreender a extensão do problema e a sua influência nas comunidades. Uma forma de quantificar a gravidade da violência é através da análise da taxa de criminalidade violenta. Deste modo, segundo o Relatório Anual de Segurança Interna, também nomeado por RASI, de 2024, a criminalidade violenta e grave representava aproximadamente 4% de toda a criminalidade participada, totalizando 14 385 participações no ano de 2024, mais 363 casos que no ano transato, correspondendo a uma variação de sensivelmente 3% (Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, 2025).

Entre as diversas manifestações da violência, a violência doméstica surge como uma das expressões mais persistentes e impactantes, com particular incidência nas faixas etárias correspondentes ao início da vida adulta. Neste âmbito, e ainda segundo o Relatório Anual de Segurança Interna de 2024, foram registadas 30 221 participações de violência doméstica, representando uma ligeira diminuição de 240 casos face ao ano anterior. Esta tipologia criminal incide, na sua maioria, sobre relações conjugais ou análogas, representando aproximadamente 86% do total registado. Uma análise mais detalhada revela que cerca de 68% das vítimas são

do sexo feminino, enquanto sensivelmente 78% dos denunciados são do sexo masculino. Embora a maioria das vítimas tenha idade igual ou superior a 25 anos, destaca-se que 9% pertencem à faixa etária dos 16 aos 24 anos (Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, 2025). Este dado assume particular relevância por evidenciar a presença de comportamentos abusivos numa fase sensível do desenvolvimento, caracterizada pela exploração das primeiras relações íntimas, pela procura de autonomia emocional e pela consolidação da identidade (Guerreiro, et al., 2015; Santos & Caridade, 2017). Importa ainda referir que somente 5% das situações reportadas dizem respeito a relações de namoro, o que pode refletir uma subnotificação ou, até, a invisibilidade destas dinâmicas entre os/as mais jovens. Tal realidade evidencia a complexidade e a extensão do problema, reforçando a importância de examinar os impactos profundos e os custos associados a estes comportamentos.

1.1.2 OS IMPACTOS E OS CUSTOS DA VIOLÊNCIA

A violência, seja no âmbito coletivo, interpessoal ou autodirigido, manifesta-se de forma desigual entre indivíduos e/ou grupos sociais, apesar de, por vezes, emergir de causas semelhantes. Portanto, ao avaliar os impactos e os custos associados, é indispensável adotar uma abordagem abrangente que reconheça a sua influência em múltiplas dimensões da sociedade. Esta perspetiva contraria visões reducionistas, que restringem os custos da violência apenas às vítimas diretas e aos/às perpetradores/as (Perdigão, et al., 2016).

Assim sendo, a Organização Mundial de Saúde destaca que a violência interpessoal gera uma diversidade de custos, que podem ser classificados como diretos e/ou indiretos. Por um lado, os custos diretos estão associados às despesas médicas das vítimas, que podem incluir tanto os custos clínicos (e.g., internamento no hospital, ambulância, medicamentos) quanto os custos não clínicos (e.g., serviços sociais, serviços policiais, serviços prisionais). Por outro lado, os custos indiretos dizem respeito a consequências mais prolongadas, e podem ser tangíveis, refletindo-se nas perdas individuais a nível macroeconómico (e.g., perda de rendimentos), e/ou intangíveis, manifestando-se na redução da qualidade de vida dos indivíduos, incluindo a perda de oportunidades de emprego e a morbilidade física e/ou psicológica (Butchart, Brown, Huynh, & Corso, 2008).

Esta realidade complexa é ilustrada de forma particularmente clara no relatório do Instituto Europeu para a Igualdade de Género (2022), que apresenta uma estimativa dos custos económicos da violência no Reino Unido, com dados referentes ao ano de 2019. O estudo estimou que os custos associados à violência contra as mulheres rondaram os 43,3 mil milhões

de euros, enquanto os relativos à violência contra os homens ascenderam a 11,4 mil milhões de euros, totalizando um impacto económico de 54,8 mil milhões de euros (cf. Tabela 1).

Tabela 1 Estimativa dos custos da violência

<i>Categoria</i>	<i>Custo da violência contra as mulheres</i>	<i>Custo da violência contra os homens</i>	<i>Custo total da violência</i>
<i>Impactos físicos e emocionais</i>	24 136 064 483	6 325 895 993	30 461 960 476
<i>Justiça criminal</i>	8 873 224 043	2 399 497 000	11 272 721 043
<i>Perda de produção económica</i>	6 048 827 687	1 610 574 410	7 659 402 097
<i>Serviços de saúde</i>	1 833 707 577	533 525 825	2 367 233 402
<i>Bem-estar social</i>	1 628 266 686	311 053 856	1 939 320 542
<i>Custos pessoais</i>	507 831 874	96 954 471	604 786 345
<i>Justiça civil</i>	257 498 754	49 190 947	306 689 701
<i>Serviços especializados</i>	150 398 958	46 182 816	196 581 774
<i>Total</i>	43 435 820 062	11 372 875 318	54 808 695 380

Adaptado de European Institute for Gender Equality (2022)

Os custos económicos apresentados revelam a magnitude financeira da violência, mas não capturam plenamente a complexidade e a profundidade das suas consequências. Isto porque, para além dos danos financeiros, persistem impactos substanciais difíceis de quantificar, que comprometem profundamente o bem-estar das vítimas. Apesar dos desafios metodológicos inerentes à medição destes efeitos, a literatura é consistente ao evidenciar a sua extensão, apontando para consequências que se manifestam frequentemente sob a forma de complicações físicas, sexuais e reprodutivas, bem como de alterações comportamentais e perturbações psicológicas. **Fisicamente**, destacam-se as lesões abdominais, as contusões, os hematomas, as fraturas, as queimaduras e a fadiga crónica. No que respeita à **saúde sexual e reprodutiva**, as vítimas podem experienciar sangramento vaginal, disfunção sexual, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e/ou infertilidade. A nível **psicológico e comportamental**, são comuns sintomas como o abuso substâncias (e.g., álcool, substâncias psicoativas), a depressão, a ansiedade, os sentimentos de vergonha e de culpa, e em casos extremos, os comportamentos suicidas (European Institute for Gender Equality, 2022; Faias, Caridade, & Cardoso, 2016; Oliveira, 2015; Paixão et al., 2015; Schulz & Colossi, 2020).

Em suma, a violência interpessoal transcende as vítimas e os/as perpetradores/as, podendo originar impactos significativos nos diferentes níveis da sociedade. Os custos

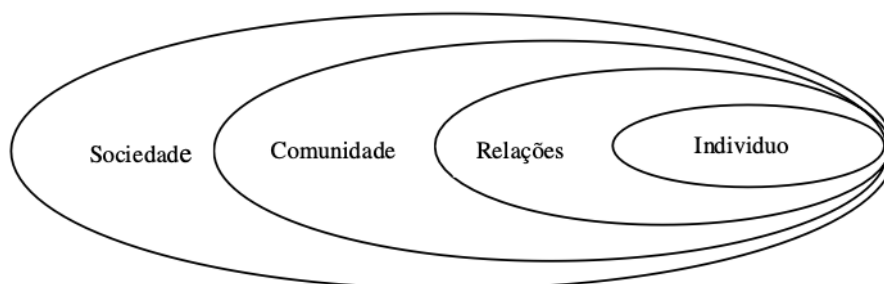
associados à violência são vastos e abrangentes, manifestando-se não somente em despesas médicas, mas também em carências econômicas e na diminuição da qualidade de vida de todos/as os/as envolvidos/as. Além disso, a violência pode acarretar um conjunto de problemas que afetam diversos aspectos da vida individual e coletiva. Diante disto, é fundamental adotar abordagens abrangentes para compreender e para enfrentar esta problemática (Butchart, Brown, Huynh, & Corso, 2008; Oliveira, 2015; Perdigão, et al., 2016).

1.1.3 O MODELO ECOLÓGICO DA VIOLÊNCIA

Ao compreender a violência como um fenômeno complexo que transcende as interações diretas entre vítimas e agressores/as, torna-se indispensável a adoção de uma perspectiva ecológica. Esta abordagem, originalmente desenvolvida por Bronfenbrenner (1993) e adaptada ao estudo da violência por Heise (1999), considera não apenas os indivíduos envolvidos, mas também os múltiplos contextos sociais nos quais a violência ocorre ou pode ocorrer. Assim, a análise dos fatores que contribuem para a sua manifestação exige uma compreensão aprofundada dos sistemas que moldam as relações humanas. Estes sistemas abrangem desde o ambiente imediato até às estruturas sociais e políticas mais amplas que manipulam as interações humanas (Detoni, 2019; Martins, 2007).

Neste sentido, o Modelo Ecológico da Violência constitui uma abordagem compreensiva para entender de que forma os diferentes níveis de influência interligam-se e afetam o comportamento humano. Segundo Casique e Furegato (2006), este modelo identifica quatro níveis distintos (cf. Figura 1), que visam analisar os fatores que influenciam o comportamento e aqueles que intensificam a probabilidade de envolvimento em situações de violência, seja na posição de vítima ou de agressor/a. A essência deste modelo reside na sua capacidade de reconhecer e de distinguir os múltiplos elementos que contribuem para a ocorrência de violência, ao mesmo tempo que fornece um ponto de referência para compreender as inter-relações entre os elementos (Bronfenbrenner, 1993; Heise, 1999).

Figura 1 Modelo Ecológico para compreender a violência



(Casique & Furegato, 2006)

O primeiro nível, denominado **Indivíduo**, considera os elementos biológicos e históricos individuais, incluindo características demográficas como a idade, o sexo, a educação e/ou o rendimento. Este nível abrange ainda fatores como o comportamento agressivo, a baixa autoestima, as perturbações psicológicas ou de personalidade, e/ou o consumo de substâncias psicoativas. O segundo nível, designado **Relações**, refere-se aos vínculos interpessoais mais próximos do indivíduo, nomeadamente os relacionamentos entre parceiros/as, membros da família e amigos/as. Acredita-se que estas relações podem exercer uma influência significativa no risco de vitimação e/ou de perpetração de comportamentos violentos. Por outras palavras, ter familiares e/ou amigos/as que incentivam e/ou praticam violência pode aumentar esta probabilidade, ao passo que o contacto com pessoas que desencorajam tais condutas tende a reduzi-la. O terceiro nível, intitulado **Comunidade**, contempla os contextos onde ocorrem as interações sociais, como as escolas, os locais de trabalho e a vizinhança. Neste nível, procura-se identificar características comunitárias que possam influenciar o risco de violência. Entre os fatores relevantes encontram-se a mobilidade residencial, a densidade populacional, os índices de desemprego e a presença de redes de tráfico de droga. Por fim, o quarto nível, nomeado **Sociedade**, compreende os fatores estruturais de natureza macro, que moldam o ambiente social, em geral. Incluem-se aqui as normas sociais e culturais que legitimam ou desencorajam a violência, bem como as políticas públicas nas áreas da saúde, da educação, da economia e da proteção social, que podem contribuir para a manutenção de desigualdades económicas e sociais entre grupos populacionais (Casique & Furegato, 2006; Detoni, 2019; Martins, 2007).

Diante disto, a compreensão da violência através destes quatro níveis permite uma análise mais ampla e integrada das suas causas e das suas manifestações. Contudo, é igualmente essencial reconhecer que a violência pode ocorrer em todas as fases do ciclo de vida e sob múltiplas formas. Destaca-se, pela sua pertinência no âmbito do presente estudo, a violência nas relações de intimidade, com especial ênfase na violência no namoro entre adolescentes e/ou jovens.

1.2 A VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES ÍNTIMAS JUVENIS

A adolescência e a juventude representam uma etapa crucial do desenvolvimento humano, marcadas por transformações físicas, hormonais, psíquicas, emocionais, cognitivas e sociais, que se intensificam com o início das primeiras experiências amorosas. É também neste período, que surgem os primeiros padrões de violência nas relações de intimidade, os quais, no contexto do namoro, tendem frequentemente a manifestar-se de forma recíproca. A maior vulnerabilidade dos/as adolescentes e/ou dos/as jovens face à violência íntima é amplamente

associada às intensas mudanças desenvolvimentais e à instabilidade emocional que caracterizam esta etapa da vida (Guerreiro, et al., 2015; Santos & Caridade, 2017).

Neste sentido, a violência nas relações íntimas juvenis constitui uma problemática amplamente reconhecida, tanto pela comunidade científica como pela sociedade em geral. As investigações iniciais sobre este fenómeno centravam-se predominantemente na violência conjugal (Caridade & Barros, 2018). No entanto, foi o estudo pioneiro de Makepeace em 1981, nos Estados Unidos da América (EUA), que despertou o interesse pela análise da violência no namoro entre os/as jovens. Este estudo revelou que um/a em cada cinco estudantes universitários/as havia sido vítima de violência física, e que 61% dos/as participantes conheciam alguém que havia experienciado comportamentos abusivos numa relação amorosa (Makepeace, 1981). Desde então, a investigação sobre esta temática tem-se expandido significativamente, tanto a nível nacional como internacional, evidenciando que a violência nas relações juvenis é um fenómeno comum e amplamente disseminado. Estes contributos têm sido indispensáveis para aprofundar o conhecimento sobre o fenómeno e para evidenciar a necessidade premente de implementar intervenções específicas e políticas públicas eficazes de prevenção e de mitigação (Caridade & Barros, 2018; Lundgren & Amin, 2015; Santos & Murta, 2016).

Em Portugal, a investigação neste domínio tem-se intensificado especialmente nas últimas duas décadas (e.g., Lucas, 2002; Faias, Caridade, & Cardoso, 2016; Ferreira, Abreu, & Neves, 2019; Oliveira, 2015; Santos & Caridade, 2017), contribuindo decisivamente para o reconhecimento da violência nas relações íntimas juvenis como um problema relevante entre os/as jovens. Por exemplo, um estudo recente de Neves e colaboradores (2018) demonstrou que uma proporção considerável de estudantes universitários/as já foi exposta a situações de violência no namoro, com particular incidência na violência de natureza psicológica.

Internacionalmente, a **violência no namoro** é frequentemente referida na literatura como *dating violence*, *courtship violence* ou *violence amoureas*, abrangendo qualquer forma de agressão psicológica, verbal/emocional, relacional, física e/ou sexual que ocorre num relacionamento entre parceiros/as romanticamente envolvidos/as (Ahonen & Loeber, 2016; Silva, Coutinho, Bú, Cavalcanti, & Pinto, 2020).

Diante deste cenário, a seguir será apresentada uma análise aprofundada do fenómeno da violência no namoro, abordando detalhadamente as repercussões e a prevalência deste

comportamento. Adicionalmente, serão elucidados os fatores de risco e de proteção envolvidos, fornecendo uma compreensão abrangente das dinâmicas subjacentes a este fenómeno.

1.2.1 A VIOLÊNCIA NO NAMORO E AS SUAS TIPOLOGIAS

A violência nos relacionamentos amorosos durante a adolescência e a juventude é amplamente reconhecida como um problema de saúde pública, na medida em que está associada a diversas consequências negativas para a saúde dos/as envolvidos/as e aumenta o risco de perpetuação de padrões violentos nas relações conjugais futuras (Barreira, Lima, Bigras, Njaine, & Assis, 2014; Borges, Heine, & Dell’Aglia, 2020; Kim, Kim, Choi, & Emery, 2013). Denominada como violência no namoro, abrange um conjunto de comportamentos abusivos (físicos, psicológicos e/ou sexuais) ocorridos no contexto de relações íntimas estabelecidas por pré-adolescentes, por adolescentes e/ou por jovens adultos/as (Center for Disease Control and Prevention, 2014).

Quanto à **violência física**, Leen e colaboradores (2013), definem-na como o uso intencional de força física contra outra pessoa, com potencial para provocar lesão, incapacidade e/ou morte. Entre os comportamentos mais comuns encontram-se os socos, as bofetadas, as tentativas de estrangulamento e os empurrões. Estas ações são geralmente orientadas por uma dinâmica de poder e de controlo, com o objetivo deliberado de causar dor e/ou dano à vítima. A **violência psicológica**, por sua vez, refere-se à utilização de ameaças e/ou de táticas coercivas. Esta forma de violência pode incluir a humilhação, o controlo e a privação, a destruição intencional de bens pessoais, bem como o isolamento do/a parceiro/a de familiares e/ou de amigos/as. Apesar de não deixar marcas físicas visíveis, o impacto emocional é profundo e duradouro. Por fim, a **violência sexual** abrange todos os comportamentos que envolvem a coerção, física e/ou psicológica, para forçar a participação em atos sexuais contra a vontade do/a parceiro/a. Esta forma de violência não se limita ao contacto físico, podendo incluir o assédio, a coerção sexual e/ou a discriminação com base na sexualidade. A literatura indica que se trata de uma tipologia frequentemente desvalorizada e subnotificada, sobretudo no contexto de relações íntimas (Ferreira, Abreu, & Neves, 2019; Leen, et al., 2013; Oliveira, 2015; Santos & Caridade, 2017).

Adicionalmente, nas relações íntimas entre adolescentes e jovens, ao contrário do que ocorre entre adultos/as, ambos os/as parceiros/as têm maior probabilidade de praticar atos de violência e/ou agressão, ou de serem alvo destes comportamentos. No entanto, é importante destacar as diferenças significativas: os jovens do sexo masculino tendem a recorrer mais

frequentemente à violência física, aumentando o potencial de danos físicos mais graves, enquanto as jovens do sexo feminino geralmente enfrentam um impacto psicológico e emocional mais intenso. Além disso, é importante notar que a violência perpetrada por raparigas muitas vezes ocorre em resposta à violência que sofreram precedentemente (Caridade & Barros, 2018; Caridade & Machado, 2013; Oliveira, 2015).

Os avanços científicos nesta área têm gerado mudanças significativas no cenário social e político, demonstrando uma maior consciencialização sobre a seriedade do fenómeno e a urgência na implementação de medidas preventivas. Uma dessas mudanças cruciais foi a revisão da legislação, com a aprovação da Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro, que veio explicitar a aplicação do crime de violência doméstica aos casos de violência entre namorados/as e ex-companheiros/as, independentemente da orientação sexual, ampliando o âmbito do artigo 152.º do Código Penal. Além disso, diversas organizações governamentais e não governamentais, anteriormente centradas no apoio imediato a mulheres e a crianças vítimas de violência doméstica, estão agora a expandir as suas atuações para incluir iniciativas preventivas direcionadas aos grupos mais jovens (Caridade & Machado, 2013; Guerreiro, Oliveira, & Magalhães, 2018).

Em última análise, tanto as mudanças legais quanto as iniciativas preventivas espelham uma maior sensibilização para a problemática retratada. Assim, é importante considerar que tais medidas não somente abordam a urgência e a abrangência da questão, mas também respondem às repercussões significativas que a violência pode ter na vida das vítimas (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 2020; Caridade & Machado, 2013; Oliveira, Sousa, & Peixoto, 2023).

1.2.2 AS REPERCUSSÕES E A PREVALÊNCIA DO FENÓMENO

A vivência de um relacionamento íntimo abusivo pode ter impactos adversos em dissemelhantes aspetos da vida da vítima, afetando o seu bem-estar e o seu desempenho escolar. As consequências da violência podem servir como sinais e/ou como sintomas que, se identificados e/ou reconhecidos por amigos/as e/ou adultos/as de confiança, podem ajudar a prevenir comportamentos abusivos, a reduzir o impacto da vitimação e a interromper o relacionamento abusivo. Alguns desses fatores incluem as lesões físicas sem explicação aparente, os sentimentos de tristeza e de medo, os problemas de sono, as dificuldades de concentração, os problemas de memória e de tomada de decisão, a redução da autoconfiança, as mudanças abruptas de comportamento, o afastamento de pessoas próximas, a falta de

interesse em atividades antes admiradas, a queda no desempenho escolar e as tentativas de fuga (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 2020; Castañeda, Grande, Díez-Gañán, Sonogo, & Gavín, 2014; Fernández-González, O’Leary, & Muñoz-Rivas, 2014; Ferreira, Abreu, & Neves, 2019).

Estas repercussões são particularmente alarmantes ao considerar a alta prevalência da violência em relacionamentos amorosos entre os/as jovens. Em Portugal, desde o início dos anos 2000, a investigação tem evidenciado não só a persistência deste fenómeno, como também a sua complexidade e a sua diversidade de manifestações. Um dos primeiros estudos nacionais, conduzido por Lucas (2002), identificou diferentes padrões de agressão entre adolescentes dos 12 aos 17 anos, verificando uma maior propensão dos rapazes para a violência física e das raparigas para comportamentos de agressividade verbal. Em contexto universitário, Machado, Matos e Moreira (2003) constataram que cerca de 30% dos/as jovens admitiam ter adotado comportamentos abusivos em relações íntimas. Resultados semelhantes foram obtidos por Paiva e Figueiredo (2004), que destacaram a agressão psicológica como a forma mais prevalente de violência, seguida da coerção sexual e da agressão física.

Oliveira e Sani (2005) reforçaram este panorama ao identificarem uma proporção significativa de estudantes universitários/as que experienciaram situações de violência no namoro, tanto na posição de vítimas como de agressores/as. De forma convergente, Mendes (2006) salientou a ausência de diferenças estatisticamente significativas entre géneros na prática e na vivência destes comportamentos abusivos. Já Costa (2006) centrou-se nas crenças que legitimam a violência, evidenciando uma maior tendência dos rapazes para justificarem os atos violentos com base em comportamentos da parceira e/ou em fatores externos, como o consumo de álcool.

Num estudo mais abrangente, Caridade (2011) apurou níveis elevados de violência emocional e física entre jovens dos 13 aos 29 anos, salientando que, apesar da maior prevalência de comportamentos considerados menos graves, também foram identificados atos de maior gravidade, apontando para uma preocupante normalização da violência. Neste mesmo sentido, Oliveira, Sani e Magalhães (2012) confirmaram a elevada incidência de comportamentos abusivos entre estudantes do ensino secundário, realçando o impacto das experiências familiares violentas na perpetuação destes padrões nas relações amorosas. Mais recentemente, Santos, Caridade e Cardoso (2019) verificaram que 14% dos/as jovens admitiram ter praticado violência contra o/a parceiro/a, enquanto 24% reportaram ter sido vítimas. A agressão

psicológica destacou-se como a forma de violência mais comum (41%), sendo ainda relevante que 65% dos/as jovens agressores/as também assumiram ter sido vítimas.

Internacionalmente, os dados refletem uma realidade igualmente alarmante. No Brasil, Barreira e colaboradores (2014) reportaram que cerca de 84% dos/as jovens entre os 15 e os 19 anos afirmaram já ter sofrido ou perpetrado violência física e/ou psicológica no contexto de relações amorosas. Além disso, uma meta-análise de Wincentak, Connolly e Card (2016) revelou que 25% das raparigas e 13% dos rapazes admitiram comportamentos de agressão física no namoro. Em Espanha, nesse mesmo ano, Izaguirre e Calvete (2016) verificaram que as raparigas apresentavam índices mais elevados tanto de vitimação como de perpetração de violência psicológica. Em 2017, uma investigação realizada na América do Norte com jovens entre os 11 e os 16 anos indicou que cerca de 40% haviam adotado comportamentos abusivos nas suas relações, e aproximadamente 49% reportaram ter sido vítimas (Goncy, Sullivan, Farrell, Mehari, & Garthe, 2017). Mais recentemente, Borges, Heine e Dell’Aglia (2020), também no Brasil, destacaram a violência psicológica como a mais prevalente (92%), seguida da violência sexual (37%) e da violência física (27%).

Dada esta realidade alarmante, torna-se essencial compreender de que forma os comportamentos abusivos nas relações amorosas se refletem nas repercussões anteriormente mencionadas. A ampla disseminação da violência entre jovens parceiros/as íntimos/as está frequentemente associada a diversos indicadores de vitimação. Jovens expostos/as à violência física e/ou psicológica tendem a apresentar lesões físicas, bem como sintomas emocionais, como a tristeza e/ou o medo. A exposição continuada pode originar problemas de memória e/ou dificuldades de concentração, comprometendo o desempenho escolar e/ou a capacidade de tomar decisões informadas. A desconfiança em relação aos outros e/ou a perda de autoconfiança são igualmente efeitos recorrentes num contexto relacional marcado pela manipulação e pela desvalorização constantes. As mudanças abruptas de comportamento e/ou o afastamento social surgem, muitas vezes, como estratégias de autoproteção face ao trauma vivido. É, portanto, evidente a ligação entre a generalização destes comportamentos violentos e os múltiplos impactos negativos nas vítimas. Como sublinha Oliveira (2015), a exposição à violência no contexto familiar pode contribuir para a reprodução de padrões abusivos nas relações de intimidade, reforçando a importância de intervenções preventivas que considerem o histórico familiar. Compreender esta relação é crucial para desenvolver intervenções eficazes que mitiguem os efeitos da vitimação e que travem a perpetuação da violência nas relações juvenis (Barroso, 2008; Guerreiro, et al., 2015).

1.2.3 OS FATORES DE RISCO E OS FATORES DE PROTEÇÃO

A compreensão dos fatores que contribuem para a ocorrência de violência no namoro entre adolescentes e/ou jovens é essencial para desenvolver estratégias eficazes de prevenção e de intervenção. Neste sentido, torna-se crucial a análise tanto dos fatores de risco, que aumentam a probabilidade de ocorrência desta forma de violência, como dos fatores de proteção, que atuam como amortecedores do fenómeno (Black, Sussman, & Unger, 2010; Borges, Heine, & Dell’Aglío, 2020; Perdigão, et al., 2016).

Paralelamente, é importante reconhecer as barreiras que muitos/as adolescentes e/ou jovens enfrentam ao procurar auxílio em situações de violência no namoro. Questões relacionadas com a privacidade, o desejo de autonomia ou, ainda, a falta de conhecimento sobre os recursos disponíveis, contribuem para que uma parte significativa destes/as jovens não procure apoio. Esta relutância em procurar ajuda pode ser atribuída a diversos fatores, entre os quais: (1) a incapacidade de reconhecer o comportamento abusivo do/a parceiro/a; (2) a tendência para justificar e/ou minimizar tais comportamentos; (3) o medo de ser responsabilizado/a pelo relacionamento abusivo; (4) o receio de perder *status* entre os pares; (5) a esperança de que o comportamento do/a parceiro/a mude; (6) o desconhecimento dos recursos de apoio disponíveis ou, ainda, (7) o sentimento de vergonha associado ao ato de solicitar auxílio (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 2020).

Neste sentido, estudos recentes (e.g., Borges, Heine, & Dell’Aglío, 2020; Oliveira, Sousa, & Peixoto, 2023) evidenciam que o fenómeno da violência no namoro configura uma **problemática de natureza multicausal**, articulada com diversos fatores que podem potenciar ou atenuar a sua ocorrência.

Os **fatores de risco** associados ao envolvimento em situações de violência no namoro distinguem-se por diferentes níveis: individual, relacional, comunitário e social. A nível individual, destacam-se as experiências prévias de violência, os problemas de saúde mental, o consumo de substâncias psicoativas, os traços de agressividade e a impulsividade. No domínio relacional, salientam-se os relacionamentos caracterizados por conflitos frequentes, a dificuldade na resolução de problemas, os comportamentos de controlo e a possessividade excessiva, bem como a exposição a comportamentos violentos no núcleo familiar. Já a nível comunitário e social, incluem-se as crenças culturais que toleram e/ou legitimam a violência, os padrões culturais que perpetuam a desigualdade de género, o isolamento social e a ausência

de redes de apoio (Black, Sussman, & Unger, 2010; Borges, Heine, & Dell’Aglío, 2020; Perdigão, et al., 2016).

Complementarmente, os **fatores de proteção** também envolvem níveis individuais, relacionais, comunitários e sociais. A nível individual, destaca-se uma autoestima elevada, a capacidade de resolver conflitos de forma pacífica e assertiva, e o conhecimento sobre os princípios de um relacionamento saudável e respeitador. No plano relacional, distinguem-se a habilidade para comunicar aberta e honestamente, o apoio emocional mútuo, a valorização recíproca e o respeito pelas necessidades do/a parceiro/a. Finalmente, a nível comunitário e social, constituem-se como fatores de proteção, as culturas e as comunidades que promovem a igualdade de género e não toleram nenhuma forma de violência, o acesso a redes de apoio eficazes, bem como as iniciativas educativas direcionadas à promoção de relacionamentos saudáveis e à prevenção da violência (Black, Sussman, & Unger, 2010; Borges, Heine, & Dell’Aglío, 2020; Perdigão, et al., 2016).

Deste modo, a abordagem da violência no namoro requer uma compreensão abrangente dos fatores de risco e de proteção que influenciam a sua ocorrência. Consequentemente, estratégias de prevenção eficazes devem contemplar intervenções em múltiplos níveis, com o objetivo de promover contexto que favoreçam o desenvolvimento de relacionamentos saudáveis, baseados no respeito mútuo e na equidade (Black, Sussman, & Unger, 2010; Borges, Heine, & Dell’Aglío, 2020; Perdigão, et al., 2016).

1.2.4 SÍNTESE CONCLUSIVA

A violência nas relações íntimas juvenis reflete padrões de abuso que tendem a emergir durante a adolescência, um período caracterizado por intensas transformações desenvolvimentais e pela construção identitária (Guerreiro, et al., 2015; Santos & Caridade, 2017). Desde o estudo pioneiro de Makepeace (1981), que revelou a prevalência inquietante de violência física e de abusos psicológicos entre estudantes universitários/as, a violência no namoro tem suscitado crescente atenção tanto da comunidade científica como da sociedade em geral (Caridade & Barros, 2018; Lundgren & Amin, 2015; Oliveira, Sousa, & Peixoto, 2023; Santos & Murta, 2016). Neste âmbito, a violência no namoro engloba diversas formas de abuso, podendo manifestar-se de maneira recíproca entre os/as parceiros/as. No entanto, os impactos tendem a ser mais gravosos para as raparigas (Ahonen & Loeber, 2016; Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 2020; Silva, Coutinho, Bú, Cavalcanti, & Pinto, 2020).

Diante da elevada prevalência deste fenómeno entre adolescentes e/ou jovens, têm sido implementadas diversas medidas com vista à sua mitigação, incluindo reformas legislativas e programas educativos de sensibilização (Caridade & Machado, 2013). Reitera-se, assim, a importância de compreender os fatores de risco e de proteção associados à violência no namoro. Entre os fatores de risco destacam-se as experiências prévias de abuso, os problemas de saúde mental, o consumo de substâncias psicoativas e a agressividade. Por outro lado, os fatores de proteção incluem uma autoestima elevada, as competências de resolução de conflitos e a presença de redes de apoio social (Black, Sussman, & Unger, 2010; Borges, Heine, & Dell’Aglío, 2020; Perdigão, et al., 2016).

1.3 O ABUSO CIBERNÉTICO NAS RELAÇÕES ÍNTIMAS JUVENIS

A utilização das novas tecnologias tem vindo, ao longo dos últimos anos, a facilitar as conexões emocionais estabelecidas nas relações de namoro juvenis, ao possibilitar uma interação constante entre os membros do casal (Borrajo, Gámez-Guadix, & Calvete, 2015; Brown, Flood, & Hegarty, 2022; Mosley & Lancaster, 2019; Stonard, Bowen, Walker, & Price, 2015). Todavia, é fundamental reconhecer que estas mesmas tecnologias podem também favorecer a perpetuação de comportamentos violentos, sendo o abuso cibernético no namoro um exemplo emblemático desta dualidade (Borrajo, Gámez-Guadix, & Calvete, 2015; Cantu & Charak, 2020; Monteiro, Correia, & Guedes, 2022; Strickland & Mosley, 2023). Internacionalmente conhecido por termos como *digital dating abuse*, *electronic aggression*, *electronic dating violence*, *intimate partner cyber aggression* ou ainda, *intimate partner cyber harassment*, este fenómeno compreende uma variedade de comportamentos, que envolvem o uso de tecnologias digitais para exercer controlo, humilhar, ameaçar e/ou assediar o/a parceiro/a (Hinduja & Patchin, 2013; Marganski & Melander, 2015).

Neste sentido, estas formas de violência podem manifestar-se por meio de diversas modalidades, incluindo o envio de mensagens agressivas, a divulgação de conteúdos privados sem consentimento, a vigilância constante das atividades *online* e a utilização das redes sociais para difamar e/ou isolar a vítima. A crescente ubiquidade dos dispositivos móveis e das plataformas sociais ampliou o alcance e a persistência destas ações abusivas, tornando-as uma preocupação significativa no âmbito das relações íntimas juvenis (Hamby, Finkelhor, Turner, & Ormrod, 2011; Smith, Ireland, Park, Elwyn, & Thornberry, 2011).

Perante esta situação preocupante, nos tópicos subsequentes, proceder-se-á a uma análise pormenorizada das tipologias do abuso cibernético no namoro, da sua prevalência e das

suas repercussões. Além disso, serão examinados e esclarecidos os fatores de risco e de proteção associados a esta problemática.

1.3.1 O ABUSO CIBERNÉTICO NO NAMORO E AS SUAS TIPOLOGIAS

Historicamente, o abuso cibernético no namoro foi frequentemente encarado somente como uma extensão das formas tradicionais de violência no namoro, em vez de ser reconhecido como uma forma distinta e significativa de abuso (Basting, et al., 2023; Leisring & Giumetti, 2014). Apesar das interações temporais e das sobreposições entre a perpetração e a vitimação da violência física e cibernética no namoro, existem comportamentos específicos que reforçam a necessidade de conceptualizar o abuso cibernético no namoro como uma forma singular de violência. Isto deve-se ao facto de incluir práticas como a monitorização da localização por meio da tecnologia e a divulgação não consensual de imagens sexuais *online* (Caridade, Braga, & Borrajo, 2019; Cavalcanti & Coutinho, 2019; Temple, et al., 2016).

Portanto, embora persista um debate contínuo sobre se o abuso cibernético no namoro constitui uma forma de violência única ou se deve ser compreendido como uma extensão da violência psicológica, investigações recentes apontam para a sua natureza distinta. Esta distinção é evidenciada pelo facto de o fenómeno ocorrer independentemente da presença de violência psicológica presencial e de prever, inclusive, a ocorrência futura de comportamentos violentos, tanto psicológicos quanto físicos (Brem, Stuart, Cornelius, & Shorey, 2019; Marganski & Melander, 2015). Neste contexto, diversos autores (e.g., Caridade, Sousa, & Dinis, 2020; Zweig, Dank, Yahner, & Lachman, 2013) definem o abuso cibernético no namoro como uma forma de vitimação mediada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação, caracterizada por condutas de controlo e de assédio exercidos pelo/a parceiro/a. Por outras palavras, sob uma perspetiva multidimensional, o abuso cibernético no namoro abrange um conjunto variado de comportamentos abusivos realizados por meio de ferramentas digitais.

Segundo a perspetiva defendida por Zweig e colaboradores (2013), o abuso cibernético no namoro caracteriza-se pela utilização da tecnologia e/ou das redes sociais para praticar comportamentos como o controlo, o assédio, a perseguição e/ou o abuso. A adoção destes comportamentos tem como objetivo intencional provocar sofrimento e/ou angústia ao/à parceiro/a. Com base nestas definições, o fenómeno pode ser dividido em duas tipologias: a **agressão direta** e a **monitorização ou controlo**. A agressão direta refere-se a ações deliberadas que visam prejudicar o/a parceiro/a, como as ameaças, os insultos e/ou a divulgação de informações pessoais através de meios eletrónicos. Já a monitorização ou o controlo envolvem

comportamentos de vigilância e/ou de invasão da privacidade, realizado sem o consentimento do/a parceiro/a (Borrajo, Gámez-Guadix, & Calvete, 2015).

É fundamental salientar que o abuso cibernético no namoro apresenta características específicas, nomeadamente a rapidez e a facilidade com que a violência pode ser exercida, bem com a transformação de assuntos privados em questões de domínio público. Este potencial é evidenciado, por exemplo, na partilha não consensual de imagens íntimas *online*, conforme analisado por Caridade, Braga e Borrajo (2019). Adicionalmente, destaca-se que a comunicação mediada por dispositivos tende a reduzir a intimidade interpessoal e a potenciar a hostilidade, como se verifica nos comportamentos de controlo e de vigilância descritos por Zweig, Dank, Yahner e Lachman (2013). Estas dinâmicas sugerem que o abuso cibernético no namoro pode ser facilitado pela conveniência de agredir sem a necessidade de confrontar o/a parceiro/a presencialmente, como apontam Marganski e Melander (2015).

1.3.2 AS REPERCUSSÕES E A PREVALÊNCIA DO FENÓMENO

De forma semelhante a outras manifestações de violência nas relações íntimas juvenis, o abuso cibernético no namoro pode originar diversas consequências negativas para as vítimas. Entre estas, destaca-se a angústia emocional e psicológica, a diminuição da autoestima, o aumento dos níveis de depressão e/ou de ansiedade, bem como uma maior probabilidade de ocorrência de violência também em contextos presenciais do relacionamento amoroso (Borrajo, Gámez-Guadix, & Calvete, 2015; Marganski & Melander, 2015; Smith, et al., 2018). Embora rapazes e raparigas possam experienciar estas consequências, estudos indicam que as raparigas tendem a apresentar reações mais negativas e efeitos mais severos perante comportamentos abusivos mediado pelas tecnologias (Reed, Tolman, & Ward, 2016; Smith, et al., 2018).

Contudo, esta forma de abuso continua frequentemente a ser desvalorizada, sendo muitas vezes é interpretada erroneamente como uma demonstração de afeto, uma brincadeira ou uma simples atitude irritante do/a parceiro/a. Esta perceção distorcida pode contribuir para a permanência das vítimas em relacionamentos abusivos, reforçando o vínculo com o/a agressor/a (Dannisworo, Buchari, & Dian Oriza, 2022). Ademais, as dinâmicas de poder e de controlo observadas nas interações *online* tendem a refletir e a ampliar as formas tradicionais de violência no namoro, o que dificulta ainda mais a identificação e a intervenção nestes contextos (Monteiro, Correia, & Guedes, 2022).

Diante disto, o crescimento exponencial da utilização de *smartphones*, surge como um dos fatores associados à proliferação de comportamentos desajustados nas relações juvenis. Um

estudo de Durán-Segura e Martínez-Pecino (2015), revelou que 58% dos/as inquiridos/as já tinham sido vítimas de abuso via telemóvel, enquanto 27% relataram experiências abusivas através da *internet*. Relativamente à perpetração, 48% admitiram ter utilizado o telemóvel para intimidar o/a parceiro/a, e 14% relataram fazê-lo através da *internet*.

Nesse mesmo ano, em Espanha, Borrajo e colaboradores (2015) com uma amostra de 1 068 estudantes universitários/as, verificaram que 25% haviam sido vítimas de abuso cibernético no namoro, ao mesmo tempo que 17% admitiram comportamentos de perpetração. Já nos EUA, Reed e colaboradores (2016), identificaram que cerca de 45% dos/as participantes relataram episódios de vitimação cibernética em relações amorosas. Em 2017, Peskin e colaboradores (2017), observaram que aproximadamente 26% dos/as adolescentes norte-americanos/as haviam sido vítimas de abuso cibernético no namoro.

Mais recentemente, em Portugal, Monteiro, Correia e Guedes (2022) num estudo com 894 participantes com idades compreendidas entre os 17 e os 56 anos, constataram que mais de metade dos/as inquiridos/as já tinha experienciado algum tipo de abuso cibernético no namoro ao longo da vida. Tal como em investigações anteriores (e.g., Borrajo, Gámez-Guadix, & Calvete, 2015; Caridade & Braga, 2019), o controlo foi identificado como a forma mais comum de abuso, tanto na vitimação quanto na perpetração.

Assim sendo, os dados existentes evidenciam que o abuso cibernético no namoro constitui um fenómeno prevalente e preocupante em diversos contextos geográficos. A elevada incidência de vitimação e de comportamentos abusivos sublinha a necessidade premente de intervenções preventivas e educativas. Estas devem privilegiar a promoção de relações saudáveis, o uso ético da tecnologia e a sensibilização para os sinais de abuso cibernético (Durán-Segura & Martínez-Pecino, 2015; Reed, Tolman, & Ward, 2016).

1.3.3 OS FATORES DE RISCO E OS FATORES DE PROTEÇÃO

Com base na literatura existente, diversos fatores de risco e de proteção têm sido associados à vitimação e à perpetração de comportamentos cibernéticos abusivos no contexto das relações íntimas juvenis.

Relativamente à perpetração, os **fatores de risco** incluem a exposição a ambientes familiares agressivos, marcados por violência interpaparental, a legitimação do abuso cibernético, as crenças normativas de controlo excessivo nos relacionamentos, os estereótipos de género, as atitudes sexistas, os traços de personalidade narcisistas, bem como as experiências prévias de

bullying e/ou de *cyberbullying*. Adicionalmente, o consumo de substâncias psicoativas e o uso de álcool destacam-se como fatores significativamente associados a condutas abusivas (Borrajo, Gámez-Guadix, & Calvete, 2015; Caridade & Braga, 2019).

No que diz respeito à vitimação, os **fatores de vulnerabilidade** incluem os relacionamentos de risco entre os pares, o início precoce da atividade sexual, a utilização inconsistente de métodos contraceptivos, e a coerção reprodutiva. Além disso, os sintomas depressivos e ansiosos, o sofrimento emocional e/ou psicológico, os sentimentos de raiva e de hostilidade, a baixa autoestima, o fraco autoconceito, o histórico de abuso em relacionamentos anteriores, o início precoce e a repetição de relacionamentos amorosos, a fraca coesão parental e o envolvimento com parceiros/as significativamente mais velhos/as são também apontados como fatores de risco relevantes (Borrajo, Gámez-Guadix, & Calvete, 2015; Dick, et al., 2014; Van Ouytsel, Ponnet, & Walrave, 2017). Importa ainda salientar, conforme argumentado por Smith e colaboradores (2018), que a baixa autoestima pode não somente predispor à vitimação, mas também resultar dela, uma vez que indivíduos com este perfil tendem a ser identificados como alvos vulneráveis por parte dos/as agressores/as.

Por outro lado, os **fatores de proteção** incluem o envolvimento ativo dos pais e/ou das figuras parentais, a alta coesão familiar e as relações parentais positivas. Vários estudos (e.g., Muñoz Rivas & Monreal Gimeno, 2017; Peskin, et al., 2017; Smith-Darden, Kernsmith, Victor, & Lathrop, 2017; Strickland & Mosley, 2023; Temple, et al., 2016) indicam que a presença de vínculos afetivos seguros, a proximidade emocional e/ou uma comunicação eficaz entre pais e/ou figuras parentais e filhos/as contribuem para reduzir significativamente o risco de ocorrência de abuso cibernético.

Deste modo, torna-se evidente que a compreensão dos fatores de risco e de proteção é essencial para enfrentar tanto a vitimação quanto a perpetração de comportamentos abusivos. A identificação destas variáveis destaca a necessidade de estratégias de intervenção e de prevenção que não se limitem ao tratamento das consequências do abuso, mas que também fortaleçam os recursos protetores e mitiguem os fatores de risco (Borrajo, Gámez-Guadix, & Calvete, 2015; Dick, et al., 2014; Van Ouytsel, Ponnet, & Walrave, 2017).

1.3.4 SÍNTESE CONCLUSIVA

A crescente incidência do abuso cibernético em relacionamentos íntimos juvenis é um fenómeno complexo que tem recebido cada vez mais reconhecimento e análise por parte de

inúmeros pesquisadores. Embora as novas tecnologias tenham facilitado a conexão emocional entre parceiros/as romanticamente envolvidos/as, também deram origem a formas de abuso que anteriormente não eram praticáveis. Desta forma, o abuso cibernético no namoro, representa uma dualidade neste contexto, no qual as tecnologias digitais são utilizadas para exercer controlo, humilhar, ameaçar e/ou assediar o/a parceiro/a (Cantu & Charak, 2020; Monteiro, Correia, & Guedes, 2022). Este tipo de abuso pode manifestar-se de diversas formas, incluindo o envio de mensagens agressivas, a partilha não consensual de conteúdo privado, a vigilância *online* e a difamação. Perante esta realidade, a sua prevalência é inquietante, sobretudo entre os/as jovens, e as suas consequências são vastas, incluindo a angústia, a baixa autoestima, a depressão e o aumento da probabilidade de envolvimento em situações de violência presencial (Hamby, Finkelhor, Turner, & Ormrod, 2011; Marganski & Melander, 2015; Smith, Ireland, Park, Elwyn, & Thornberry, 2011).

A análise das tipologias deste abuso revela a sua complexidade e a necessidade de o reconhecer como uma forma distinta de violência no namoro, independentemente de outras formas de abuso psicológico. A agressão direta e o controlo são as duas tipologias principais, destacando-se pela intenção de causar sofrimento ao/à parceiro/a e pela invasão da privacidade, respetivamente. Além disso, a compreensão dos fatores associados a este fenómeno é fundamental, dado que o combate a esta problemática requer uma abordagem multifacetada que não apenas trate os sintomas, mas também fortaleça os fatores de proteção e reduza os riscos relacionados (Borrajo, Gámez-Guadix, & Calvete, 2015; Dick, et al., 2014; Van Ouytsel, Ponnet, & Walrave, 2017).

1.4 A VIOLÊNCIA NO SISTEMA FAMILIAR E A TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA VIOLÊNCIA

A vivência e/ou a exposição à violência no ambiente familiar tem sido consistentemente apontada pela literatura como um dos principais fatores de risco para a ocorrência de violência nas relações amorosas. Em Portugal, este fenómeno tem sido objeto de significativa atenção científica, com diversos estudos a evidenciar a influência da violência familiar na reprodução de dinâmicas abusivas entre os/as jovens (Oliveira, Sani & Magalhães, 2012; Oliveira & Sani, 2005; Oliveira, 2015). Deste modo, o abuso nos relacionamentos íntimos é frequentemente associado à experiência precoce de violência no contexto familiar, à severidade da disciplina parental, à vivência de maus-tratos parentais ou até mesmo à exposição ao conflito entre os pais e/ou as figuras parentais (Faias, Caridade, & Cardoso, 2016; Jouriles, Mueller, Rosenfield, McDonald, & Dodson, 2012; Tschann, et al., 2008).

Argumenta-se que adolescentes e/ou jovens que vivem em ambientes familiares abusivos carecem de um processo de socialização que permita o desenvolvimento de habilidades interpessoais e de resolução de conflitos, essenciais para a formação de relacionamentos saudáveis. Como consequência, a exposição ao conflito familiar pode acarretar repercussões significativas nos seus relacionamentos (Oliveira, Sani & Magalhães, 2012; Oliveira & Sani, 2009; Oliveira, 2015). Por outras palavras, isto significa que os comportamentos dos/as jovens são influenciados pelo contexto no qual estão inseridos/as, pelo que, a exposição a padrões violentos intensifica a possibilidade da internalização destas condutas (Faias, Caridade, & Cardoso, 2016). Assim, a transmissão intergeracional da violência constitui-se como uma das principais perspetivas teóricas utilizadas para esclarecer a relação existente entre a violência no sistema familiar e a violência entre parceiros/as nas relações de namoro posteriores (Black, Sussman, & Unger, 2010; Oliveira, 2015).

Neste sentido, nos próximos pontos, analisar-se-á o fenómeno da violência interparental e as suas repercussões nos/as jovens, com ênfase na transmissão intergeracional da violência, com base na **Teoria da Aprendizagem Social** de Albert Bandura (1971).

1.4.1 A VIOLÊNCIA INTERPARENTAL E O IMPACTO DA EXPOSIÇÃO DOS/AS JOVENS A SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA

A violência interparental refere-se ao conflito violento que ocorre entre os pais e/ou as figuras parentais de um/a adolescente e/ou de um/a jovem, que podem ou não, estar unidos/as pelo casamento. Este tipo de violência, ocorre num contexto familiar que, idealmente, deveria ser promotor de desenvolvimento, de acolhimento e de proteção. Por envolver figuras de referência altamente significativas, a violência interparental tende a ter um impacto expressivamente negativo sobre os/as adolescentes e/ou sobre os/as jovens que a testemunham. Mesmo que estes/as não reproduzam diretamente os comportamentos violentos nas suas futuras relações, o facto de crescerem num ambiente pautado pelo medo, pela instabilidade e pela ausência de modelos relacionais saudáveis, compromete gravemente a construção de vínculos seguros e afetivamente equilibrados (Ehrensaft, Cohen, Brown, Smailes, Chen, & Johnson 2003; Fehringer & Hindin 2009; Milletich, Kellley, Doane, & Pearson 2010; Oliveira & Sani, 2009; Scantamburlo, Moré, & Crepaldi, 2012; Wareham, Boots, & Chavez 2009).

Assim, a presença contínua de tensão, de agressividade e/ou de imprevisibilidade no seio familiar fragiliza a perceção de segurança, de pertença e de apoio emocional por parte do/a adolescente e/ou do/a jovem. Como consequência, o impacto pode expressar-se através de

sintomas de **internalização** (e.g., ansiedade, medo, isolamento) e/ou de **externalização** (e.g., agressividade, raiva, impulsividade). Além disso, observa-se frequentemente a presença de dificuldades significativas na regulação emocional e nas competências sociais (Jouriles, Mueller, Rosenfield, McDonald, & Dodson, 2012; Oliveira, Assis, Njaine, & Pires, 2014; Silva, Oro, & Bossardi, 2021).

A literatura científica sobre a vitimação juvenil evidencia que adolescentes e/ou jovens expostos/as à violência interparental apresentam maior propensão para desenvolver problemas emocionais e psicológicos do que aqueles/as que crescem em lares livres de violência. Deste modo, estes/as jovens podem manifestar um amplo conjunto de dificuldades a nível comportamental, social, emocional, psicológico, cognitivo e até físico (Buckley, Holt, & Whelan, 2007; Cummings & Davies, 2010; Mendes & Sani, 2015; Oliveira & Sani, 2009). Entre os sinais mais frequentes entre adolescentes com mais de 12 anos, destaca-se a tentativa de ocultar os problemas familiares, a dificuldade em comunicar e em respeitar normas nas interações interpessoais, e a resistência e/ou a recusa em seguir regras estabelecidas.

Neste contexto, diversos/as adolescentes e/ou jovens que experienciam episódios violentos no lar, tendem a adotar um combinado de comportamentos de risco. Além dos sinais referidos, é comum o envolvimento em práticas autodestrutivas, como o consumo de substâncias psicoativas, o início precoce e/ou desprotegido da atividade sexual, e outras condutas marcadamente desafiantes e rebeldes. Tais comportamentos funcionam, frequentemente, como mecanismos de *coping*, ou seja, estratégias de enfrentamento que visam atenuar o *stress* e a dor emocional resultantes de um ambiente familiar hostil. O uso de substâncias, por exemplo, pode representar uma tentativa de automedicação para lidar com sentimentos de ansiedade, de depressão e/ou de angústia. Paralelamente, a atividade sexual precoce e/ou desprotegida pode traduzir uma procura por validação emocional e/ou uma forma de escapar momentaneamente à realidade (Hamby, Finkelhor, Turner, & Ormrod, 2011; Howell, Barnes, Miller, & Graham-Bermann, 2016).

O comportamento rebelde e a desobediência às normas estabelecidas podem, igualmente, constituir formas de resistência ao controlo coercivo e à autoridade disfuncional exercida no contexto familiar. Assim, os/as adolescentes e/ou os/as jovens expostos/as a estas dinâmicas tendem a desenvolver uma visão negativa sobre as figuras de autoridade, podendo envolver-se em comportamentos antissociais, em desrespeito pelas regras escolares e/ou sociais, e até em práticas delinquentes em grupo, como forma de resistência e de afirmação

pessoal (Garrido, Culhane, Raviv, & Taussig, 2011; Lewis, Holmes, Watkins, & Mathers, 2015; Turner, Shattuck, Hamby, & Finkelhor, 2016).

Por fim, é ainda importante enfatizar que a ausência de modelos familiares positivos de conflitos e de comunicação eficaz compromete o desenvolvimento de competências interpessoais saudáveis nos/as jovens. Tal limitação contribui para a perpetuação de padrões violentos nas suas futuras relações, alimentando ciclos intergeracionais de violência. Compreender os efeitos da violência interparental durante a adolescência e a juventude é, portanto, essencial para prevenir e para interromper estes ciclos, promovendo contextos familiares mais seguros e estruturantes (Faias, Caridade, & Cardoso, 2016; Oliveira, 2015; Oliveira & Sani, 2009; Paixão, et al., 2015; Schulz & Colossi, 2020).

1.4.2 A TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA VIOLÊNCIA

A compreensão da violência como um fenómeno multifacetado leva-nos a explorar não só as suas manifestações imediatas, mas também as suas raízes profundas nas dinâmicas familiares e/ou sociais. Uma das dimensões mais críticas neste sentido é a **Transmissão Intergeracional da Violência**, um processo através do qual padrões de comportamento violento são aprendidos, interiorizados e reproduzidos de uma geração para outra (Oliveira, 2015; Oliveira & Sani, 2009; Silva, Oro, & Bossardi, 2021). Este fenómeno implica que as experiências de violência vividas e/ou testemunhadas na adolescência e/ou na juventude podem influenciar, de forma direta ou indireta, os comportamentos futuros de jovens e de adultos/as, afetando profundamente as suas relações interpessoais.

Uma das principais explicações teóricas para este processo é a **Teoria da Aprendizagem Social, desenvolvida por Albert Bandura (1971)**, que sublinha que o comportamento humano é adquirido por meio da observação, da imitação e do reforço. Neste contexto, os/as jovens aprendem observando os comportamentos dos seus modelos de referência, normalmente os pais e/ou as figuras parentais, e tendem a reproduzir esses comportamentos, especialmente quando os percebem como eficazes e/ou recompensadores (Bandura, 1971; Howell, Barnes, Miller, & Graham-Bermann, 2016). Aplicando esta teoria à transmissão da violência, compreende-se que quando os/as adolescentes crescem num lar onde os conflitos são resolvidos através da agressão física, verbal e/ou psicológica, é provável normalizarem esse padrão de relação. Se testemunham que a violência traz benefícios (e.g., submissão do outro cônjuge, controlo, obtenção de poder), podem interiorizar a ideia de que esta é uma estratégia legítima para lidar com tensões. Este processo é agravado quando não

existem modelos alternativos saudáveis de gestão de emoções e/ou de resolução de conflitos, reforçando a perpetuação do ciclo (Garrido, Culhane, Raviv, & Taussig, 2011; Howell, Barnes, Miller, & Graham-Bermann, 2016; Strickland & Mosley, 2023).

A perspectiva de Oliveira e Sani (2009), aprofunda esta compreensão, propondo dois mecanismos de aprendizagem social: a “**modelagem generalizada**”, em que qualquer forma de agressão familiar é aceita pelas gerações seguintes, e a “**modelagem específica**”, em que os indivíduos tendem a reproduzir os tipos específicos de violência aos quais outrora estiveram expostos. Por exemplo, mulheres que experienciaram violência enquanto crianças podem aceitar relações abusivas na idade adulta, confundido o amor com o sofrimento. Em contrapartida, jovens que crescem em lares emocionalmente estáveis têm maior probabilidade de desenvolver modelos positivos de vínculo, baseados no respeito, na empatia e na comunicação.

A pesquisa empírica reforça a ligação entre a exposição precoce à violência e o desenvolvimento de comportamentos abusivos na vida adulta. Assim, adolescentes e/ou jovens criados/as em ambientes violentos apresentam uma maior propensão para se envolverem em relacionamentos abusivos, tanto na posição de agressores/as quanto na de vítimas. Além disso, tendem a enfrentar dificuldades ao nível da saúde mental, manifestando sintomas de depressão, de ansiedade, de baixa autoestima e/ou de déficit na regulação emocional, limitando a sua capacidade de estabelecer relações afetivas saudáveis (Ahonen & Loeber, 2016; Borges, Heine, & Dell’Aglia, 2020; Lewis, Holmes, Watkins, & Mathers, 2015; Turner, Shattuck, Hamby, & Finkelhor, 2016).

No entanto, importa destacar que a transmissão intergeracional da violência não é inevitável, ou seja, nem todos/as os/as jovens expostos/as à violência familiar repetem esse padrão. Fatores como a resiliência individual, o acesso a redes de apoio social e comunitário, e a educação para os relacionamentos saudáveis podem desempenhar um papel protetor essencial. Intervenções psicológicas, projetos escolares e comunitários, bem como o reforço de políticas públicas que promovam ambientes familiares seguros e inclusivos, são estratégias-chave para interromper este ciclo. O género, a sexualidade, o contexto sociocultural e/ou os recursos disponíveis também moldam a forma como a violência é experienciada, exigindo uma abordagem multidisciplinar na resposta a este fenómeno (Oliveira, 2015; Oliveira & Sani, 2009; Strickland & Mosley, 2023; Turner, Shattuck, Hamby, & Finkelhor, 2016). Assim, compreender a transmissão intergeracional da violência vai além da identificação dos seus

mecanismos, exigindo reconhecer os momentos-chave onde é possível intervir, apoiar e/ou transformar. São esses pontos de ruptura que abrem caminho para quebrar os ciclos de violência e para fomentar a construção de vínculos afetivos mais saudáveis, seguros e conscientes entre as gerações futuras.

1.4.3 SÍNTESE CONCLUSIVA

A violência no sistema familiar e a transmissão intergeracional da violência revelam-se como fenômenos complexos e profundamente interligados. A vivência e/ou a exposição à violência no ambiente familiar é um dos principais fatores de risco para a ocorrência de violência em relacionamentos íntimos futuros (Faias, Caridade, & Cardoso, 2016; Jouriles, Mueller, Rosenfield, McDonald, & Dodson, 2012). Assim, jovens criados/as em ambientes abusivos carecem frequentemente de habilidades interpessoais e de resolução de conflitos, essenciais para a formação de relacionamentos saudáveis, aumentando a probabilidade de internalização e de repetição de comportamentos violentos (Oliveira & Sani, 2009; Silva, Oro, & Bossardi, 2021).

A Teoria da Aprendizagem Social de Albert Bandura (1971) fornece uma base teórica robusta para entender como os comportamentos violentos são observados, internalizados e replicados pelas gerações subsequentes. Desta forma, os/as adolescentes e/ou os/as jovens que testemunham violência entre os pais e/ou as figuras parentais podem aprender que a violência é uma resposta aceitável e/ou eficaz para resolver conflitos, especialmente se a violência observada resultar em consequências assimiladas como positivas (Garrido, Culhane, Raviv, & Taussig, 2011; Howell, Barnes, Miller, & Graham-Bermann, 2016). Assim sendo, a compreensão dos efeitos da violência interparesntal é crucial para identificar e para interromper os ciclos de violência que podem persistir durante gerações. Pelo que, abordagens multidisciplinares e intervenções direcionadas são essenciais para mitigar os efeitos da violência na adolescência e na juventude, promovendo um desenvolvimento saudável e prevenindo a continuidade da violência nas futuras linhagens (Ahonen & Loeber, 2016; Borges, Heine, & Dell’Aglío, 2020).

1.5 DO CONTEXTO FAMILIAR AO DIGITAL – FATORES ASSOCIADOS AO ABUSO CIBERNÉTICO ENTRE JOVENS

Com a crescente utilização dos meios e dos instrumentos de comunicação digitais, a comunicação à distância entre os/as parceiros/as íntimos/as intensificou-se exponencialmente, dando origem a novas formas de perpetrar violência no namoro, contribuindo assim para a

amplificação desta problemática (Zweig, Dank, Yahner, & Lachman, 2013). À semelhança do que estes e outros autores reforçam (e.g., Strickland & Mosley, 2023; Villora, Yubero, & Navarro, 2019), Hinduja e Patchin (2013) julgam que as novas tecnologias abarcam um impacto considerável nos relacionamentos amorosos dos/as jovens, uma vez que simplificam a constante comunicação entre eles/as e podem apressadamente gerar condutas de controlo e/ou de invasão da privacidade do/a parceiro/a.

Desta indagação pela origem deste comportamento, entre as múltiplas possibilidades, os autores Shapka e Law (2013), defendem que o abuso cibernético que ocorre entre os/as adolescentes e/ou os/as jovens, relaciona-se de forma positiva com níveis superiores de controlo parental e com níveis inferiores de solicitação parental. Isto ocorre porque, adolescentes e jovens que acreditam que não seriam repreendidos/as pelos pais e/ou pelas figuras parentais caso desenvolvessem comportamentos cibernéticos violentos, são mais propensos/as a manter e/ou a adotar estas condutas, analogamente aos/às adolescentes e/ou aos/às jovens que acreditam que seriam censurados/as (Hinduja & Patchin, 2013).

Ainda nesta linha de entendimento, um estudo conduzido por Peskin e colaboradores (2017), evidenciou que adolescentes e/ou jovens com níveis superiores de monitorização parental apresentaram uma menor possibilidade de se envolverem em comportamentos cibernéticos violentos, destacando assim a relação existente entre o ambiente familiar e o uso inadequado das tecnologias. Em oposição, uma meta-análise sobre os fatores de risco e de proteção associados à perpetração de abuso cibernético não encontrou dados estatísticos significativos que sustentassem esta relação (Caridade & Braga, 2020). Mas, já anteriormente, Wright (2015) desenvolveu um estudo, que tinha como objetivo principal investigar a relação existente entre o apego aos pais e ao/à parceiro/a com o abuso cibernético em relações amorosas, onde concluiu que a alienação por parte das mães dos/as adolescentes está associada à agressão cibernética, no entanto, não foram registados valores no que diz respeito à alienação por parte do pai.

Ainda que a exposição a comportamentos violentos no contexto familiar esteja consistentemente relacionada com as formas mais comuns de perpetração e/ou de vitimação de abuso nas relações amorosas juvenis, os estudos que estendem esta associação ao abuso cibernético no namoro são insuficientes (Basting, et al., 2023). Entre estes escassos estudos, um levado a cabo por Ellyson e colaboradores (2021), estimou que sensivelmente 75% dos/as jovens, em algum momento da sua vida, experienciaram pelo menos um comportamento de

abuso cibernético no namoro e concluíram que a forma mais comum de abuso cibernético é o controlo, que pode ocorrer de forma aberta e/ou oculta. Entende-se por aberto quando o controlo é perpetrado por meio de chamadas e/ou de mensagens constantes, com o objetivo de perceber onde e/ou com quem o/a parceiro/a se encontra, ou até mesmo quando há restrição de contacto com terceiros, por exemplo, através do bloqueio de números de telemóvel (Freed, et al., 2017). Adicionalmente, considera-se que o controlo ocorre de forma oculta quando os/as perpetradores/as de abuso cibernético leem as mensagens dos/as parceiros/as sem permissão destes/as (Tompson, Benz, & Agiesta, 2013). Isto sugere que, presumivelmente a presença de comportamentos cibernéticos violentos nas relações de namoro, pode estar associada à normalização deste fenómeno, uma vez que o controlo exercido através dos meios de comunicação digitais é evidenciado tanto no controlo interparental quanto no controlo entre os pares (Van Ouytsel, Ponnet, & Walrave, 2017). No entanto, apesar de tais comportamentos poderem ser normalizados nestes contextos, é importante salientar que esta normalização, não reduz a natureza problemática destas ações (Basting, et al., 2023).

Esta ideologia é reforçada pela perspetiva de Curry e Zavala (2020), que defendem que adolescentes expostos/as a comportamentos de abuso cibernético na família e/ou no grupo de amigos/as, tendem a estar mais propensos/as a replicar estes comportamentos nos seus próprios relacionamentos. Ao explorarem a relação entre a Teoria da Aprendizagem Social e o abuso cibernético no namoro, os autores concluíram que tanto as experiências abusivas, quanto a convivência com vítimas de abuso estão associadas à vitimação em relacionamentos amorosos. No entanto, ao incluírem as variáveis de controlo (e.g., idade, género), verificaram que estas associações explicaram apenas, aproximadamente, 15% da variação na vitimação, sugerindo a influência de outros fatores. Além disso, e previamente a esta perspetiva, Van Ouytsel e colaboradores (2017), destacaram a existência de uma relação significativa entre o abuso cibernético no namoro, a aceitação de comportamentos violentos e a observação de comportamentos controladores perpetrados em contexto familiar.

Em suma, tanto a violência no namoro quanto o abuso cibernético no namoro podem ser compreendidos à luz da Teoria da Aprendizagem Social que, tal como mencionado anteriormente, sugere que o indivíduo interioriza determinados comportamentos através das interações sociais. Assim, a presença de comportamentos violentos no ambiente familiar pode ser identificada como um fator de risco para a reprodução destas posturas, tanto *online* quanto *offline* (Villora, Yubero, & Navarro, 2019).

PARTE II – METODOLOGIA DO ESTUDO EMPÍRICO

2.1 PERGUNTA DE PARTIDA, OBJETIVOS E HIPÓTESES DO ESTUDO

Com base na literatura e nos estudos anteriormente apresentados, torna-se evidente que o abuso cibernético no namoro constitui um fenómeno multifacetado, fortemente influenciado por dinâmicas familiares e/ou sociais, nomeadamente por práticas de controlo e pela exposição à violência. Perante este enquadramento e a reconhecida necessidade de aprofundar esta problemática, definiu-se a seguinte pergunta de partida: **“De que forma o abuso cibernético no namoro se relaciona com o ambiente familiar dos/as jovens residentes em Portugal?”**

Assim, o principal objetivo é **estudar o abuso cibernético no namoro e o ambiente familiar em jovens residentes em Portugal**. De forma mais específica, pretende-se: (1) investigar a relação existente entre o abuso cibernético no namoro e as características sociodemográficas; (2) explorar a relação existente entre a presença de comportamentos violentos no seio familiar e as características sociodemográficas; e (3) averiguar a relação existente entre o ambiente familiar e o abuso cibernético no namoro.

Neste sentido, e com base nas evidências teóricas previamente discutidas, formularam-se e fundamentaram-se as seguintes hipóteses de investigação:

H₁: Adolescentes e jovens do sexo feminino apresentarão níveis significativamente superiores de vitimação por abuso cibernético no namoro, enquanto adolescentes e jovens do sexo masculino exibirão níveis mais elevados de perpetração.

Esta hipótese encontra sustentação num estudo desenvolvido por Caridade e Braga (2019), que apontou que indivíduos do sexo feminino apresentam maior probabilidade de se tornarem vítimas de abuso cibernético no namoro, enquanto indivíduos do sexo masculino tendem a apresentar uma probabilidade superior de se tornarem perpetradores. Esta ideia é ainda reforçada por um estudo desenvolvido por Jaen-Cortés e colaboradores (2017), cujos resultados indicam níveis mais elevados de perpetração de abuso cibernético entre indivíduos do sexo masculino, especialmente em comportamentos como a agressão verbal, a agressão sexual, a coerção e a humilhação. Estas evidências destacam uma disparidade de género significativa na dinâmica do abuso cibernético, com implicações relevantes para a sua compreensão e para a sua prevenção.

H₂: A duração da relação amorosa estará significativamente associada à ocorrência de comportamentos de abuso cibernético no namoro.

A relação entre a duração do relacionamento e a perpetração de comportamentos cibernéticos abusivos é um tema complexo que tem sido objeto de investigação por diversos

autores. A pesquisa conduzida por Monteiro, Correia e Guedes (2022), fornece uma perspectiva importante sobre esta associação, revelando uma relação significativa entre a duração do relacionamento e a perpetração de comportamentos cibernéticos abusivos. Os resultados indicam que relacionamentos de curta duração apresentam uma distribuição distinta de comportamentos violentos quando comparados com os de longa duração. Este pressuposto é ainda corroborado por estudos anteriores, como o de Van Ouytsel, Ponnet e Walrave (2017), que identificaram uma associação positiva entre a duração da relação e a vitimação por controle.

H₃: Adolescentes e jovens de menor idade apresentarão níveis significativamente superiores de abuso cibernético no namoro, em comparação com os/as participantes mais velhos/as.

A hipótese de que os níveis de abuso cibernético no namoro podem ser mais elevados em adolescentes e/ou em jovens mais novos/as do que em adolescentes e/ou em jovens mais velhos/as tem sido objeto de estudo em pesquisas recentes. Um estudo desenvolvido por Thulin e colaboradores (2022), mostrou que o pico da ocorrência de abuso cibernético no namoro ocorre por volta dos 16 ou 17 anos e tende a diminuir nas idades seguintes. Este parecer sugere que os/as adolescentes mais jovens podem estar particularmente vulneráveis ao abuso cibernético, possivelmente devido à sua relativa inexperiência. Além disso, as descobertas de Temple e colaboradores (2016), contribuíram para sustentar esta hipótese ao evidenciarem que os/as adolescentes mais jovens podem ter um maior risco de experienciar abuso cibernético em relacionamentos românticos. Por fim, na teoria apontada por Reed, Tolman e Ward (2016), os/as adolescentes mais jovens são mais propensos/as a perpetrar abuso cibernético em comparação com os/as mais velhos/as. Esta propensão pode ser influenciada pelo desenvolvimento e pelas dinâmicas dos relacionamentos.

H₄: Espera-se uma associação significativa entre os comportamentos violentos no seio familiar e as características sociodemográficas dos/as participantes, em particular a escolaridade dos pais e/ou das figuras parentais.

No que diz respeito às características sociodemográficas, um estudo de Pearson e colaboradores (2023), mostrou que, não só existem elevadas associações entre o nível de escolaridade das mães e a ocorrência de comportamentos violentos no seio familiar, como ainda mostrou que níveis inferiores de escolaridade estão associados à ocorrência de violência. É de referir que, também Bandiera e colaboradores (2020), mostraram que a educação pode ser utilizada para reduzir a ocorrência de violência, sugerindo que níveis superiores de educação estão associados a inferiores níveis de violência familiar. Ainda neste seguimento, um estudo

desenvolvido por Begum e Kavlu (2023), mostrou que as principais razões para a ocorrência de violência são a pobreza e a falta de níveis de formação acadêmica.

H₅: Espera-se que os/as participantes que reportem experiências de vitimação e/ou de perpetração de abuso cibernético no namoro também indiquem a presença de comportamentos violentos no seu ambiente familiar.

A adoção de comportamentos cibernéticos violentos pode estar relacionada com a dinâmica familiar, uma vez que se os/as jovens adotarem condutas violentas nos seus relacionamentos, é provável terem sido expostos/as a um ambiente familiar violento. Desta forma, como a maioria das interações destes/as ocorre recorrendo a meios digitais, os/as jovens que perpetram ou são vítimas de abuso cibernético no namoro podem refletir comportamentos que presenciaram anteriormente. Assim, a presença de abuso cibernético no namoro pode sinalizar a presença de comportamentos violentos no seio familiar. Esta ideia é defendida por autores como Curry e Zavala (2020). Além disso, um estudo desenvolvido por Basting e colaboradores (2023) mostrou que adolescentes e/ou jovens com histórico de violência familiar podem desenvolver um estilo de vinculação ansioso e perpetrar abuso cibernético no namoro, como forma de aliviar a angústia associada à distância física dos/as seus/suas parceiros/as.

H₆. Espera-se uma associação positiva entre a qualidade do ambiente familiar e os comportamentos de vitimação e/ou de perpetração de abuso cibernético no namoro.

À semelhança daquilo que foi mencionado no enquadramento da problemática em estudo, esta hipótese é fundamentada essencialmente em dois estudos, um conduzido por Curry e Zavala (2020) e outro por Van Ouytsel e colaboradores (2017). Curry e Zavala (2020), afirmam que adolescentes expostos/as a comportamentos de abuso cibernético na família, podem estar mais propensos/as a replicar estes comportamentos. Desta forma, as associações abusivas e as associações com vítimas de abuso estão relacionadas com a vitimação de abuso cibernético em relacionamentos amorosos. Por sua vez, Van Ouytsel e colaboradores (2017), destacaram uma relação significativa entre o abuso cibernético no namoro, a aceitação de comportamentos violentos e a observação de comportamentos violentos no contexto familiar.

Em síntese, na tabela seguinte (cf. Tabela 2), tem-se esclarecida a conexão existente entre a pergunta de partida, o objetivo geral, os objetivos específicos e as hipóteses formuladas a respeito do estudo desenvolvido.

Tabela 2 Ligação entre a pergunta de partida, as hipóteses e os objetivos

<i>Pergunta de Partida:</i> De que forma o abuso cibernético no namoro se relaciona com o ambiente familiar dos/as jovens residentes em Portugal?	<i>Hipóteses</i>	<i>Objetivos específicos</i>	<i>Objetivo geral</i>
<p>H₁: Adolescentes e jovens do sexo feminino apresentarão níveis significativamente superiores de vitimação por abuso cibernético no namoro, enquanto adolescentes e jovens do sexo masculino exibirão níveis mais elevados de perpetração;</p>	<p>(1) Investigar a relação existente entre o abuso cibernético perpetrado e/ou sofrido no namoro e as características sociodemográficas.</p>	<p>Estudar o abuso cibernético no namoro e o ambiente familiar em jovens residentes em Portugal.</p>	
<p>H₂: A duração da relação amorosa estará significativamente associada à ocorrência de comportamentos de abuso cibernético no namoro;</p>	<p>(2) Explorar a relação existente entre a presença de comportamentos violentos no seio familiar e as características sociodemográficas.</p>	<p>Estudar o abuso cibernético no namoro e o ambiente familiar em jovens residentes em Portugal.</p>	
<p>H₃: Adolescentes e jovens de menor idade apresentarão níveis significativamente superiores de abuso cibernético no namoro, em comparação com os/as participantes mais velhos/as.</p>	<p>(3) Averiguar a relação existente entre o ambiente familiar e o abuso cibernético no namoro.</p>	<p>Estudar o abuso cibernético no namoro e o ambiente familiar em jovens residentes em Portugal.</p>	
<p>H₄: Espera-se uma associação significativa entre os comportamentos violentos no seio familiar e as características sociodemográficas dos/as participantes, em particular a escolaridade dos pais e/ou das figuras parentais;</p>	<p>(3) Averiguar a relação existente entre o ambiente familiar e o abuso cibernético no namoro.</p>	<p>Estudar o abuso cibernético no namoro e o ambiente familiar em jovens residentes em Portugal.</p>	
<p>H₅: Espera-se que os/as participantes que reportem experiências de vitimação e/ou de perpetração de abuso cibernético no namoro também indiquem a presença de comportamentos violentos no seu ambiente familiar;</p>	<p>(3) Averiguar a relação existente entre o ambiente familiar e o abuso cibernético no namoro.</p>	<p>Estudar o abuso cibernético no namoro e o ambiente familiar em jovens residentes em Portugal.</p>	
<p>H₆: Espera-se uma associação positiva entre a qualidade do ambiente familiar e os comportamentos de vitimação e/ou de perpetração de abuso cibernético no namoro.</p>	<p>(3) Averiguar a relação existente entre o ambiente familiar e o abuso cibernético no namoro.</p>	<p>Estudar o abuso cibernético no namoro e o ambiente familiar em jovens residentes em Portugal.</p>	

2.2 METODOLOGIA

A metodologia, conforme a perspectiva de Rodrigues (2007), é definida como “um conjunto de abordagens, de técnicas e de processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas” de forma sistemática, promovendo a “aquisição de novos conhecimentos” (p. 2). Nos pontos seguintes, detalharemos minuciosamente o tipo e o desenho do estudo, o processo de recrutamento da amostra, as considerações éticas, os instrumentos de recolha de dados utilizados e os procedimentos cumpridos para a realização desta investigação.

2.2.1 TIPO E DESENHO DO ESTUDO

Adotou-se por um estudo **quantitativo, exploratório** e com **desenho transversal**. Entendem-se por estudos do tipo quantitativo aqueles que recolhem informações sobre um conjunto de indivíduos, utilizando instrumentos padronizados e técnicas de amostragem para analisar a relação entre variáveis (Álvares, 2020). Os estudos exploratórios procuram descobrir ideias e/ou pressupostos, aumentando a compreensão do tema estudado, desenvolvendo problemas e/ou hipóteses. Finalmente, os estudos de desenho transversal procuram obter dados fiáveis num único momento, permitindo elaborar conclusões robustas e gerar novas hipóteses para futuras investigações (Raimundo, Echeimberg, & Leone, 2018).

2.2.2 PROCESSO DE SELEÇÃO DA AMOSTRA

A amostra pode ser descrita como uma parte específica de toda a população, selecionada para representar o conjunto total de observações. Com base nela, é possível fazer inferências sobre as características da população. A amostra desta investigação é **não probabilística, por conveniência**, o que significa que a pesquisa está disponível apenas para um grupo específico de indivíduos, e não existe sorteio e/ou seleção aleatória dos/as participantes. Adicionalmente, são os/as próprios/as participantes que decidem responder ao inquérito, pelo que não existe um controlo sobre quem responde (Pestana & Gageiro, 2014; Sousa, 2017).

Nesta pesquisa, a amostra foi constituída por adolescentes e por jovens residentes em Portugal, com experiência atual ou passada em relacionamentos amorosos. Foram considerados os seguintes **critérios de inclusão**: (1) idades compreendidas entre os 15 e os 25 anos, (2) residir em Portugal e (3) estarem ou já terem estado envolvidos em relacionamentos amorosos. De modo semelhante, os **critérios de exclusão** definidos para o presente estudo foram os seguintes: (1) idades inferiores a 15 anos e superiores a 25 anos, (2) não residir em Portugal e (3) não terem nenhuma experiência em relacionamentos amorosos.

2.2.3 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS E PROTOCOLO DE RECOLHA DE DADOS

O estudo respeitou todos os princípios éticos para a recolha de dados em seres humanos, em conformidade com o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, conhecido como Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). Foram respeitados o anonimato, a confidencialidade dos dados e a possibilidade de desistência do processo sem qualquer tipo de penalização para o/a participante. Todos/as os/as participantes assinalaram o consentimento livre, informado e esclarecido, após a apresentação de informações escritas sobre o estudo, incluindo os objetivos e os critérios de inclusão.

O protocolo de investigação contemplou o pedido de tratamento de dados ao Departamento de Regulamento de Proteção de Dados do ISSSP (09/2024/RGPD), conforme o Anexo A, a autorização para a utilização dos instrumentos CibAN e SANI (cf. Anexos C e D), bem como a aprovação pela Comissão de Ética do ISSSP (CE_N.º 4/2024), conforme o Anexo B. O inquérito foi desenvolvido na plataforma *Google Forms* e divulgado através das redes sociais, como o *Facebook* e o *Instagram*, com o objetivo de maximizar o alcance e de garantir uma recolha de dados rápida e eficaz.

2.2.4 INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

Para a realização deste estudo foram utilizados três instrumentos, um questionário sociodemográfico, a versão portuguesa do *Cyber Dating Abuse Questionnaire* (CDAQ) - Questionário sobre Ciberabuso no Namoro (CibAN) e a escala de Sinalização do Ambiente Natural Infantil (SANI). O questionário sociodemográfico incluiu questões sobre o género, a idade, a escolaridade, a situação relacional e a duração da relação, entre outros aspetos.

2.2.4.1 QUESTIONÁRIO SOBRE CIBERABUSO NO NAMORO

No caso específico do **Questionário sobre Ciberabuso no Namoro**, este foi adaptado e traduzido para português por Caridade e Braga, em 2019, tendo por base o *Cyber Dating Abuse Questionnaire*, desenvolvido por Borrajo e colaboradores em 2015. Este instrumento avalia o abuso cibernético no namoro, focando na vitimação e na perpetração. O CibAN, com 40 itens, abrange comportamentos como as ameaças, o controlo, o roubo de identidade e a humilhação. Assim, 20 itens destinam-se a estimar o indicador de vitimação (e.g., “O/a meu/minha parceiro/a ou ex-parceiro/a já utilizou as minhas *passwords* para ler/ver as minhas mensagens e/ou chamadas sem a minha permissão.”) e outros 20 possibilitam examinar o indicador de perpetração (e.g., “Eu já utilizei as *passwords* do/a meu/minha parceiro/a ou ex-

parceiro/a para ler/ver as mensagens e/ou chamadas sem a sua permissão.”) (Caridade & Braga, 2019, p. 96).

A escala apresenta um formato de resposta do tipo *Likert* com seis modos de resposta, onde o 1 corresponde a “Nunca”, o 2 corresponde a “Não, no último ano, mas já aconteceu anteriormente”, o 3 corresponde “Raramente”, isto é, 1 ou 2 vezes, o 4 corresponde a “Às vezes”, isto é, entre 3 e 10 vezes, o 5 corresponde a “Frequentemente”, isto é, entre 11 e 20 vezes e finalmente o 6 que corresponde a “Muitas vezes”, isto é, mais de 20 vezes. No que concerne à consistência interna deste instrumento, observam-se valores de alfa de *Cronbach* entre 0.84 e 0.91 (Caridade & Braga, 2019, p. 96).

2.2.4.2 SINALIZAÇÃO DO AMBIENTE NATURAL INFANTIL

No que diz respeito à escala de **Sinalização do Ambiente Natural Infantil** (SANI), esta foi construída e validada por Sani, em 2003, sendo composta por 30 itens. O principal objetivo desta escala é avaliar o sistema familiar visando identificar se este pode ou não ser um contexto de ocorrência de situações de violência (Oliveira & Sani, 2009). Tem como dimensões o abuso físico (e.g., “Eu já vi ou ouvi atirar com coisas contra uma pessoa de propósito.”), o abuso emocional (e.g., “Eu já vi ou ouvi insultar ou chamar nomes feios a uma pessoa.”), o controlo (e.g., “Eu já vi ou ouvi não deixar conversar com certas pessoas (ex. amigos ou familiares).”) e a coerção (e.g., “Eu já vi ou ouvi obrigar uma pessoa a fazer tudo o que se quer como se fosse um/a criado/a”) (Sani, 2003, p. 395).

A escala apresenta um formato de resposta do tipo *Likert* com cinco modos de resposta, onde o 0 corresponde a “Nunca”, o 1 corresponde a “Poucas vezes”, isto é, uma ou duas vezes nesse ano, o 2 corresponde “Às vezes”, isto é, mais de duas ou três vezes nesse ano, o 3 corresponde a “Muitas vezes”, isto é, cerca de uma vez por mês e finalmente o 4 que corresponde a “Quase sempre”, isto é, mais de uma vez por mês (Sani, 2003). Por fim, importa ainda salientar que o “instrumento evidencia bons níveis de consistência interna apresentando alfa de *Cronbach* de 0.92, assim como uma estrutura diferenciada composta por quatro fatores, cujos valores de alfa variam entre 0.73 e 0.86” (Oliveira & Sani, 2009).

2.2.5 PROCEDIMENTOS PARA TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

A análise estatística dos dados utilizou o programa informático IBM® SPSS® Statistics for Windows, versão 29.0 (IBM Corp., Armonk, N.Y., USA). Numa primeira fase, para descrever e caracterizar a amostra em estudo, foi realizada uma análise descritiva dos dados em

função da natureza das variáveis em estudo, nomeadamente: para as variáveis qualitativas calcularam-se as frequências absolutas (número de casos válidos – N) e as respetivas frequências relativas (percentagem de casos válidos – %); quando as variáveis eram de natureza quantitativa calculou-se a média (M), o desvio-padrão (DP), os valores mínimos (Min.) e os valores máximos (Máx.), a mediana (Mdn), a amplitude interquartil (AIQ), o percentil 25 (P25) e o percentil 75 (P75).

Na segunda fase, tendo em consideração os objetivos do estudo, a natureza das variáveis, a comparação e as hipóteses de investigação definidas previamente, nomeadamente, verificar se existem diferenças estatisticamente significativas entre os valores dos instrumentos de avaliação “CibAN” e “SANI” consoante as variáveis sociodemográficas de interesse, “sexo”, “escalão etário”, “tempo de duração da relação”, “nível de escolaridade da mãe” e “nível de escolaridade do pai”, utilizaram-se os seguintes testes estatísticos: (1) o **Teste de Mann-Whitney** (MW) sempre que se pretendia comparar dois grupos independentes (e.g., “sexo”) e; (2) o **Teste de Kruskal-Wallis** (KW) sempre que os grupos a comparar eram superiores a dois (e.g., “escalões etários”). Neste último, sempre que existia uma diferença estatisticamente significativa entre os grupos a comparar, realizaram-se testes de comparações múltiplas. Ademais, realizou-se um ajuste para comparações múltiplas par a par entre todos os grupos pelo método de Dunn-Bonferroni. Em ambos os testes, para verificar a robustez dos resultados obtidos, foi calculado o tamanho do efeito (*effect size*).

Para os testes de Mann-Whitney, recorreu-se à medida r^1 , tendo-se considerado os seguintes pontos de corte: Pequeno efeito, $|r| \approx 0,1$; Efeito moderado, $|r| \approx 0,3$ e; Grande efeito, $|r| \approx 0,5$. Para os testes de Kruskal-Wallis, utilizou-se a medida η^2 , tendo-se considerado os seguintes pontos de corte: Pequeno efeito, $|\eta^2| \approx 0,01$; Efeito moderado, $|\eta^2| \approx 0,06$ e; Grande efeito, $|\eta^2| \approx 0,14$. Por fim, para aferir sobre a força e a intensidade da associação entre os instrumentos utilizados, calculou-se o coeficiente de correlação de Spearman.

Em todos os testes de hipóteses realizados foi considerado um nível de significância de 5% (Sheskin, 2020; Marôco, 2018)².

¹ $r = Z/\sqrt{N}$, onde Z é o valor da estatística do teste de MW padronizada e N é o número total de observações dos dois grupos (Sheskin, 2020).

² Optou-se pela utilização de testes não paramétricos, primeiro porque se rejeitou a normalidade das distribuições dos valores das dimensões dos instrumentos CibAN e SANI (testes de *Kolmogorov-Smirnov* com $p < 0,05$) e em segundo lugar, porque essas distribuições eram muito assimétricas positivamente (enviesamento > 3).

PARTE III – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

3.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta os principais resultados obtidos por meio da análise descritiva e inferencial. Inicialmente, procede-se à caracterização da amostra e à validação dos instrumentos de recolha de dados. Posteriormente, com o objetivo de responder às hipóteses de investigação formuladas, foram aplicados testes estatísticos de significância, com vista à identificação de possíveis diferenças e associações entre variáveis.

3.1.1 CARATERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A amostra final incluiu 286 adolescentes e jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 25 anos ($M = 21,3$; $DP = 2,31$), residentes em Portugal e com experiência atual ou passada em relacionamentos amorosos. Embora a amostra inicial fosse de 312 indivíduos, 26 foram excluídos devido ao incorreto preenchimento dos questionários e/ou atendendo à idade dos sujeitos, que ultrapassava os limites etários definidos para o estudo. A amostra é predominantemente do sexo feminino (84%) e a grande maioria dos/as participantes é estudante, representando sensivelmente 85% da amostra. Entre estes/as estudantes, a maioria encontra-se a frequentar o ensino superior (90%) (cf. Tabela 3).

Tabela 3 Caracterização da Amostra (Sexo, Idade, Estudante e Ensino)

	N	%
<i>Sexo</i>		
Feminino	238	83,5%
Masculino	45	15,8%
Não binário	1	0,4%
Prefiro não dizer	1	0,4%
Total	285	100,0%
<i>Idade</i>		
M(DP)		21,3 (2,31) anos
Amplitude		15 - 25 anos
<i>Estudante</i>		
Sim	42	14,7%
Não	244	85,3%
Total	286	100,0%
<i>Ensino que frequenta</i>		
Ensino Profissional	11	4,5%
Ensino Secundário	14	5,8%
Ensino Superior	217	89,7%
Total	242	100,0%

Relativamente à distribuição geográfica, a maioria dos/as participantes reside na Região Norte de Portugal (57%), seguida pela Região Centro de Portugal (16%) e pela Região de Lisboa (13%). Relativamente à situação amorosa atual, 65% dos/as participantes estão atualmente num relacionamento, enquanto 35% já estiveram num relacionamento amoroso, mas não se encontram atualmente em nenhum. A duração das relações amorosas é bastante

variada: 39% mantêm relações que duram entre 1 e 3 anos, 30% estão em relacionamentos com mais de 3 anos e 30% têm relações com menos de 1 ano (cf. Tabela 4).

Tabela 4 Caracterização da Amostra (Região, Situação Relacional e Duração da Relação)

	N	%
<i>NUTS II</i>		
Região do Norte	161	56,9%
Região do Centro	44	15,5%
Região de Lisboa	38	13,4%
Algarve e Alentejo	12	4,3%
R. A. dos Açores e Madeira	28	9,9%
Total	283	100,0%
<i>Situação Relacional</i>		
Estou atualmente numa relação amorosa	186	65,0%
Já estive envolvido numa relação amorosa, mas de momento, não	100	35,0%
Total	286	100,0%
<i>Duração da Relação</i>		
Menos de 1 ano	87	30,4%
Entre 1 e 3 anos	112	39,2%
Mais de 3 anos	87	30,4%
Total	286	100,0%

No que diz respeito ao nível de escolaridade dos pais, a maioria das mães dos/as participantes possui o ensino básico (37%) ou o ensino secundário (35%), enquanto aproximadamente 27% têm ensino superior. Os pais dos/as participantes tendem a ter um nível de escolaridade mais baixo, com aproximadamente 48% possuindo apenas o ensino básico, sensivelmente 32% o ensino secundário e cerca de 19% o ensino superior (cf. Tabela 5).

Tabela 5 Caracterização da Amostra (grau de escolaridade da mãe e do pai)

	N	%
<i>Grau de escolaridade da mãe</i>		
Ensino Básico	106	37,1%
Ensino Secundário	100	35,0%
Ensino Superior	76	26,6%
Outra	4	1,4%
Total	286	100,0%
<i>Grau de escolaridade do pai</i>		
Ensino Básico	137	47,9%
Ensino Secundário	90	31,5%
Ensino Superior	53	18,7%
Outra	6	2,1%
Total	286	100,0%

Em resumo, os dados revelam uma amostra predominantemente feminina, jovem e estudante, com uma alta concentração no ensino superior e residindo maioritariamente na Região Norte. A maioria dos/as participantes está num relacionamento amoroso, e os níveis de escolaridade dos pais variam maioritariamente entre o ensino básico e o ensino secundário.

3.1.2 VALIDAÇÃO DOS INSTRUMENTOS

Para garantir a qualidade e a confiabilidade dos instrumentos utilizados na presente pesquisa, foi realizado um processo de validação por meio de análises estatísticas e de testes de consistência interna. Os resultados descritivos e os coeficientes de consistência interna obtidos são apresentados a seguir, evidenciando a adequação dos instrumentos aplicados.

Inicialmente, foram calculadas estatísticas descritivas para cada dimensão avaliada, incluindo a média (M), o desvio padrão (DP), os valores mínimos e os valores máximos (Min., Max.), a mediana (Mdn), e os percentis 25 e 75 (P25, P75). Estes indicadores permitem compreender a distribuição das respostas e identificar as tendências centrais, as dispersões e os intervalos de variabilidade. Adicionalmente, foi analisada a consistência interna dos instrumentos por meio do coeficiente *Alfa de Cronbach* (α), calculado especificamente para cada dimensão avaliada. Este coeficiente mede o grau de correlação entre os itens que compõem cada dimensão, sendo amplamente aceite como indicador de fiabilidade (Rodrigues, 2007).

As tabelas a seguir (cf. Tabelas 6 e 7) resumem as estatísticas descritivas das dimensões dos questionários, assim como os coeficientes de consistência interna (*Alfas de Cronbach*) obtidos no presente estudo (*Estudo atual*) e os valores de referência da literatura (*Caridade & Braga, 2019; Sani, 2003*).

3.1.2.1 QUESTIONÁRIO SOBRE CIBERABUSO NO NAMORO

No que diz respeito ao CibAN, os resultados evidenciam elevada consistência interna ($0,89 < \alpha < 0,96$) do instrumento, com coeficientes *Alfa de Cronbach* (α) superiores aos valores de referência (cf. Tabela 6). Estes resultados demonstram que o instrumento é fiável para mensurar a agressão direta e o controlo, tanto na perspectiva da perpetração do comportamento quanto da vitimação. Ademais, as estatísticas descritivas indicam uma baixa frequência de comportamentos de abuso cibernético relatados pelos/as participantes.

Tabela 6 Validação do instrumento CibAN (N=286)

<i>CibAN – Questionário sobre Ciberabuso no Namoro</i>	M	DP	Min.	Max.	Mdn	P25	P75	<i>Alfa Cronbach (Estudo atual)</i>	<i>Alfa Cronbach (Caridade & Braga, 2019)</i>
<i>Agressão Direta (média)</i>									
<i>Perpetração</i>	1,13	0,50	1,00	4,45	1,00	1,00	1,00	0,96	0,89
<i>Vitimação</i>	1,23	0,61	1,00	5,00	1,00	1,00	1,09	0,92	0,86
<i>Controlo (média)</i>									
<i>Perpetração</i>	1,45	0,70	1,00	6,00	1,22	1,00	1,56	0,89	0,84
<i>Vitimação</i>	1,64	1,07	1,00	6,00	1,11	1,00	1,89	0,94	0,91

M – Média; DP – Desvio Padrão; Min. – Valor mínimo; Máx. – Valor máximo; Escala de avaliação: 1 = Nunca; 2 = ...; 3 = ...; 4 = ...; 5 = ...; 6 = Muitas vezes: mais de 20 vezes.

3.1.2.2 SINALIZAÇÃO DO AMBIENTE NATURAL INFANTIL

No que diz respeito à escala SANI, os resultados evidenciaram uma elevada a moderada consistência interna do instrumento ($0,81 < \alpha < 0,89$), com coeficientes Alfa de Cronbach (α) superiores aos valores de referência (cf. Tabela 7). Estes resultados demonstram que o instrumento é fiável para medir o abuso físico, o abuso emocional, a coerção e o controlo. Ademais, as estatísticas descritivas indicam uma baixa frequência de comportamentos violentos no seio familiar.

Tabela 7 Validação do instrumento SANI (n=286)

<i>SANI – Sinalização do Ambiente Natural Infantil</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Min.</i>	<i>Max.</i>	<i>Mdn</i>	<i>P25</i>	<i>P75</i>	<i>Alfa Cronbach (Estudo atual)</i>	<i>Alfa Cronbach (Sani, 2003)</i>
<i>Abuso Físico</i>	0,25	0,55	0,00	4,00	0,00	0,00	0,33	0,81	0,86
<i>Abuso Emocional</i>	0,39	0,65	0,00	3,89	0,11	0,00	0,44	0,89	0,86
<i>Coerção</i>	0,22	0,55	0,00	4,00	0,00	0,00	0,14	0,88	0,79
<i>Controlo</i>	0,37	0,59	0,00	4,00	0,13	0,00	0,50	0,83	0,73

M – Média; DP – Desvio Padrão; Mín. – Valor mínimo; Máx. – Valor máximo; Escala de avaliação: 0 = Nunca; 1 = ...; 2 = ...; 3 = ...; 4 = Quase sempre: mais de uma vez por mês.

3.1.3 RESULTADOS DA ANÁLISE INFERENCIAL – DIFERENÇAS E ASSOCIAÇÕES ENTRE VARIÁVEIS

No presente tópico, são apresentados e analisados os resultados obtidos a partir da aplicação das metodologias descritas anteriormente. Este tópico pretende não apenas expor os dados recolhidos, mas também identificar padrões significativos, explorar as relações entre as variáveis e interpretar as principais tendências observadas. Desta forma, procura-se fornecer uma análise detalhada que contribua para a compreensão dos fenómenos estudados.

Os dados apresentados foram organizados de maneira a facilitar a sua interpretação, com o suporte exclusivo de tabelas, elaboradas para evidenciar as informações mais relevantes de forma clara e objetiva.

3.1.3.1 O ABUSO CIBERNÉTICO NO NAMORO E O SEXO

No que concerne à comparação da perpetração e da vitimação de abuso cibernético no namoro consoante o sexo dos/as participantes, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas relativamente à “Perpetração por agressão direta” (CibAN-PD) entre os valores do sexo masculino (OM = 161,74) e do sexo feminino (OM = 138,27); $U = 4466,5$; $Z = -2,54$; $p = 0,011$; $r = 0,15$. Esta diferença sugere que os indivíduos do sexo masculino reportaram

maior envolvimento em agressões diretas. De igual forma, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas relativamente à “Vitimação por controlo” (CibAN-VC) entre os valores do sexo masculino (OM = 163,48) e do sexo feminino (OM = 137,94); $U = 4388,5$; $Z = -2,03$; $p = 0,042$; $r = 0,12$ (cf. Tabela 8).

Nas situações em que se encontraram diferenças estatisticamente significativas, os tamanhos do efeito foram reduzidos ($r \approx 0,10$). No caso da “Vitimação Total” (CibAN-TV) e da “Agressão direta” (CibAN-VD) os resultados foram marginalmente significativos ($p \approx 0,05$), sugerindo para ambos os casos uma tendência de maior vitimação reportada por rapazes (cf. Tabela 8).

Tabela 8 Comparação da Perpetração e da Vitimação de acordo com o sexo (n = 283)

Dimensões do CibAN	Sexo				U	Z	valor-p	r
	Masculino (N = 45)		Feminino (N = 238)					
	OM	Mdn (AIQ)	OM	Mdn (AIQ)				
<i>CibAN total</i>	157,62	1,1 (0,70)	139,05	1,1 (0,38)	4652,0	-1,423	0,155	0,08
<i>CibAN-TP</i>	153,53	1,1 (0,40)	139,82	1,1 (0,25)	4836,0	-1,066	0,287	0,06
<i>CibAN-PD</i>	161,74	1,0 (0,09)	138,27	1,0 (0,00)	4466,5	-2,54	0,011	0,15
<i>CibAN-PC</i>	151,56	1,1 (0,67)	140,19	1,2 (0,56)	4925,0	-0,89	0,375	0,05
<i>CibAN-TV</i>	162,62	1,2 (1,00)	138,10	1,1 (0,40)	4427,0	-1,931	0,053	0,11
<i>CibAN-VD</i>	158,86	1,0 (0,36)	138,81	1,0 (0,09)	4596,5	-1,92	0,055	0,11
<i>CibAN-VC</i>	163,48	1,2 (2,11)	137,94	1,1 (0,67)	4388,5	-2,03	0,042	0,12

OM – Ordem média (Mean rank); Mdn – Mediana; AIQ – Amplitude interquartil (P75-P25). Escala de avaliação: 1 = Nunca até 6 = Muitas vezes: mais de 20 vezes. U – Estatística de teste de Mann-Whitney; Z – Estatística de teste de Mann-Whitney estandarizada; r – Tamanho do efeito. Perpetração - Total (CibAN-TP); Perpetração - Agressão Direta (CibAN-PD); Perpetração - Controlo (CibAN-PC); Vitimação - Total (CibAN-TV); Vitimação - Agressão Direta (CibAN-VD); Vitimação - Controlo (CibAN-VC).

3.1.3.2 O ABUSO CIBERNÉTICO NO NAMORO E A IDADE

No que diz respeito à comparação da perpetração e da vitimação de abuso cibernético no namoro de acordo com a idade dos/as participantes, apenas se encontraram diferenças estatisticamente significativas relativamente à “Perpetração por agressão direta” (CibAN-PD) de acordo com os escalões etários, $H(2) = 12,7$, $p = 0,002$, $\eta^2 = 0,04$, indicando um tamanho de efeito pequeno. A análise *post hoc* mostrou que o grupo de 15-18 anos (OM = 178,20) obteve pontuações significativamente mais altas do que o grupo de 19-21 anos (OM = 135,94) e o grupo de 22-25 anos (OM = 142,20); $H = 12,7$; g.l. = 2; $p = 0,002$; $\eta^2 = 0,04$. Esta diferença

sugere que os/as participantes mais jovens (15-18 anos) reportaram maior envolvimento em agressões diretas face aos/às participantes mais velhos/as (19-25 anos) (cf. Tabela 9).

Tabela 9 Comparação da Perpetração e da Vitimação de acordo com a idade (n = 286)

Dimensões do CibAN	Escalão Etário						H	g.l.	valor-p	η^2
	15-18 anos (N = 30)		19-21 anos (N = 113)		22-25 anos (N = 143)					
	OM	Mdn (AIQ)	OM	Mdn (AIQ)	OM	Mdn (AIQ)				
CibAN total	154,47	1,1 (0,65)	140,31	1,1 (0,40)	143,72	1,1 (0,43)	0,723	2	0,697	0,005
CibAN-TP	151,88	1,1 (0,35)	140,54	1,1 (0,25)	144,08	1,1 (0,30)	0,491	2	0,782	0,005
CibAN-PD	178,20a	1,0 (0,18)	135,94b	1,0 (0,00)	142,20b	1,0 (0,00)	12,70	2	0,002	0,038
CibAN-PC	143,35	1,2 (0,44)	141,11	1,2 (0,56)	145,42	1,2 (0,56)	0,19	2	0,912	0,006
CibAN-TV	158,87	1,1 (0,60)	139,86	1,1 (0,45)	143,15	1,1 (0,50)	1,376	2	0,503	0,002
CibAN-VD	162,22	1,0 (0,27)	137,04	1,0 (0,00)	144,68	1,0 (0,09)	3,67	2	0,160	0,006
CibAN-VC	157,85	1,3 (1,11)	142,00	1,1 (0,78)	141,67	1,1 (0,89)	1,12	2	0,570	0,003

Mdn - Mediana; AIQ - Amplitude interquartil (P75-P25); OM - Ordem média (Mean rank). Escala de avaliação: 1 = Nunca até 6 = Muitas vezes: mais de 20 vezes. H - Estatística de teste de Kruskal-Wallis; g.l. - graus de liberdade; η^2 - tamanho do efeito. a, b - Letras diferentes assinalam diferenças significativas ajustadas pelo teste de Bonferroni ($p < 0,05$). Perpetração - Total (CibAN-TP); Perpetração - Agressão Direta (CibAN-PD); Perpetração - Controlo (CibAN-PC); Vitimação - Total (CibAN-TV); Vitimação - Agressão Direta (CibAN-VD); Vitimação - Controlo (CibAN-VC).

3.1.3.3 O ABUSO CIBERNÉTICO NO NAMORO E A SITUAÇÃO RELACIONAL

De uma forma geral, apura-se que para todas as dimensões do CibAN, os/as participantes que já estiveram numa relação amorosa obtiveram pontuações significativamente mais altas face aos/às que, no momento em que responderam ao inquérito, estão numa relação amorosa. Quanto ao total do CibAN (40 itens), os/as participantes atualmente numa relação amorosa (OM = 128,34) obtiveram pontuações significativamente mais altas quando comparados/as com aqueles/as que já estiveram numa relação amorosa (OM = 171,7), $U = 6480$, $Z = -4,31$, $p < 0,001$, $r = 0,25$, indicando um tamanho de efeito pequeno a moderado (cf. Tabela 10).

Relativamente ao total de perpetração (CibAN-TP), os/as participantes que já estiveram numa relação amorosa (OM = 159,5) obtiveram pontuações mais altas do que aqueles/as que estão atualmente numa relação (OM = 134,9), $U = 7700,0$, $Z = -2,48$, $p = 0,013$, $r = 0,15$, sugerindo um tamanho de efeito pequeno. Para a dimensão de perpetração por agressão direta (CibAN-PD), os/as participantes que já estiveram numa relação amorosa (OM = 170,73) obtiveram pontuações significativamente mais altas em comparação com aqueles/as que estão

atualmente numa relação (OM = 128,86), $U = 6577$, $Z = -5,82$, $p < 0,001$, $r = 0,34$, indicando um tamanho de efeito moderado. Quanto à vitimação total (CibAN-TV), os/as participantes que já estiveram numa relação amorosa (OM = 177,68) obtiveram pontuações significativamente mais altas do que aqueles/as que estão atualmente numa relação (OM = 125,12), $U = 5882$, $Z = -5,36$, $p < 0,001$, $r = 0,32$, indicando um tamanho de efeito moderado. Os/as participantes que já estiveram numa relação amorosa (OM = 181,79) obtiveram pontuações significativamente mais altas em “Vitimação por agressão direta” (CibAN-VD) em comparação com aqueles/as que estão atualmente numa relação (OM = 122,91), $U = 5471$, $Z = -7,32$, $p < 0,001$, $r = 0,43$, representando um tamanho de efeito moderado a grande. Por fim, apenas não se verificou uma diferença estatisticamente significativa nas pontuações de “Perpetração por controlo” (CibAN-PC) entre aqueles/as que estão atualmente numa relação (OM = 137,33) e aqueles/as que já estiveram numa relação amorosa (OM = 154,98), $U = 8152,5$, $Z = -1,79$, $p = 0,074$, $r = 0,11$ (cf. Tabela 10).

Tabela 10 Comparação da Perpetração e da Vitimação de acordo com a situação relacional (n = 286)

<i>Dimensões do CibAN</i>	Situação relacional				U	Z	valor-p	r
	Está numa relação amorosa (N = 186)		Já esteve numa relação amorosa (N = 100)					
	OM	Mdn (AIQ)	OM	Mdn (AIQ)				
<i>CibAN total</i>	128,34	1,1 (0,23)	171,7	1,3 (0,74)	6480,0	-4,308	<,001	0,25
<i>(CibAN-TP)</i>	134,9	1,1 (0,20)	159,5	1,2 (0,38)	7700,0	-2,477	0,013	0,15
<i>(CibAN-PD)</i>	128,86	1,0 (0,00)	170,73	1,0 (0,14)	6577,0	-5,82	<,001	0,34
<i>(CibAN-PC)</i>	137,33	1,1 (0,44)	154,98	1,2 (0,67)	8152,5	-1,785	0,074	0,11
<i>(CibAN-TV)</i>	125,12	1,0 (0,20)	177,68	1,3 (1,13)	5882,0	-5,362	<,001	0,32
<i>(CibAN-VD)</i>	122,91	1,0 (0,00)	181,79	1,1 (0,59)	5471,0	-7,32	<,001	0,43
<i>(CibAN-VC)</i>	128,20	1,0 (0,44)	171,97	1,4 (1,94)	6453,5	-4,50	<,001	0,27

Mdn - Mediana; AIQ - Amplitude interquartil (P75-P25); OM - Ordem média (Mean rank). Escala de avaliação: 1 = Nunca até 6 = Muitas vezes: mais de 20 vezes. U - Estatística de teste de Mann-Whitney; Z - Estatística de teste de Mann-Whitney estandardizada; r - Tamanho do efeito. Perpetração - Total (CibAN-TP); Perpetração - Agressão Direta (CibAN-PD); Perpetração - Controlo (CibAN-PC); Vitimação - Total (CibAN-TV); Vitimação - Agressão Direta (CibAN-VD); Vitimação - Controlo (CibAN-VC).

3.1.3.4 O ABUSO CIBERNÉTICO NO NAMORO E A DURAÇÃO DA RELAÇÃO

Foi encontrada uma diferença significativa no *score* total do CibAN total entre os grupos de duração da relação, $H(2) = 7,265$, $p = 0,026$, $\eta^2 = 0,019$, indicando um tamanho de efeito pequeno. O grupo “Entre 1 e 3 anos” (OM = 153,54) apresentou pontuações mais altas do que o grupo “Menos de 1 ano” (OM = 124,06), enquanto o grupo “Mais de 3 anos” (OM = 150,01) teve resultados intermédios. Relativamente à “Perpetração total” (CibAN-TP), foram

encontradas diferenças significativas consoante o período da relação, $H(2) = 7,503$, $p = 0,023$, com um tamanho de efeito pequeno ($\eta^2 = 0,014$). O grupo “Mais de 3 anos” (OM = 153,97) apresentou pontuações significativamente maiores do que o grupo “Menos de 1 ano” (OM = 124,00), enquanto o grupo “Entre 1 e 3 anos” (OM = 150,52), teve pontuações intermédias. Relativamente às dimensões da Perpetração, apenas se encontraram diferenças significativas para a dimensão “Perpetração por controlo” (CibAN-PC), $H(2) = 8,407$, $p = 0,015$, $\eta^2 = 0,023$, indicando um tamanho de efeito pequeno. O grupo “Mais de 3 anos” (OM = 155,66) teve pontuações significativamente mais altas do que o grupo “Menos de 1 ano” (OM = 123,15), enquanto o grupo “Entre 1 e 3 anos” (OM = 149,87) não obteve pontuações significativamente diferentes dos outros dois (cf. Tabela 11).

Quanto ao total da Vitimação (CibAN-TV), foi observada uma diferença marginalmente significativa nas pontuações, $H(2) = 5,897$, $p = 0,052$, $\eta^2 = 0,007$, indicando que as diferenças entre os grupos podem ser pequenas e não estatisticamente robustas. Relativamente à dimensão de vitimação, apenas para a dimensão de “Vitimação por controlo” (CibAN-VC) foi encontrada uma diferença significativa, $H(2) = 8,489$, $p = 0,014$, $\eta^2 = 0,023$, com um tamanho de efeito pequeno. O grupo “Entre 1 e 3 anos” (OM = 154,76) apresentou pontuações significativamente mais altas do que o grupo “Menos de 1 ano” (OM = 123,38), enquanto o grupo “Mais de 3 anos” (OM = 149,13) não obteve pontuações significativamente diferentes dos outros dois (cf. Tabela 11).

Tabela 11 Comparação da Perpetração e da Vitimação de acordo com a duração da relação (n = 286)

	Duração da relação						H	gl	Valor-p	η^2
	Menos de 1 ano (N = 87)		Entre 1 e 3 anos (N = 112)		Mais de 3 anos (N = 87)					
	OM	Mdn (AIQ)	OM	Mdn (AIQ)	OM	Mdn (AIQ)				
<i>CibAN total</i>	124,06b	1,1 (0,27)	153,54a	1,1 (0,58)	150,01a,b	1,1 (0,43)	7,265	2	0,026	0,019
<i>CibAN-TP</i>	124,00b	1,1 (0,20)	150,52a,b	1,1 (0,35)	153,97a	1,2 (0,30)	7,503	2	0,023	0,014
<i>CibAN-PD</i>	143,49	1,0 (0,00)	148,18	1,0 (0,00)	137,48	1,0 (0,00)	1,662	2	0,436	0,001
<i>CibAN-PC</i>	123,15b	1,0 (0,33)	149,87a,b	1,2 (0,67)	155,66a	1,3 (0,56)	8,407	2	0,015	0,023
<i>CibAN-TV</i>	127,03	1,0 (0,30)	154,08	1,2 (0,60)	146,35	1,1 (0,45)	5,897	2	0,052	0,007
<i>CibAN-VD</i>	145,64	1,0 (0,09)	150,44	1,0 (0,18)	132,43	1,0 (0,00)	3,910	2	0,142	0,007
<i>CibAN-VC</i>	123,38b	1,0 (0,56)	154,76a	1,2 (1,11)	149,13a,b	1,2 (0,89)	8,489	2	0,014	0,023

Mdn - Mediana; AIQ - Amplitude interquartil (P75-P25); OM - Ordem média (Mean rank). Escala de avaliação: 1 = Nunca até 6 = Muitas vezes: mais de 20 vezes. H - Estatística de teste de Kruskal-Wallis; g.l. - graus de liberdade; η^2 - tamanho do efeito. a, b - Letras diferentes assinalam diferenças significativas ajustadas pelo teste de Bonferroni ($p < 0,05$). Perpetração - Total (CibAN-TP); Perpetração - Agressão Direta (CibAN-PD); Perpetração - Controlo (CibAN-PC); Vitimação - Total (CibAN-TV); Vitimação - Agressão Direta (CibAN-VD); Vitimação - Controlo (CibAN-VC).

3.1.3.5 O ABUSO CIBERNÉTICO NO NAMORO E A ESCOLARIDADE DOS PAIS

No que concerne à escolaridade dos pais e/ou das figuras parentais, não foram encontradas diferenças significativas para o CibAN de acordo com a escolaridade da mãe ($p > 0,05$) (cf. Tabela 12), nem foram encontradas diferenças significativas para o CibAN de acordo com a escolaridade do pai ($p > 0,05$) (cf. Tabela 13).

Tabela 12 Comparação da Perpetração e da Vitimação de acordo com a Escolaridade da mãe (n = 282)

	Escolaridade - Mãe						H	gl	Valor-p	η^2
	Ensino básico (N = 106)		Ensino secundário (N = 100)		Ensino superior (N = 76)					
	OM	Mdn (AIQ)	OM	Mdn (AIQ)	OM	Mdn (AIQ)				
<i>CibAN total</i>	136,35	1,1 (0,30)	147,15	1,1 (0,54)	141,24	1,1 (0,44)	0,936	2	0,626	0,004
<i>CibAN-TP</i>	134,75	1,1 (0,20)	149,48	1,1 (0,30)	140,43	1,1 (0,30)	1,808	2	0,405	0,001
<i>CibAN-PD</i>	133,56	1,0 (0,00)	142,31	1,0 (0,00)	151,51	1,0 (0,09)	4,391	2	0,111	0,009
<i>CibAN-PC</i>	135,79	1,2 (0,44)	149,68	1,2 (0,61)	138,71	1,1 (0,44)	1,736	2	0,420	0,001
<i>CibAN-TV</i>	135,04	1,1 (0,40)	145,59	1,1 (0,53)	145,14	1,1 (0,55)	1,168	2	0,558	0,003
<i>CibAN-VD</i>	136,79	1,0 (0,00)	142,21	1,0 (0,09)	147,14	1,0 (0,09)	1,168	2	0,558	0,003
<i>CibAN-VC</i>	134,50	1,0 (0,56)	147,10	1,2 (0,94)	143,91	1,1 (0,78)	1,468	2	0,480	0,002

Mdn - Mediana; AIQ - Amplitude interquartil (P75-P25); OM - Ordem média (Mean rank). Escala de avaliação: 1 = Nunca até 6 = Muitas vezes: mais de 20 vezes. H - Estatística de teste de Kruskal-Wallis; gl. - graus de liberdade; η^2 - tamanho do efeito. a, b - Letras diferentes assinalam diferenças significativas ajustadas pelo teste de Bonferroni ($p < 0,05$). Perpetração - Total (CibAN-TP); Perpetração - Agressão Direta (CibAN-PD); Perpetração - Controlo (CibAN-PC); Vitimação - Total (CibAN-TV); Vitimação - Agressão Direta (CibAN-VD); Vitimação - Controlo (CibAN-VC).

Tabela 13 Comparação da Perpetração e da Vitimação de acordo com a Escolaridade do pai (n = 280)

	Escolaridade - Pai						H	gl	Valor-p	η^2
	Ensino básico (N = 137)		Ensino secundário (N = 90)		Ensino superior (N = 53)					
	OM	Mdn (AIQ)	OM	Mdn (AIQ)	OM	Mdn (AIQ)				
<i>CibAN total</i>	140,22	1,1 (0,40)	145,37	1,1 (0,55)	132,97	1,1 (0,35)	0,813	2	0,666	0,004
<i>CibAN-TP</i>	142,03	1,1 (0,30)	142,1	1,1 (0,25)	133,82	1,1 (0,25)	0,473	2	0,789	0,006
<i>CibAN-PD</i>	136,43	1,0 (0,00)	144,44	1,0 (0,18)	144,34	1,0 (0,00)	1,373	2	0,503	0,002
<i>CibAN-PC</i>	143,08	1,2 (0,56)	141,31	1,2 (1,22)	132,47	1,1 (0,44)	0,718	2	0,698	0,005
<i>CibAN-TV</i>	137,70	1,1 (0,45)	147,20	1,1 (0,70)	136,36	1,1 (0,40)	1,002	2	0,606	0,004
<i>CibAN-VD</i>	135,31	1,0 (0,00)	148,48	1,0 (0,56)	140,38	1,0 (0,09)	2,323	2	0,313	0,001
<i>CibAN-VC</i>	137,33	1,1 (0,78)	147,08	1,1 (0,00)	137,52	1,1 (0,56)	0,973	2	0,615	0,004

Mdn - Mediana; AIQ - Amplitude interquartil (P75-P25); OM - Ordem média (Mean rank). Escala de avaliação: 1 = Nunca até 6 = Muitas vezes: mais de 20 vezes. H - Estatística de teste de Kruskal-Wallis; gl. - graus de liberdade; η^2 - tamanho do efeito. a, b - Letras diferentes assinalam diferenças significativas ajustadas pelo teste de Bonferroni ($p < 0,05$). Perpetração - Total (CibAN-TP); Perpetração - Agressão Direta (CibAN-PD); Perpetração - Controlo (CibAN-PC); Vitimação - Total (CibAN-TV); Vitimação - Agressão Direta (CibAN-VD); Vitimação - Controlo (CibAN-VC).

3.1.3.6 O ABUSO CIBERNÉTICO NO NAMORO E O AMBIENTE FAMILIAR

Constata-se que os instrumentos SANI e CibAN estão significativamente correlacionados de forma positiva e moderada ($0,3 < r_s < 0,4$). De uma forma geral verifica-se que a “Perpetração Total” (CibAN-TP) ($r_s = 0,42$; $p < 0,001$) apresenta uma relação mais forte com as dimensões da escala SANI do que a “Vitimação Total” (CibAN-TV) ($r_s = 0,33$; $p < 0,01$) (cf. Tabela 14).

Por outro lado, observa-se que as correlações encontradas para as dimensões da escala SANI, “Coerção” ($r_s = 0,38$; $p < 0,01$) e “Controlo” ($r_s = 0,35$; $p < 0,01$), estão ligeiramente mais relacionadas com o CibAN. Concluiu-se, assim, que existe uma validação cruzada entre os dois instrumentos, isto é, estas dimensões são avaliadas consistentemente por ambas as escalas (cf. Tabela 14).

Tabela 14 Associação entre o abuso cibernético no namoro (CibAN) e o ambiente familiar (SANI) (n = 286)

	SANI - Total (SANI-T)	Abuso Físico (SANI-AF)	Abuso Emocional (SANI-AE)	Coerção (SANI-CE)	Controlo (SANI-CT)
<i>CibAN total</i>	,386**	,304**	,313**	,377**	,345**
<i>CibAN-TP</i>	,424**	,308**	,361**	,420**	,377**
<i>CibAN-PD</i>	,300**	,280**	,270**	,331**	,253**
<i>CibAN-PC</i>	,414**	,309**	,353**	,408**	,372**
<i>CibAN-TV</i>	,329**	,299**	,253**	,344**	,289**
<i>CibAN-VD</i>	,301**	,263**	,261**	,287**	,256**
<i>CibAN-VC</i>	,314**	,299**	,235**	,330**	,278**

*Correlação de Spearman - r_s (** $p < 0,01$). Perpetração - Total (CibAN-TP); Perpetração - Agressão Direta (CibAN-PD); Perpetração - Controlo (CibAN-PC); Vitimação - Total (CibAN-TV); Vitimação - Agressão Direta (CibAN-VD); Vitimação - Controlo (CibAN-VC).*

3.1.3.7 O AMBIENTE FAMILIAR E A ESCOLARIDADE DOS PAIS

No que ao ambiente familiar e à escolaridade dos pais e/ou das figuras parentais diz respeito, não foram encontradas diferenças significativas na escala SANI de acordo com a escolaridade da mãe ($p > 0,05$) (cf. Tabela 15).

Relativamente à relação entre o instrumento SANI e a escolaridade do pai, apura-se que existe uma diferença marginalmente significativa nas pontuações totais da SANI (SANI-T), $H(2) = 5,975$, $p = 0,050$, $\eta^2 = 0,014$, sendo o tamanho de efeito pequeno. O grupo cujos pais têm apenas o ensino básico (OM = 146,74) e o ensino secundário (OM = 139,62), apresentaram

pontuações superiores à do grupo dos pais com ensino superior (OM = 136,67). Verifica-se uma diferença significativa nas pontuações de “Abuso emocional” (SANI-AE) consoante as habilitações académicas dos pais, $H(2) = 6,422$, $p = 0,040$, $\eta^2 = 0,016$, com um tamanho de efeito pequeno. As pontuações foram mais altas para o grupo dos pais com o ensino básico (OM = 149,99) e secundário (OM = 137,27), em comparação com o grupo de pais com o ensino superior (OM = 135,23). Não foram encontradas diferenças significativas nas pontuações das restantes dimensões da SANI entre os grupos de escolaridade dos pais ($p > 0,05$) (cf. Tabela 16).

Tabela 15 Comparação do Ambiente Familiar de acordo com a Escolaridade da mãe (n = 282)

	Escolaridade - Mãe						H	gl	Valor-p	η^2
	Ensino básico (N = 106)		Ensino secundário (N = 100)		Ensino superior (N = 76)					
	OM	Mdn (AIQ)	OM	Mdn (AIQ)	OM	Mdn (AIQ)				
<i>SANI - Total</i>	146,74	0,1 (0,34)	139,62	0,1 (0,43)	136,67	0,1 (0,35)	0,779	2	0,677	0,004
<i>SANI-AF</i>	139,94	0,0 (0,33)	139,15	0,0 (0,17)	146,78	0,0 (0,33)	0,622	2	0,733	0,005
<i>SANI-AE</i>	149,99	0,2 (0,44)	137,27	0,1 (0,44)	135,23	0,1 (0,44)	2,024	2	0,364	0,000
<i>SANI-CE</i>	138,03	0,0 (0,14)	141,34	0,0 (0,14)	146,55	0,0 (0,29)	0,69	2	0,708	0,005
<i>SANI-CT</i>	143,74	0,1 (0,50)	142,70	0,1 (0,63)	136,81	0,1 (0,44)	0,378	2	0,828	0,006

Mdn - Mediana; AIQ - Amplitude interquartil (P75-P25); OM - Ordem média (Mean rank). Escala de avaliação: 0 = Nunca até 4 = Quase sempre: mais de uma vez por mês. H - Estatística de teste de Kruskal-Wallis; g.l. - graus de liberdade; η^2 - tamanho do efeito. a, b - Letras diferentes assinalam diferenças significativas ajustadas pelo teste de Bonferroni ($p < 0,05$). Abuso Físico (SANI-AF); Abuso Emocional (SANI-AE); Coerção (SANI-CE); Controlo (SANI-CT).

Tabela 16 Comparação do Ambiente Familiar de acordo com a Escolaridade do pai (n = 280)

	Escolaridade - Pai						H	gl	Valor-p	η^2
	Ensino básico (N = 137)		Ensino secundário (N = 90)		Ensino superior (N = 53)					
	OM	Mdn (AIQ)	OM	Mdn (AIQ)	OM	Mdn (AIQ)				
<i>SANI-Total</i>	146,74b	0,1 (0,34)	139,62b	0,1 (0,43)	136,67a	0,1 (0,35)	5,975	2	0,050	0,014
<i>SANI-AF</i>	139,94	0,0 (0,33)	139,15	0,0 (0,17)	146,78	0,0 (0,33)	0,758	2	0,685	0,004
<i>SANI-AE</i>	149,99b	0,2 (0,44)	137,27b	0,1 (0,44)	135,23a	0,1 (0,44)	6,422	2	0,040	0,016
<i>SANI-CE</i>	138,03	0,0 (0,14)	141,34	0,0 (0,14)	146,55	0,0 (0,29)	1,057	2	0,590	0,003
<i>SANI-CT</i>	143,74	0,1 (0,50)	142,70	0,1 (0,63)	136,81	0,1 (0,44)	5,132	2	0,077	0,011

Mdn - Mediana; AIQ - Amplitude interquartil (P75-P25); OM - Ordem média (Mean rank). Escala de avaliação: 0 = Nunca até 4 = Quase sempre: mais de uma vez por mês. H - Estatística de teste de Kruskal-Wallis; g.l. - graus de liberdade; η^2 - tamanho do efeito. a, b - Letras diferentes assinalam diferenças significativas ajustadas pelo teste de Bonferroni ($p < 0,05$). Abuso Físico (SANI-AF); Abuso Emocional (SANI-AE); Coerção (SANI-CE); Controlo (SANI-CT).

3.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O objetivo desta investigação centra-se em estudar o abuso cibernético no namoro e o ambiente familiar em jovens residentes em Portugal. Deste modo, neste ponto, será realizada uma reflexão crítica dos resultados anteriormente apresentados, confrontando-os com o conhecimento científico, tanto da literatura nacional quanto internacional.

De modo geral, alguns dos dados obtidos nesta investigação vão ao encontro do que é defendido pela literatura. No entanto, foram identificadas algumas discrepâncias nas variáveis em estudo. A articulação entre os resultados empíricos e os estudos previamente discutidos no enquadramento teórico permite uma compreensão mais ampla dos fenómenos analisados, contribuindo para validar e, por vezes, desafiar o conhecimento existente.

Num primeiro momento, **analisou-se a comparação entre a perpetração e a vitimação de abuso cibernético no namoro, em função do sexo dos/as participantes**. Antecipava-se que as pontuações de vitimação fossem mais elevadas entre as participantes do sexo feminino, enquanto as de perpetração seriam superiores entre os do sexo masculino (**Hipótese 1**). Todavia, os resultados obtidos revelam diferenças estatisticamente significativas apenas no que diz respeito à **perpetração por agressão direta**, sendo os indivíduos do sexo masculino aqueles que apresentaram valores mais elevados.

Estas descobertas vão ao encontro do esperado, podendo estar relacionadas com as normas sociais e/ou culturais que tendem a associar os homens a comportamentos de índole agressiva (e.g., Caridade & Braga, 2019; Jaen-Cortés, Rivera-Aragón, Reidl-Martínez, & García-Méndez, 2017). Este padrão já foi comprovado em estudos como o de Zweig e colaboradores (2013), que identificaram uma tendência entre os indivíduos do sexo masculino para reportarem mais comportamentos de agressão digital direta, refletindo uma socialização de género orientada para o controlo.

De igual forma, observaram-se diferenças estatisticamente significativas na **vitimação por controlo**, sendo os rapazes aqueles que reportaram níveis mais elevados deste tipo de vitimação. Embora tal diferença não estivesse contemplada na hipótese inicialmente formulada, investigações anteriores sugerem que os rapazes também podem experienciar comportamentos de controlo nas relações de namoro, ainda que estes possam manifestar-se de forma distinta das vivenciadas pelas raparigas (e.g. Borrajo, Gámez-Guadix, & Calvete, 2015; Caridade & Braga, 2019; Monteiro, Correia, & Guedes, 2022; Oliveira, 2015; Renner & Whitney, 2012). Esta

constatação reforça a noção de que o abuso cibernético no contexto do namoro **não é um fenómeno unidimensional**, podendo afetar ambos os sexos. Tal como discutido por Reed e colaboradores (2017), os rapazes podem ser alvo de comportamentos de vigilância e/ou de possessividade através das redes sociais.

Adicionalmente, os restantes resultados apresentaram valores **marginalmente significativos**, sugerindo uma tendência para uma maior vitimação reportada pelos rapazes. Esta tendência poderá refletir diferentes formas de perceber e de interpretar a violência, sendo possível que as raparigas tendam a normalizar certos comportamentos, enquanto os indivíduos do sexo masculino os interpretem de forma mais explícita (e.g., Dannisworo, Buchari, & Dian Oriza, 2022; Machado & Gonçalves, 2002; Oliveira, 2015). Por fim, destaca-se que os tamanhos do efeito encontrados foram pequenos ($r \approx 0,10$), o que indica que, apesar das diferenças estatisticamente significativas, estas não são suficientemente expressivas para sugerir um padrão robusto. Estudos futuros poderão aprofundar estas questões, explorando não apenas as diferenças quantitativas, mas também a forma como os/as jovens experienciam o abuso cibernético no namoro.

Num segundo momento, **analisou-se a relação entre a perpetração e a vitimação de abuso cibernético, em função da idade dos/as participantes**. Antecipava-se que os níveis de abuso cibernético no namoro fossem mais elevados nos/as adolescentes e nos/as jovens mais novos/as, em comparação com os/as adolescentes e os/as jovens mais velhos/as (**Hipótese 3**). Os resultados obtidos indicaram diferenças estatisticamente significativas apenas na perpetração por agressão direta, sendo que os/as participantes mais novos/as, com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos, reportaram pontuações significativamente mais altas do que os grupos etários mais velhos (19-21 anos e 22-25 anos). Esta descoberta está em consonância com a hipótese formulada, podendo ser o reflexo de fatores como a menor maturidade emocional, a maior impulsividade e a menor experiência em relacionamentos, o que pode favorecer uma comunicação mais agressiva no ambiente digital (e.g. Calvete & Orue, 2013; Oliveira, 2015; Reed, Tolman, & Ward, 2016; Temple, et al., 2016; Thulin, et al., 2022).

Porém, a hipótese não se confirmou completamente, uma vez que não se verificaram diferenças significativas nos demais tipos de perpetração e de vitimação. Estes resultados sugerem que, embora os/as adolescentes mais novos/as possam estar mais envolvidos/as em agressão direta, outras formas de abuso cibernético podem não estar tão relacionadas com a idade, como inicialmente previsto. Entre as possíveis explicações destaca-se o facto de os/as

jovens mais velhos/as poderem manter comportamentos abusivos ao longo do tempo e/ou adaptar as suas estratégias de controlo e/ou de agressão à medida que adquirem maior experiência em relacionamentos íntimos (Basting, et al., 2023; Howell, Barnes, Miller, & Graham-Bermann, 2016; Strickland & Mosley, 2023; Van Ouytsel, Ponnet, & Walrave, 2017).

Adicionalmente, o tamanho do efeito observado foi pequeno ($\eta^2 = 0,04$), o que indica que, embora a idade tenha um impacto na agressão direta, esse efeito é reduzido e pode estar condicionado por outros fatores, como as dinâmicas específicas do relacionamento e/ou as características individuais dos/as participantes. Diante do exposto, as presentes descobertas apontam para a necessidade de investigações futuras que aprofundem o papel da idade nos diferentes tipos de abuso cibernético, considerando não apenas as diferenças quantitativas, mas também as motivações e/ou as justificações apresentadas pelos/as jovens para a prática destes comportamentos em diferentes fases do desenvolvimento.

Num terceiro momento, **analisou-se a relação entre a perpetração e a vitimação de abuso cibernético no namoro, com base na experiência amorosa atual dos/as participantes**. Para tal, os/as participantes foram agrupados/as em dois grupos: aqueles/as que se encontravam numa relação amorosa e aqueles/as que já tinham experienciado uma relação amorosa anteriormente. Embora esta comparação não estivesse contemplada nas hipóteses inicialmente formuladas, verificou-se que os/as participantes com experiência prévia em relacionamentos apresentaram pontuações significativamente mais elevadas em todas as dimensões avaliadas, sugerindo uma maior frequência de comportamentos abusivos reportados. Este achado está em consonância com estudos prévios (e.g. Borges, Heine, & Dell’Aglia, 2020; Faias, Caridade, & Cardoso, 2016; Oliveira, 2015; Turner, Shattuck, Hamby, & Finkelhor, 2016), que indicam que a exposição anterior à violência pode sensibilizar os indivíduos para a agressão em contextos digitais, tornando-os/as mais propensos/as a reconhecê-la e a reportá-la.

Por outro lado, os/as participantes envolvidos numa relação amorosa apresentaram pontuações mais baixas, o que poderá refletir uma tendência à minimização do abuso. É possível que certos comportamentos abusivos não sejam reconhecidos como tal, sendo antes interpretados como expressões de cuidado e/ou de afeto (e.g. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 2020). Relativamente à perpetração por controlo, não se observaram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, o que sugere que esta forma de abuso pode não ser facilmente identificada como tal, mesmo quando presente.

Quanto aos tamanhos do efeito, estes variaram entre pequenos e moderados, sendo mais expressivos na vitimação por agressão direta. Este dado sugere que a experiência prévia em relacionamentos influencia a percepção e/ou a frequência reportada de comportamentos abusivos, embora a dinâmica da relação atual também desempenhe um papel relevante. Deste modo, os resultados reforçam a importância de futuras investigações que explorem em maior profundidade a relação entre a experiência relacional prévia e as dinâmicas de abuso cibernético, considerando variáveis como a fase do relacionamento, a maturidade emocional e a normalização de comportamentos abusivos.

Num quarto momento, **analisou-se a relação entre a perpetração e a vitimação de abuso cibernético no namoro, considerando a duração da relação amorosa.** De acordo com a **Hipótese 2**, esperava-se que a duração da relação estivesse associada à ocorrência de comportamentos abusivos. Os resultados obtidos confirmaram parcialmente esta hipótese. Foram observadas diferenças estatisticamente significativas nas pontuações totais do CibAN, sendo o grupo com relações de “Entre 1 e 3 anos” aquele que apresentou valores mais elevados face ao grupo “Menos de 1 ano”. Isto sugere que, à medida que a relação avança, os/as participantes tornam-se mais atentos/as a comportamentos abusivos e/ou mais expostos/as aos mesmos, aumentando assim a probabilidade de os reconhecerem e de os reportarem.

Não obstante, a associação entre a duração da relação e a perpetração de abuso cibernético não foi inteiramente corroborada. O grupo “Mais de 3 anos” não apresentou diferenças significativas relativamente aos demais, o que poderá sugerir um fenómeno de estabilização e/ou de normalização desses comportamentos ao longo do tempo. Em relação à perpetração total, observaram-se diferenças significativas consoante a duração da relação, com o grupo “Mais de 3 anos” a reportar pontuações mais altas do que o grupo “Menos de 1 ano”. Já o grupo “Entre 1 e 3 anos” apresentou resultados intermédios, não se distinguindo significativamente dos restantes. Este padrão valida estudos que apontam para uma possível perpetuação ou aceitação gradual de comportamentos abusivos em relações de maior duração (e.g., Luthra & Gidycz, 2006; Monteiro, Correia & Guedes, 2022; Van Ouytsel, Ponnet & Walrave, 2017).

Relativamente à dimensão da perpetração por controlo, apenas foram observadas diferenças significativas entre os grupos “Mais de 3 anos” e “Menos de 1 ano”, com o primeiro a apresentar valores superiores. Este resultado poderá indicar que, em relações mais prolongadas, os comportamentos de controlo tornam-se mais frequentes ou menos facilmente

identificáveis como abusivos. No que se refere à vitimação por controlo, observou-se uma diferença significativa entre os grupos “Entre 1 e 3 anos” e “Menos de 1 ano”, o que pode indicar uma maior sensibilidade para reconhecer tais comportamentos na fase intermédia da relação. Em termos de tamanho do efeito, os resultados revelaram um efeito pequeno, sugerindo que, embora estatisticamente significativas, as diferenças observadas são moderadas. Estes dados reforçam a importância de estudos futuros que explorem as dinâmicas do abuso cibernético ao longo do tempo, nomeadamente como a normalização, a perceção e a aceitação de determinados comportamentos podem evoluir com a duração da relação.

Num quinto momento, **analisou-se a relação entre a escolaridade dos pais e/ou das figuras parentais e a ocorrência de abuso cibernético no namoro.** Embora não tenham sido formuladas hipóteses específicas para esta variável, os resultados indicaram que não houve diferenças estatisticamente significativas nas pontuações do CibAN com base na escolaridade da mãe ($p > 0,05$) nem do pai ($p > 0,05$). Estes dados sugerem que, no presente estudo, o nível de escolaridade parental não influenciou diretamente a ocorrência de comportamentos abusivos em contexto digitais.

Contudo, é plausível considerar que outras variáveis, como o ambiente familiar, a literacia digital e/ou o contexto social, possam exercer um papel mais relevante na compreensão deste fenómeno, conforme sugerido por diversos autores (e.g., Caridade & Braga, 2020; Oliveira, 2015; Peskin, et al., 2017; Shapka & Law, 2013). Por exemplo, Peskin e colaboradores (2017) evidenciaram que o envolvimento parental na mediação do uso das tecnologias e a comunicação familiar pode ser mais determinante do que a escolaridade formal dos/as cuidadores/as. Neste sentido, estudos futuros poderão explorar em maior profundidade o impacto de variáveis como o suporte emocional familiar, a qualidade das interações parentais, a literacia digital e a promoção de práticas educativas sobre o uso seguro das tecnologias na prevenção do abuso cibernético.

Num sexto momento, **analisou-se a associação entre a experiência de abuso cibernético no namoro e a presença de comportamentos violentos no contexto familiar.** De acordo com as **Hipóteses 5 e 6**, previa-se que os/as participantes que admitissem ter perpetrado e/ou sofrido abuso cibernético também reportassem a ocorrência de violência familiar, sendo ainda esperado que o ambiente familiar estivesse associado tanto à vitimação quanto à perpetração.

Os resultados revelaram correlações positivas e moderadas entre os instrumentos SANI e CibAN ($0,3 < r_s < 0,4$), sugerindo que a dinâmica familiar está relacionada com os comportamentos abusivos em contextos digitais. Especificamente, a perpetração apresentou uma correlação mais forte com as dimensões da SANI ($r_s = 0,42$; $p < 0,001$) do que a vitimação ($r_s = 0,33$; $p < 0,01$), o que indica que os/as perpetradores/as de abuso cibernético podem ser mais influenciados/as por experiências familiares do que as vítimas. As dimensões de coerção ($r_s = 0,38$; $p < 0,01$) e de controlo ($r_s = 0,35$; $p < 0,01$) destacaram-se como significativamente associadas ao CibAN, sugerindo que jovens expostos/as a ambientes familiares marcados por práticas coercivas e/ou controladoras tendem a reproduzir comportamentos abusivos nas suas relações amorosas. Estes achados estão em consonância com a literatura, que identifica a família como um contexto privilegiado de aprendizagem de padrões relacionais. Por exemplo, Curry e Zavala (2020) demonstraram que adolescentes expostos/as à violência familiar tendem a replicar essas dinâmicas nos relacionamentos íntimos. Do mesmo modo, Van Ouytsel e colaboradores (2017) indicaram que a exposição e a aceitação de comportamentos violentos em casa podem favorecer tanto a vitimação quanto a perpetração no ambiente digital.

Tais resultados estão alinhados com a **Teoria da Aprendizagem Social** (Bandura, 1977), segundo a qual comportamentos observados em contextos significativos são interiorizados e reproduzidos noutras relações sociais, nomeadamente nos relacionamentos amorosos. Adicionalmente, Basting e colaboradores (2023) observaram que adolescentes e jovens com histórico de violência familiar tendem a desenvolver estilos de vinculação ansiosa, utilizando o abuso cibernético como estratégia para gerir a insegurança emocional nas relações.

Apesar de os resultados sustentarem a existência de uma relação entre o ambiente familiar e o abuso cibernético no namoro, importa sublinhar que se trata de uma correlação moderada. Este dado sugere que, embora o contexto familiar desempenhe um papel relevante, não constitui o único fator explicativo. De facto, conforme discutido por Caridade e Braga (2020), os comportamentos abusivos no namoro, particularmente em ambientes digitais, configuram-se como fenómenos complexos que exigem uma abordagem multifatorial. Assim, fatores como as dinâmicas interpessoais, a regulação emocional e as competências sociais poderão também contribuir para a manifestação destes comportamentos. Estas descobertas convergem com as conclusões de Peskin e colaboradores (2017), que identificam o ambiente relacional mais amplo como um elemento determinante na adoção de comportamentos violentos entre os pares. Neste sentido, futuras investigações poderão explorar mais

profundamente o papel de diferentes estilos parentais, bem como a influência de outros contextos sociais (e.g., escola, grupos de pares) na origem das condutas abusivas no namoro.

Finalmente, num sétimo momento, **analisou-se a relação entre a escolaridade dos pais e/ou das figuras parentais e a ocorrência de comportamentos violentos no seio familiar**, com base nas pontuações obtidas na SANI. Antecipava-se a existência de uma relação significativa entre os comportamentos violentos e as características sociodemográficas, nomeadamente a escolaridade dos pais (**Hipótese 4**). Este pressuposto foi parcialmente verificado. No caso da escolaridade materna, não foram encontradas diferenças significativas, o que sugere que, nesta amostra, tal variável não se revelou um fator determinante. Este resultado contrasta com o estudo de Pearson e colaboradores (2023), que indicou uma associação entre baixos níveis de escolaridade materna e maior incidência de violência familiar. Esta discrepância poderá ser atribuída às especificidades contextuais da amostra, como salientado por Shapka e Law (2013), que destacam a influência de fatores socioculturais na percepção e no relato da violência.

Em contrapartida, no que diz respeito à escolaridade paterna, observaram-se diferenças marginalmente significativas. Participantes com figuras parentais do sexo masculino com escolaridade até ao ensino básico ou secundário apresentaram pontuações superiores nas escalas da SANI, comparativamente aos que reportaram figuras com ensino superior. Este padrão, embora estatisticamente marginal, sugere que a escolaridade paterna poderá influenciar a dinâmica familiar, especialmente na dimensão de abuso emocional, onde se verificaram diferenças estatisticamente significativas. Estes resultados estão em consonância com as conclusões de Bandiera e colaboradores (2020), que destacam a função protetora da educação formal na prevenção da violência, associando níveis mais baixos de escolaridade à menor disponibilidade de recursos emocionais e de estratégias eficazes de resolução de conflitos.

Ainda neste sentido, Caridade e Braga (2020) reforçam que dificuldades na gestão emocional e falhas no exercício da parentalidade positiva podem contribuir para a perpetuação de padrões abusivos nas relações familiares. A investigação de Begum e Kavlu (2023), por sua vez, corrobora esta perspetiva ao identificar a pobreza e a baixa escolarização como fatores críticos na ocorrência de violência intrafamiliar. Assim sendo, futuras investigações deverão explorar de forma mais integrada a interação entre a escolaridade, os rendimentos familiares, a estrutura familiar e o histórico de exposição à violência durante a infância e a adolescência.

Em síntese, os resultados desta pesquisa revelam uma complexa interação entre diversas variáveis, como o sexo, a idade, a experiência relacional, a duração do relacionamento e o ambiente familiar, e a ocorrência de comportamentos de abuso cibernético no namoro, tanto no papel de vítimas como de perpetradores. Algumas hipóteses foram confirmadas, como a associação entre a perpetração e o sexo masculino, bem como o impacto das dinâmicas familiares. No entanto, outros achados indicam que a compreensão deste fenómeno exige uma análise mais aprofundada e contextualizada, considerando a multiplicidade de fatores envolvidos.

3.3 LIMITAÇÕES E VANTAGENS

Entre as principais limitações do presente estudo destaca-se o facto de a amostra ser de conveniência, com uma composição marcadamente assimétrica no que respeita ao sexo dos/as participantes, verificando-se um predomínio significativo do sexo feminino (84%). Esta desigualdade pode introduzir enviesamentos na interpretação dos resultados, particularmente nas variáveis relacionadas com o género. Acresce que a representatividade geográfica da amostra, concentrada sobretudo na Região Norte (57%), limita a generalização dos resultados à totalidade da população jovem portuguesa. Ademais, importa referir que a utilização de instrumentos de autorresposta pode estar sujeita a vieses de desejabilidade social e à subjetividade dos/as participantes no relato das suas experiências, o que poderá influenciar a fidedignidade de algumas respostas.

Por outro lado, o presente estudo apresenta igualmente vantagens significativas. A amostra, constituída por 286 participantes, é considerada robusta segundo os critérios metodológicos da literatura (Bryman, 2016), conferindo consistência estatística aos resultados obtidos. Destaca-se também o carácter inovador da investigação, uma vez que, até ao momento, não foram identificados estudos que correlacionem de forma simultânea os dois instrumentos em análise. Este aspeto reforça a originalidade e a relevância científica do trabalho desenvolvido, ao contribuir para uma compreensão mais aprofundada e integrada do fenómeno do abuso cibernético no namoro em contexto juvenil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Dissertação teve como objetivo principal compreender a relação entre o abuso cibernético no namoro e o ambiente familiar de jovens residentes em Portugal, explorando as possíveis conexões entre a exposição a dinâmicas familiares violentas e a adoção de comportamentos abusivos em relações amorosas no meio digital. Esta investigação insere-se num contexto social e tecnológico em constante transformação (Thomazini & Goulart, 2018), no qual as interações digitais tornaram-se uma parte integrante das relações interpessoais (Borrajo, Gámez-Guadix, & Calvete, 2015; Brown, Flood, & Hegarty, 2022; Mosley & Lancaster, 2019; Stonard, Bowen, Walker, & Price, 2015), conferindo novas dimensões à violência no namoro e exigindo uma análise aprofundada dos fatores que contribuem para a sua manifestação (Borrajo, Gámez-Guadix, & Calvete, 2015; Cantu & Charak, 2020; Monteiro, Correia, & Guedes, 2022; Strickland & Mosley, 2023).

A literatura demonstra que a violência no namoro não pode ser dissociada do ambiente no qual os/as jovens crescem e desenvolvem as suas competências relacionais (Garrido, Culhane, Raviv, & Taussig, 2011; Howell, Barnes, Miller, & Graham-Bermann, 2016; Strickland & Mosley, 2023). Neste sentido, a presente investigação baseou-se em pressupostos teóricos bem estabelecidos, nomeadamente a Teoria da Aprendizagem Social, desenvolvida por Bandura (1971), que sugere que indivíduos expostos a comportamentos violentos no seio familiar tendem a reproduzir estas mesmas dinâmicas nos seus próprios relacionamentos. Além disso, recorreu-se ao Modelo Ecológico da Violência, que destaca a existência de múltiplos fatores que influenciam o comportamento humano e que podem aumentar a probabilidade de envolvimento em atos violentos, seja como vítimas, seja como agressores/as (Bronfenbrenner, 1993; Casique & Furegato, 2006; Detoni, 2019; Heise, L., 1999; Martins, 2007).

Os resultados obtidos confirmam a relevância das abordagens teóricas adotadas, ao evidenciar que os/as jovens que cresceram em ambientes familiares marcados por comportamentos violentos apresentam uma maior propensão para perpetuar e/ou para tolerar o abuso cibernético no namoro. Estas descobertas estão em consonância com investigações anteriores (e.g., Garrido, Culhane, Raviv, & Taussig, 2011; Lewis, Holmes, Watkins, & Mathers, 2015; Turner, Shattuck, Hamby, & Finkelhor, 2016), que demonstram que a exposição a modelos relacionais disfuncionais pode comprometer o desenvolvimento de competências emocionais e sociais saudáveis, influenciando a forma como os/as adolescentes e os/as jovens lidam com conflitos e exercem poder nos seus relacionamentos amorosos.

Além da influência do contexto familiar, este estudo permitiu identificar que algumas variáveis sociodemográficas, como a idade e o nível de escolaridade, podem estar associadas a diferentes padrões de envolvimento no abuso cibernético no namoro. A elevada representação de estudantes do ensino superior na amostra contraria a ideia de que a violência no namoro digital ocorre maioritariamente em populações mais vulneráveis, sugerindo que este fenómeno transcende barreiras sociais e/ou educativas (Ferreira, Abreu, & Neves, 2019). Esta constatação reforça a necessidade de abordagens preventivas que englobem todas as camadas da população jovem, sem restringir as campanhas de sensibilização a grupos específicos.

Do ponto de vista metodológico, a presente investigação adotou uma abordagem quantitativa, recorrendo a instrumentos validados para a avaliação do abuso cibernético no namoro e do ambiente familiar. A utilização da versão portuguesa do *Cyber Dating Abuse Questionnaire* (CDAQ) e da escala de Sinalização do Ambiente Natural Infantil (SANI) permitiu a recolha de dados fiáveis e comparáveis a estudos internacionais (e.g., Basting, et al., 2023; Brem, Stuart, Cornelius, & Shorey, 2019). No entanto, algumas limitações devem ser reconhecidas. A amostra, maioritariamente composta por participantes do sexo feminino e por estudantes universitários/as, pode condicionar a generalização dos resultados, uma vez que jovens com trajetórias académicas distintas e/ou inseridos/as em contextos sociais e culturais diversos poderão apresentar experiências divergentes relativamente ao abuso cibernético no namoro. Ademais, o recurso a um questionário *online*, embora tenha permitido alcançar uma amostra mais ampla e geograficamente dispersa, pode ter excluído indivíduos com menor acesso às TIC e/ou com reduzida predisposição para responder a inquéritos desta natureza.

Perante o exposto, futuras investigações poderão beneficiar da diversificação dos métodos de recolha de dados, combinando abordagens quantitativas e qualitativas com o objetivo de aprofundar a compreensão do impacto do ambiente familiar no desenvolvimento de dinâmicas abusivas em contexto digital. A realização de entrevistas e/ou *focus group* poderá proporcionar uma análise mais detalhada das perceções dos/as jovens acerca das suas experiências relacionais e do papel da família na construção dos seus modelos afetivos. Além disso, será pertinente alargar o espectro de variáveis analisadas, incluindo fatores como o suporte social, a literacia digital, a autoestima e as crenças normativas sobre o uso da tecnologia em relacionamentos amorosos.

Complementarmente às implicações teóricas e metodológicas, esta investigação apresenta importantes implicações práticas. O reconhecimento do impacto do ambiente familiar

na ocorrência de abuso cibernético no namoro sublinha a necessidade de intervenções precoces que promovam ambientes familiares saudáveis e que fortaleçam a educação social e emocional desde a infância. Os estabelecimentos de ensino, por exemplo, desempenham um papel fundamental neste processo, devendo integrar nos seus currículos a educação para as relações saudáveis e para a cidadania digital, sensibilizando adolescentes e jovens para a importância do respeito mútuo, da comunicação assertiva e da igualdade de género nas relações amorosas.

Do ponto de vista das políticas públicas, os resultados desta investigação reforçam a necessidade de intensificar os mecanismos de prevenção e de combate à violência no namoro digital, assegurando que esta problemática seja abordada de forma integrada e multidisciplinar. A criação de campanhas de sensibilização dirigidas a adolescentes, a jovens, a famílias e/ou a profissionais de diferentes áreas, bem como o desenvolvimento de programas de apoio e de aconselhamento para vítimas e/ou para agressores/as, poderá contribuir para a redução da incidência deste tipo de violência e para a promoção de uma cultura de respeito nas interações.

Num mundo cada vez mais digitalizado, onde as redes sociais e as plataformas de comunicação desempenham um papel central nas relações afetivas, torna-se essencial que a investigação, a educação e a intervenção social acompanhem estas transformações, garantindo que os/as jovens disponham das ferramentas necessárias para construir relações saudáveis e livres de violência (Borrajo, Gámez-Guadix, & Calvete, 2015; Brown, Flood, & Hegarty, 2022; Mosley & Lancaster, 2019; Stonard, Bowen, Walker, & Price, 2015). Por isso, o abuso cibernético no namoro não deve ser encarado como uma consequência inevitável do uso da tecnologia, mas sim como um fenómeno que exige uma resposta coletiva e estruturada, sustentada no conhecimento científico e na promoção de valores (Borrajo, Gámez-Guadix, & Calvete, 2015; Dick, et al., 2014; Van Ouytsel, Ponnet, & Walrave, 2017).

Em suma, esta Dissertação contribui para o aprofundamento do conhecimento sobre o abuso cibernético no namoro em Portugal, destacando a influência do ambiente familiar na sua ocorrência e reforçando a importância de abordagens integradas na prevenção e na intervenção. Os resultados obtidos evidenciam que a violência cibernética no namoro deve ser compreendida como uma extensão das dinâmicas de poder presentes nas relações interpessoais, sendo que a sua erradicação depende de uma ação concertada entre diversos agentes sociais. A construção de uma sociedade mais justa e equitativa passa, inevitavelmente, pela promoção de relações amorosas baseadas no respeito mútuo, na confiança e na liberdade individual, valores que devem ser cultivados desde a infância e reforçados ao longo de toda a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Álvares, M. (2020). *Introdução à investigação quantitativa e análise SPSS*. Universidade Aberta – Investigação em Administração e Gestão Educacional: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/10529/1/E_book_Quantitativos%20%281%29.pdf
- Ahonen, L., & Loeber, R. (2016). Dating violence in teenage girls: parental emotion regulation and racial differences. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 26(4), 240–250. <https://doi.org/10.1002/cbm.2011>
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2020). *Folha Informativa - Violência no Namoro*. https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/FolhaInformativa_VNamoro_2020.pdf
- Bandiera, O., Buehren, N., Burgess, R., Goldstein, M., Gulesci, S., Rasul, I., & Sulaiman, M. (2020). Women's Empowerment in Action: Evidence from a Randomized Control Trial in Africa. *American Economic Journal: Applied Economics*, 12(1), 210–259. <https://doi.org/10.1257/app.20170416>
- Bandura, A. (1971). *Social Learning Theory*. General Learning Corporation.
- Barreira, A., Lima, M., Bigras, M., Njaine, K., & Assis, S. (2014). Directionality of physical and psychological dating violence among adolescents in Recife, Brazil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 17(1), 217–228. <https://doi.org/10.1590/1415-790x201400010017eng>
- Barroso, Z. (2008). Violência nas Relações Amorosas. *Atas - VI Congresso Português de Sociologia*, 2-11. <https://associacaoportuguesasociologia.pt/vicongresso/pdfs/597.pdf>
- Basting, E. J., Romero, G. J., Garner, A. R., Medenblik, A. M., Cornelius, T. L., & Stuart, G. L. (2022). Applying Attachment Theory to Link Family of Origin Violence History to Cyber Dating Abuse Among College Students. *Journal of Family Violence*. <https://doi.org/10.1007/s10896-022-00418-1>
- Begum, S., & Kavlu, A. (2023). Justification of Parental Violence – A Cross country Analysis Evidence from World Values Survey- Variances based on Gender, Age and Education. *International Journal of Social Sciences & Educational Studies*, 10(3), 204-217. <https://doi.org/10.23918/ijsses.v10i3p204>

- Black, D. S., Sussman, S., & Unger, J. B. (2009). A Further Look at the Intergenerational Transmission of Violence: Witnessing Interparental Violence in Emerging Adulthood. *Journal of Interpersonal Violence, 25*(6), 1022–1042. <https://doi.org/10.1177/0886260509340539>
- Borges, J., Heine, J., & Dell’Aglío, D. (2020). Personal and contextual predictors for adolescent dating violence perpetration. *Acta Colombiana de Psicología, 23*(2), 460–470. <https://www.redalyc.org/journal/798/79864707016/html/>
- Borrajo, E., Gámez-Guadix, M., & Calvete, E. (2015). Cyber Dating Abuse: Prevalence, Context, and Relationship with Offline Dating Aggression. *Psychological Reports, 116*(2), 565–585. <https://doi.org/10.2466/21.16.pr0.116k22w4>
- Brem, M. J., Stuart, G. L., Cornelius, T. L., & Shorey, R. C. (2019). A Longitudinal Examination of Alcohol Problems and Cyber, Psychological, and Physical Dating Abuse: The Moderating Role of Emotion Dysregulation. *Journal of Interpersonal Violence, 36*, (19-20). <https://doi.org/10.1177/0886260519876029>
- Bronfenbrenner, U. (1993). Ecological models of human development. In M. Gauvain & M. Cole (Eds.), *Readings on the development of children* (37–43). New York: Freeman. <https://www.ncj.nl/wp-content/uploads/media-import/docs/6a45c1a4-82ad-4f69-957e-1c76966678e2.pdf>
- Brown, C., Flood, M., & Hegarty, K. (2020). Digital dating abuse perpetration and impact: The importance of gender. *Journal of Youth Studies, 25*(2), 1–16. <https://doi.org/10.1080/13676261.2020.1858041>
- Bryman, A. (2016). *Social Research Methods* (5^a ed.). Oxford University Press.
- Buckley, H., Holt, S., & Whelan, S. (2007). Listen to Me! Children’s experiences of domestic violence. *Child Abuse Review, 16*(5), 296–310. <https://doi.org/10.1002/car.995>
- Butchart, A., Brown, D., Huynh, K., & Corso, P. (2008). *Manual for Estimating the Economic Costs of Injuries Due to Interpersonal and Self-Directed Violence*. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.20391.29604>

- Cantu, J. I., & Charak, R. (2020). Unique, Additive, and Interactive Effects of Types of Intimate Partner Cybervictimization on Depression in Hispanic Emerging Adults. *Journal of Interpersonal Violence, 37*(1-2), 1–25. <https://doi.org/10.1177/0886260520915552>
- Caridade, S. (2011). *Vivências íntimas violentas. Uma abordagem científica*. Coimbra: Almedina.
- Caridade, S. M., & Braga, T. (2019). Versão portuguesa do Cyber Dating Abuse Questionnaire (CDAQ) – Questionário sobre Ciberabuso no Namoro (CibAN): Adaptação e propriedades psicométricas. *Análise Psicológica, 37*(1), 93-105. <https://doi.org/10.14417/ap.1543>
- Caridade, S., & Barros, S. (2018). Violência nas Relações Íntimas Juvenis e Ideação e Comportamentos Suicidas. *Psicologia, Saúde & Doenças, 19*(2), 323-336. <http://hdl.handle.net/10284/7851>
- Caridade, S. M. M., & Braga, T. (2020). Youth cyber dating abuse: A meta-analysis of risk and protective factors. *Cyberpsychology: Journal of Psychosocial Research on Cyberspace, 14*(3). <https://doi.org/10.5817/cp2020-3-2>
- Caridade, S., & Machado, C. (2013). Violência nas relações juvenis de intimidade: Uma revisão da teoria, da investigação e da prática. *PSICOLOGIA, 27*(1), 91-113. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v27i1.244>
- Caridade, S., Braga, T., & Borrajo, E. (2019). Cyber dating abuse (CDA): Evidence from a systematic review. *Aggression and Violent Behavior, 48*, 152-168. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2019.08.018>
- Caridade, S., Sousa, H., & Dinis, M. (2020). Cyber and Offline Dating Abuse in a Portuguese Sample: Prevalence and Context of Abuse. *Behavioral Sciences, 10*(10), 1-14. <https://doi.org/10.3390/bs10100152>
- Casique, L., & Furegato, A. R. F. (2006). Violence against women: theoretical reflections. *Revista Latino-Americana de Enfermagem, 14*(6), 950–956. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692006000600018>

- Castañeda, M., Grande, A., Díez-Gañán, L., Sonego, M., & Gavín, M. (2014). Violencia de pareja en jóvenes de 15 a 16 años de la Comunidad de Madrid. *Revista Española de Salud Pública*, 88(5), 639–652. <https://doi.org/10.4321/s1135-57272014000500008>
- Cavalcanti, J. G., & Coutinho, M. P. L. (2019). Abuso digital nos relacionamentos amorosos: uma revisão sobre prevalência, instrumentos de avaliação e fatores de risco. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 37(2), 235-254. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.6888>
- Center for Disease Control and Prevention. (2014). *Understanding teen dating violence*. <https://www.cdc.gov/violenceprevention/pdf/teen-dating-violence-2014-a.pdf>
- Costa, I. (2006). *O abuso e as crenças sobre a violência nas relações amorosas de estudantes universitários*. Obtido de Monografia de conclusão de licenciatura em Psicologia. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Cummings, M., & Davies, P. (2010). Marital conflict and child adjustment: An emotional security hypothesis. *Psychological Bulletin*, 116(3), 387–411. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.116.3.387>
- Curry, T.R., & Zavala, E. (2020). A Multi-Theoretical Perspective on Cyber Dating Abuse Victimization and Perpetration within Intimate Relationships: A Test of General Strain, Social Learning, and Self-Control Theories. *Victims & Offenders*, 15 (4), 499-519. <https://doi.org/10.1080/15564886.2020.1734996>
- Dannisworo, C., Buchari, A., & Dian Oriza, I. (2022). Testing the Investment Model to Predict Commitment in Cyber Dating Abuse Victims. *Partner Abuse*, 13(2), 202–216. <https://doi.org/10.1891/PA-2021-0012>
- Deans, H., & Bhogal, M. S. (2017). Perpetrating Cyber Dating Abuse: A Brief Report on the Role of Aggression, Romantic Jealousy and Gender. *Current Psychology*, 38(5), 1077–1082. <https://doi.org/10.1007/s12144-017-9715-4>
- Dick, R. N., McCauley, H. L., Jones, K. A., Tancredi, D. J., Goldstein, S., Blackburn, S., Monasterio, E., James, L., Silverman, J. G., & Miller, E. (2014). Cyber Dating Abuse Among Teens Using School-Based Health Centers. *Pediatrics*, 134(6), 1560–1567. <https://doi.org/10.1542/peds.2014-0537>

- Detoni, M. P. (2019). Modelo ecológico de geração do crime: Um caminho para a (in)segurança pública brasileira. *Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, 128-147.
- Durán-Segura, M., & Martínez-Pecino, R. (2015). Cyberbullying through Mobile Phone and the Internet in Dating Relationships among Youth People. *Comunicar*, 22(44), 159–167. <https://doi.org/10.3916/c44-2015-17>
- Ehrensaft, M. K., Cohen, P., Brown, J., Smailes, E., Chen, H., & Johnson, J. G. (2003). Intergenerational transmission of partner violence: A 20-year prospective study. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 71(4), 741–753. <https://doi.org/10.1037/0022-006x.71.4.741>
- Ellyson, A. M., Adhia, A., Lyons, V. H., & Rivara, F. P. (2021). Prevalence, age of initiation, and patterns of co-occurrence of digital dating abuse behaviors nationwide. *Children and Youth Services Review*, 122, 105921. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2020.105921>
- European Institute for Gender Equality. (2022). *The costs of gender-based violence in the European Union: Technical report*. <https://eige.europa.eu/publications-resources/publications/costs-gender-based-violence-european-union-technical-report>
- Faias, J., Caridade, S., & Cardoso, J. (2017). Exposição à violência familiar e abuso íntimo em jovens: Que relação? *Psychologica*, 59(1), 7–23. https://doi.org/10.14195/1647-8606_59-1_1
- Fehringer, J. & Hindin, M. (2009). Like parent, like child: Intergenerational transmission of partner violence in Cebu, Philippines. *Journal of Adolescent Health*, 44(4), 363 – 371. Doi: 10.1016/j.jadohealth.2008.08.012
- Fernández-González, L., O’Leary, K. D., & Muñoz-Rivas, M. J. (2013). Age-Related Changes in Dating Aggression in Spanish High School Students. *Journal of Interpersonal Violence*, 29(6), 1132–1152. <https://doi.org/10.1177/0886260513506057>
- Ferreira, M., Abreu, A. L., & Neves, S. (2019). Guião para a Prevenção da Violência no Namoro em Contexto Universitário. *Associação Plano i*. <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2019/09/Preven%C3%A7%C3%A3o-da-viol%C3%Aancia-no-namoro-em-contexto-univers.pdf>

- Freed, D., Palmer, J., Minchala, D. E., Levy, K., Ristenpart, T., & Dell, N. (2017). Digital Technologies and Intimate Partner Violence. *Proceedings of the ACM on Human-Computer Interaction*, 1, 1–22. <https://doi.org/10.1145/3134681>
- Garrido, E. F., Culhane, S. E., Raviv, T., & Taussig, H. N. (2010). Does Community Violence Exposure Predict Trauma Symptoms in a Sample of Maltreated Youth in Foster Care? *Violence and Victims*, 25(6), 755–769. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.25.6.755>
- Goncy, E. A., Sullivan, T. N., Farrell, A. D., Mehari, K. R., & Garthe, R. C. (2017). Identification of patterns of dating aggression and victimization among urban early adolescents and their relations to mental health symptoms. *Psychology of Violence*, 7(1), 58–68. <https://doi.org/10.1037/vio0000039>
- Guerreiro, A., Oliveira, M. S., & Magalhães, M. J. (2018). Prevenção da violência e Comportamentos Delinquentes em Contexto Escolar: A Importância de Equipas Multidisciplinares. In *Da Infância à Terceira Idade: Intervenção em Contextos de Violência e Crime - Guia Prático para Estudantes e Profissionais* (pp. 47–55). Porto: Legis | Mais Leitura Editora.
- Guerreiro, A., Pontedeira, C., Sousa, R., Magalhães, M. J., Oliveira, E., & Ribeiro, P. (2015). Intimidade e violência no namoro: refletir a problemática nos/as jovens. *Cescontexto*, 14-26. <https://hdl.handle.net/10216/78885>
- Hamby, S., Finkelhor, D., Turner, H., & Ormrod, R. (2011). *Children's Exposure to Violence Children's Exposure to Violence A Message From OJJDP*. <https://www.ojp.gov/pdffiles1/ojjdp/232272.pdf>
- Heise, L. (1999). Violencia contra las mujeres: un marco ecológico integrado. In A. Backhaus, & R. Meyer, *Violencia de género y estrategias para el cambio*. (pp. 27-65). Managua: GTZ: Proyecto de promoción de políticas de género.
- Hinduja, S., & Patchin, J. W. (2013). Social Influences on Cyberbullying Behaviors Among Middle and High School Students. *Journal of Youth and Adolescence*, 42(5), 711–722. <https://doi.org/10.1007/s10964-012-9902-4>

- Howell, K., Barnes, S., Miller, L., & Graham-Bermann, S. (2016). Developmental variations in the impact of intimate partner violence exposure during childhood. *Journal of Injury and Violence Research*, 8(1). <https://doi.org/10.5249/jivr.v8i1.663>
- Izaguirre, A., & Calvete, E. (2016). Exposure to Family Violence as a Predictor of Dating Violence and Child-to-Parent Aggression in Spanish Adolescents. *Youth & Society*, 49(3), 393–412. <https://doi.org/10.1177/0044118x16632138>
- Jaen-Cortés, C., Rivera-Aragón, S., Reidl-Martínez, L., & García-Méndez, M. (2017). Violencia de pareja a través de medios electrónicos en adolescentes mexicanos. *Acta de Investigación Psicológica*, 7(1), 2593–2605. <https://doi.org/10.1016/j.aiprr.2017.01.001>
- Jouriles, E. N., Mueller, V., Rosenfield, D., McDonald, R., & Dodson, M. C. (2012). Teens' experiences of harsh parenting and exposure to severe intimate partner violence: Adding insult to injury in predicting teen dating violence. *Psychology of Violence*, 2(2), 125–138. <https://doi.org/10.1037/a0027264>
- Kim, J. Y., Kim, H. J., Choi, J. W., & Emery, C. (2013). Family Violence and Dating Violence in Korea. *Journal of Family Violence*, 29(1), 23–33. <https://doi.org/10.1007/s10896-013-9556-3>
- Krug, E., Dahlberg, L., Mercy, J., Zwi, A., & Lozano, R. (2002). *World report on violence and health*. https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf
- Leen, E., Sorbring, E., Mawer, M., Holdsworth, E., Helsing, B., & Bowen, E. (2013). Prevalence, dynamic risk factors and the efficacy of primary interventions for adolescent dating violence: An international review. *Aggression and Violent Behavior*, 18(1), 159–174. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2012.11.015>
- Leisring, P. A., & Giumetti, G. W. (2014). Sticks and Stones May Break My Bones, But Abusive Text Messages Also Hurt. *Partner Abuse*, 5(3), 323–341. <https://doi.org/10.1891/1946-6560.5.3.323>
- Lewis, S., Holmes, N., Watkins, M., & Mathers, C. (2015). Children exposed to intimate partner violence: The impact of daily routines on behavioral outcomes. *Journal of Family Violence*, 471–483.

- Lucas, S. (2002). *A agressividade no namoro de adolescentes*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Lundgren, R., & Amin, A. (2015). Addressing Intimate Partner Violence and Sexual Violence Among Adolescents: Emerging Evidence of Effectiveness. *Journal of Adolescent Health, 56*(1), 542–550. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2014.08.012>
- Luthra, R., & Gidycz, C. A. (2006). Dating Violence Among College Men and Women: Evaluation of a Theoretical Model. *Journal of Interpersonal Violence, 21*(6), 717–731. <https://doi.org/10.1177/0886260506287312>
- Machado, C., Matos, M., & Moreira, A. I. (2003). *Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária*. 33, 69–83. https://www.researchgate.net/publication/291796677_Violencia_nas_relacoes_amorasas_Comportamentos_e_atitudes_na_populacao_universitaria
- Machado, L. M. (Janeiro de 2010). *Crenças e Representações Sociais dos Adolescentes sobre a Violência Interpessoal*. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1567/1/dm_luciamachado.pdf
- Makepeace, J. M. (1981). Courtship Violence among College Students. *Family Relations, 30*(1), 97. <https://doi.org/10.2307/584242>
- Marganski, A., & Melander, L. (2015). Intimate Partner Violence Victimization in the Cyber and Real World: Examining the Extent of Cyber Aggression Experiences and Its Association with In-Person Dating Violence. *Journal of Interpersonal Violence, 33*(7), 1071–1095. <https://doi.org/10.1177/0886260515614283>
- Martins, M. J. (2007). Violência interpessoal e maus-tratos entre pares, em contexto escolar. *Revista da Educação, 2*, 51-78. <https://www.researchgate.net/publication/308874889>
- Marôco, J. (2018). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. ReportNumber.
- Matos, M. G. de, Santos, T. G. S. dos, Guedes, F. A. B., Tomé, G., & Branquinho, C. (2019). Os adolescentes portugueses, a internet e as dependências tecnológicas. *Revista De Psicologia Da Criança E Do Adolescente, 10*(1), 173–185. <https://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/rpca/article/view/2640>

- Mendes, T. da C., & Sani, A. I. M. (2015). Representações de crianças expostas à violência interparental através de provas projetivas. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 6(1), 171–192.
<https://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/rpca/article/view/1979>
- Mendes, F. (2006). *Percursos da violência: Da família de origem à conjugalidade. Um estudo com jovens adultos a frequentarem o ensino superior*. Obtido de Dissertação de candidatura ao grau de mestre em Psicologia, na especialidade de Psicologia do Comportamento Desviante. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Milletich, R., Kelley, M., Doane, A., & Pearson, M. (2010). Exposure to interparental violence and childhood physical and emotional abuse as related to physical aggression in undergraduate dating relationship. *Journal of Family Violence*, 25, 627 – 637.
10.1007/s10896-010-9319-3
- Modena, M. R. (2016). *Conceitos e formas de violência*. Fundação Universidade de Caxias do Sul: https://www.uces.br/site/midia/arquivos/ebook-conceitos-formas_2.pdf
- Monteiro, A., Correia, E., & Guedes, S. (2022). Ciberabuso no namoro em estudantes do ensino superior: autoestima e tempo de duração da relação. *Revista de Estudios E Investigación En Psicología Y Educación*, 9, 18–30. <https://doi.org/10.17979/reipe.2022.9.0.8910>
- Mosley, M. A., & Lancaster, M. (2019). Affection and Abuse: Technology Use in Adolescent Romantic Relationships. *The American Journal of Family Therapy*, 47(1), 52–66.
<https://doi.org/10.1080/01926187.2019.1586592>
- Muñiz Rivas, M., & Monreal Gimeno, M. C. (2017). Violencia de pareja virtual y ajuste psicosocial en la adolescencia desde la perspectiva de género. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 2(1), 115.
<https://doi.org/10.17060/ijodaep.2017.n1.v2.924>
- Neves, S., Correia, A., Torres, J., Borges, J., Silva, E., & Topa, J. (2018). UNi+ - Programa de prevenção da violência no namoro em contexto universitário: Enquadramento concetual e resultados do diagnóstico de necessidades. Em S. Neves, & A. Correia, *Violências no Namoro*. Maia: Edições ISMAI.
- Oliveira, M. S. (2015). *Transmissão Intergeracional da Violência*. Lisboa: Chiado Editora.

- Oliveira, M. S., & Sani, A. I. (2005). Comportamentos dos jovens universitários face à violência nas relações amorosas. In *Atas do VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia* (pp. 1061-1074). Braga: Centro de Investigação em Educação.
- Oliveira, M., & Sani, A. I. (2009). A intergeracionalidade da violência nas relações de namoro. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, 6, 162–170. Universidade Fernando Pessoa. <http://hdl.handle.net/10284/1325>
- Oliveira, M. S., Sani, A. I., & Magalhães, T. (2012). O contágio transgeracional da agressividade: a propósito da violência no namoro. *Revista Portuguesa Do Dano Corporal*, 23, 175–188. https://doi.org/10.14195/1647-8630_23_9
- Oliveira, M. S., Sousa, A. R., & Peixoto, C. (2023). Violência intergeracional nas relações de intimidade: prevalência do fenómeno. *Revista de Vitimologia e Justiça Restaurativa*, 1(2). <https://doi.org/10.58725/rivjr.v1i2.54>
- Oliveira, Q. B. M., Assis, S. G., Njaine, K., & Pires, T. O. (2014). Namoro na adolescência no Brasil: circularidade da violência psicológica nos diferentes contextos relacionais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(3), 707–718. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014193.19052013>
- Oliveira, S. R. da C. (2016). *Violência no namoro: Crenças sobre violência e empowerment em estudantes universitários* [Dissertação de mestrado, Universidade da Beira Interior]. Repositório da Universidade da Beira Interior. <http://hdl.handle.net/10400.6/5787>
- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2004). Abuso no relacionamento íntimo: estudo da prevalência em adolescentes adultos portugueses. *Psychologica*, 36(1), 75-107. <https://app.parlamento.pt/violenciadomestica/conteudo/pdfs/biblioteca/paiva2005.pdf>
- Paixão, G., Gomes, N., Diniz, N., Lira, M., Carvalho, M., & Silva, R. (2015). Women experiencing the intergenerationality of conjugal violence. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 23(5), 874–879. <https://doi.org/10.1590/0104-1169.0010.2626>
- Pearson, I., Page, S., Zimmerman, C., Meinck, F., Gennari, F., Guedes, A., & Stöckl, H. (2022). The Co-Occurrence of Intimate Partner Violence and Violence Against Children: A Systematic Review on Associated Factors in Low- and Middle-Income Countries. *Trauma, Violence, & Abuse*, 24(4), 2097-2114. <https://doi.org/10.1177/15248380221082943>

- Perdigão, A., Menezes, B., Almeida, C., Machado, D., Chaves da Silva, M., & Prazeres, V. (2016). *Violência Interpessoal - Abordagem, Diagnóstico e Intervenção nos Serviços de Saúde*. Lisboa: Direção-Geral de Saúde. <https://platform.who.int/docs/default-source/mca-documents/policy-documents/guideline/PRT-GBV-19-04-GUIDELINE-2017-prt-Referencial-Tecnico-Violencia-Interpessoal-Abordagem-Diagnostico-e-Intervencao-nos-Servicos-de-Saude.pdf>
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. (2014). *Análise de Dados para Ciências Sociais A Complementaridade do SPSS*. Edições Sílabo.
- Peskin, M. F., Markham, C. M., Shegog, R., Temple, J. R., Baumler, E. R., Addy, R. C., Hernandez, B., Cuccaro, P., Gabay, E. K., Thiel, M., & Emery, S. T. (2016). Prevalence and Correlates of the Perpetration of Cyber Dating Abuse among Early Adolescents. *Journal of Youth and Adolescence*, *46*(2), 358–375. <https://doi.org/10.1007/s10964-016-0568-1>
- Raimundo, J. Z., Echeimberg, J. D. O., & Leone, C. (2018). Research methodology topics: Cross-sectional studies. *Journal of Human Growth and Development*, *28*(3), 356–360. Researchgate. <https://doi.org/10.7322/jhgd.152198>
- Reed, L. A., Tolman, R. M., & Ward, L. M. (2017). Gender matters: Experiences and consequences of digital dating abuse victimization in adolescent dating relationships. *Journal of Adolescence*, *59*(1), 79–89. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2017.05.015>
- Rodrigues, W. C. (2007). *Metodologia Científica*. Paracambi.
- Sani, A. I. (2003). Instrumento da Investigação. *Sinalização do Ambiente Natural Infantil*.
- Santos, A. P., Caridade, S., & Cardoso, J. (2019). Violência nas relações íntimas juvenis: (des)ajustamento psicossocial e estratégias de coping. *Contextos Clínicos*, *12*(1). <https://doi.org/10.4013/ctc.2019.121.01>
- Santos, K. B. dos, & Murta, S. G. (2016). Influência dos Pares e Educação por Pares na Prevenção à Violência no Namoro. *Psicologia: Ciência E Profissão*, *36*(4), 787–800. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000272014>

- Santos, M., & Caridade, S. (2017). Vivências amorosas em adolescentes: Das dinâmicas abusivas às consequências no seu (des)ajustamento psicossocial. *PSIQUE*, 18-39. <http://hdl.handle.net/10284/7893>
- Scantamburlo, N. P., Ojeda Ocampo Moré, C. L., & Crepaldi, M. A. (2013). O processo de transmissão intergeracional e a violência no casal. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 21(44), 35–48. <https://revistanps.com.br/nps/article/view/250>
- Schulz, C., & Colossi, Patrícia Manozzo. (2020). A transmissão transgeracional dos modelos conjugais. *Pensando Famílias*, 24(1), 45–64. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679-494X2020000100005
- Shapka, J. D., & Law, D. M. (2013). Does One Size Fit All? Ethnic Differences in Parenting Behaviors and Motivations for Adolescent Engagement in Cyberbullying. *Journal of Youth and Adolescence*, 42(5), 723–738. <https://doi.org/10.1007/s10964-013-9928-2>
- Sheskin, D. J. (2020). *Handbook of Parametric and Nonparametric Statistical Procedures*. <https://doi.org/10.1201/9780429186196>
- Secretaria-geral do Ministério da Administração Interna. (2025). Relatório Anual de Segurança Interna (RASI 2024). <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-rasi-2024>
- Silva, A., Oro, G., & Bossardi, C. (2021). Aspectos intergeracionais de famílias em situação de violência. *Pensando Famílias*, 25(2), 239–255.
- Silva, K., Coutinho, M., Bú, E., Cavalcanti, J., & Pinto, A. (2020). Representações Sociais da Violência no Namoro Elaboradas por Adolescentes. *Pensando Famílias*, 24(1), 160–174. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v24n1/v24n1a12.pdf>
- Smith, C. A., Ireland, T. O., Park, A., Elwyn, L., & Thornberry, T. P. (2011). Intergenerational Continuities and Discontinuities in Intimate Partner Violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 26(18), 3720–3752. <https://doi.org/10.1177/0886260511403751>
- Smith, K., Cénat, J. M., Lapierre, A., Dion, J., Hébert, M., & Côté, K. (2018). Cyber dating violence: Prevalence and correlates among high school students from small urban areas

- in Quebec. *Journal of Affective Disorders*, 234, 220–223.
<https://doi.org/10.1016/j.jad.2018.02.043>
- Smith-Darden, J. P., Kernsmith, P. D., Victor, B. G., & Lathrop, R. A. (2017). Electronic displays of aggression in teen dating relationships: Does the social ecology matter? *Computers in Human Behavior*, 67, 33–40.
<https://doi.org/10.1016/j.chb.2016.10.015>
- Sousa, Á. (2017). *Amostragem no âmbito da investigação científica: porquê e para quê?* Gráfica Açoreana, Lda. <http://hdl.handle.net/10400.3/5370>
- Stonard, K. E., Bowen, E., Walker, K., & Price, S. A. (2015). “They’ll Always Find a Way to Get to You”: Technology Use in Adolescent Romantic Relationships and Its Role in Dating Violence and Abuse. *Journal of Interpersonal Violence*, 32(14), 2083–2117.
<https://doi.org/10.1177/0886260515590787>
- Strickland, M. L., & Mosley, M. A. (2022). A Deeper Understanding of the Relationship between Family of Origin and Young Adult Cyber Dating Abuse: A Mediation Model. *Journal of Family Issues*, 3293–3316.
<https://doi.org/10.1177/0192513x221134657>
- Temple, J. R., Choi, H. J., Brem, M., Wolford-Clevenger, C., Stuart, G. L., Peskin, M. F., & Elmquist, J. (2015). The Temporal Association Between Traditional and Cyber Dating Abuse Among Adolescents. *Journal of Youth and Adolescence*, 45(2), 340–349.
<https://doi.org/10.1007/s10964-015-0380-3>
- Thulin, E. J., Zimmerman, M. A., Kusunoki, Y., Kernsmith, P., Smith-Darden, J., & Heinze, J. E. (2021). Electronic Teen Dating Violence Curves by Age. *Journal of Youth and Adolescence*, 51(1), 45–61. <https://doi.org/10.1007/s10964-021-01517-w>
- Thomazini, M. G., & Goulart, E. E. (2018). Tecnologias móveis e relações interpessoais: reflexões sobre comportamento e aprendizagem. *Revista Educação Em Questão*, 56(49). <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2018v56n49id14464>
- Tompson, T., Benz, J., & Agiesta, J. (2013). *The Digital Abuse Study: Experiences of Teens and Young Adults*. https://apnorc.org/wp-content/uploads/2020/02/AP-NORC-Center-and-MTV-Digital-Abuse-Study_FINAL.pdf

- Tschann, J., Pasch, L., Flores, E., VanOss Marin, B., Baisch, E., & Wibbelsman, C. (2008). Nonviolent Aspects of Interparental Conflict and Dating Violence Among Adolescents. *Journal of Family Issues*, 30(3), 295-319. <https://doi.org/10.1177/0192513X0832501>
- Turner, H. A., Shattuck, A., Finkelhor, D., & Hamby, S. (2016). Polyvictimization and Youth Violence Exposure Across Contexts. *Journal of Adolescent Health*, 58(2), 208–214. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2015.09.021>
- UNICEF. (1998). *A infância brasileira nos anos 90*. Brasília.
- Van Ouytsel, J., Ponnet, K., & Walrave, M. (2020). Cyber Dating Abuse: Investigating Digital Monitoring Behaviors Among Adolescents From a Social Learning Perspective. *Journal of Interpersonal Violence*, 35(23-24), 088626051771953. <https://doi.org/10.1177/0886260517719538>
- Ventura, M., Frederico-Ferreira, M., & Magalhães, M. (2013). Violência nas relações de intimidade: crenças e atitudes de estudantes do ensino secundário. *Revista de Enfermagem Referência, III Série* (11), 95–103. <https://doi.org/10.12707/RIII12120>
- Villora, B., Yubero, S., & Navarro, R. (2019). Associations between Feminine Gender Norms and Cyber Dating Abuse in Female Adults. *Behavioral Sciences*, 9(4), 35. <https://doi.org/10.3390/bs9040035>
- Wareham, J., Boots, D. P., & Chavez, J. M. (2009). A test of social learning and intergenerational transmission among batterers. *Journal of Criminal Justice*, 37(2), 163–173. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2009.02.011>
- Wincentak, K., Connolly, J., & Card, N. (2017). Teen dating violence: A meta-analytic review of prevalence rates. *Psychology of Violence*, 7(2), 224–241. <https://doi.org/10.1037/a0040194>
- World Health Organization. (2020). *Global Status Report on Violence against Children 2020*. <https://www.who.int/teams/social-determinants-of-health/violence-prevention/global-status-report-on-violence-against-children-2020>
- Wright, M. F. (2014). Cyber Aggression Within Adolescents' Romantic Relationships: Linkages to Parental and Partner Attachment. *Journal of Youth and Adolescence*, 44(1), 37–47. <https://doi.org/10.1007/s10964-014-0147-2>

Zweig, J. M., Dank, M., Yahner, J., & Lachman, P. (2013). The rate of cyber dating abuse among teens and how it relates to other forms of teen dating violence. *Journal of Youth and Adolescence*, 42(7), 1063–1077. <https://doi.org/10.1007/s10964-013-9922-8>

ANEXOS

ANEXO A – PEDIDO DE TRATAMENTO DE DADOS



Pedido de tratamento de dados

INFORMAÇÃO DO PARECER	
Data de entrada do pedido	20/01/2024
Número do Parecer	09/2024/RGPD
Identificação do Requerente	Helena Fernandes da Silva
Identificação do Curso	Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão
Identificação do projeto	Estudo sobre o abuso cibernético no namoro e o ambiente familiar em jovens da Região Norte

PARECER:

Aprovado o pedido de tratamento de dados pessoais, tendo em conta os procedimentos e mecanismos apresentados.

No entanto, salvaguardo que no momento da recolha dos dados, os titulares devem ser informados da finalidade do tratamento dos dados, da identificação do responsável pelo tratamento dos dados, as categorias de dados pessoais recolhidos e tratados, a forma de recolha e tratamento dos dados pessoais, as entidades a quem possam os dados ser comunicados, o prazo de conservação dos dados, as formas de exercício do direito de acesso, de retificação ou esquecimento e o contacto do Encarregado de Proteção de Dados do ISSSP

Esta cedência de dados, aplica-se exclusivamente à comunidade académica do ISSSP para a respetiva tese, ficando o docente orientador solidariamente responsabilizado por eventuais incumprimentos, quando estes resultarem inequivocamente da sua ação.

O processo de recolha e tratamento de dados subsequente para efeitos da investigação, deve iniciar-se com a obtenção do consentimento dos titulares dos dados e ser leal, lícito, transparente e respeitador das normas de minimização de dados e os direitos individuais.

Concluído o trabalho académico, os dados cedidos devem ser destruídos.

Suporte Legal:

- Regulamento 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril - RGPD
- Lei n.º 67/1998, de 26 de outubro - Lei da Proteção de Dados Pessoais.
- Lei n.º 26/2016, de 2 de agosto - Nova LADA.
- Lei 62/2007, de 10 de outubro - Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.
- Decreto-Lei n.º 65/2018, de 16 de agosto - Regime jurídico dos graus académicos e diplomas do ensino superior

Senhora da Hora, 22 de Janeiro de 2024



Adriana Neves, Phd
A Encarregada da Proteção de Dados

Proteção de Dados Pessoais
rgpd@issp.pt

ANEXO B – PARECER DA COMISSÃO DE ÉTICA ISSSP



Comissão de Ética

Parecer CE

Para: 220123016@issp.pt

14 de março de 2024 às 22:32



Caro/a mestrand(a):

Cabe informar que o seu projeto de investigação foi analisado por esta Comissão de Ética, tendo tido um parecer final positivo.

Segue em anexo o parecer com as recomendações e/ou pedidos de esclarecimentos solicitados.

Atenciosamente,

--

Pela Comissão de Ética do ISSP

ANEXO C – AUTORIZAÇÃO DA ESCALA “QUESTIONÁRIO SOBRE CIBERABUSO NO NAMORO”

De: Helder Alves <helder.alves@issp.pt>
Enviado: 12 de outubro de 2023 11:48:58
Para: Sónia Maria Martins Caridade
Cc: Profª Doutora Madalena Oliveira
Assunto: Pedido de autorização do Questionário sobre Ciberabuso no Namoro (CibAN)

Cara Dra. Sónia Caridade,

sou docente do curso de mestrado "Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social" do Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP) e vou orientar uma dissertação de mestrado que visa estudar o ciberabuso em jovens da área do Grande Porto.

Desta forma, venho por este meio, solicitar a sua autorização para a utilização da versão traduzida e adaptada do "CibAN".

Fico a aguardar uma resposta da sua parte de forma a poder avançar com o trabalho.

Cumprimentos,

Hélder Alves
PhD in Applied Mathematics (Porto University)
ISSSP
Professor auxiliar (Assistant Professor - Statistics & Data Analysis)
helder.alves@issp.pt
Investigador afiliado
LIAAD INESC TEC
helder.c.alves@inesctec.pt

----- Forwarded message -----
De: Sónia Maria Martins Caridade <scaridade@psi.uminho.pt>
Date: quinta, 12/10/2023 às 18:01
Subject: Re: Pedido de autorização do Questionário sobre Ciberabuso no Namoro (CibAN)
To: Helder Alves <helder.alves@issp.pt>
Cc: Profª Doutora Madalena Oliveira <madalena.oliveira@issp.pt>

Caros colegas,

Para os devidos efeitos, concedo a autorização para a utilização do CibAN, versão portuguesa do Cyber Dating Abuse Questionnaire, cuja autora principal é Erika Borrajo.

Em anexo envio o instrumento e textos de apoio.

Mcps,

SC

Sónia Caridade, PhD Psicologia da Justiça
Diretora da Licenciatura em Psicologia / Director of the Degree in Psychology
Coordenadora para a Mobilidade Académica - EPsi / Academic Mobility Coordinator of EPsi
University of Minho. School of Psychology
Campus de Gualtar. 4710-057 Braga. Portugal

ANEXO D – AUTORIZAÇÃO DA ESCALA “SINALIZAÇÃO DO AMBIENTE NATURAL INFANTIL”



Helena Fernandes da Silva

15 de novembro de 2023 às 11:40

Pedido de Autorização da Escala de Sinalização do Ambiente Natural Infantil

Para: anasani@ufp.edu.pt, Cc: Helder Alves, Madalena Sofia Alves de Oliveira

[Detalhes](#)

Bom dia Professor Doutora Ana Isabel Sani,

O meu nome é Helena Silva, sou estudante do segundo ano do Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social do Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP). Encontro-me atualmente a desenvolver a minha dissertação de mestrado, orientada pelo Professor Doutor Helder Alves e coorientada pela Professora Doutora Madalena Oliveira. A mesma tem como objetivo avaliar o contexto familiar dos jovens que frequentam o ensino profissional na Área Metropolitana do Porto.

Desta forma, venho por este meio, solicitar a sua autorização para a utilização da Escala de Sinalização do Ambiente Natural Infantil em formato Google Forms e as respetivas cotações da Escala.

Ficando a aguardar uma resposta,
Grata pela atenção,
Helena Silva



Ana Isabel Sani

17 de novembro de 2023 às 19:56

Re: Pedido de Autorização da Escala de Sinalização do Ambiente Natural Infantil

Para: Helena Fernandes da Silva, Cc: Helder Alves e mais 1

[Detalhes](#)

Boa tarde Dra. Helena Silva

Envio em anexo a escala para fins de investigação académica, solicitando que, uma vez concluído o estudo, me possa dar conhecimento dos resultados. Procure não expor o instrumento em anexo na dissertação. Envio o texto da validação da escala.

Este e outros textos sobre o tema estão públicos no meu Researchgate ou Academia

Votos de bom trabalho

Ana Isabel Sani

Doctorate (PhD) in Psychology of Justice. Habilitation (Hab) in Child Studies

Associate Professor with Aggregation at University Fernando Pessoa (UFP)

Integrated Member at Research Centre on Child Studies (CIEC) - UM

Coordinator of the MA in Psychology of Justice: Victims of Violence and Crime (MPJ-UFP)

University Fernando Pessoa - Praça 9 de abril, 349 - 4249-004 Porto, Portugal

Tel. +351 22 507 13 00 | ext. 2305

[Ciência vitae](#) | [Orcid](#) | [Academia](#) | [ResearchGate](#) | [Authenticus](#) | [Sciprofiles](#)

[Google Académico](#) | [Redalyc.org](#) | [Amazon page](#) | [Scopus](#)